

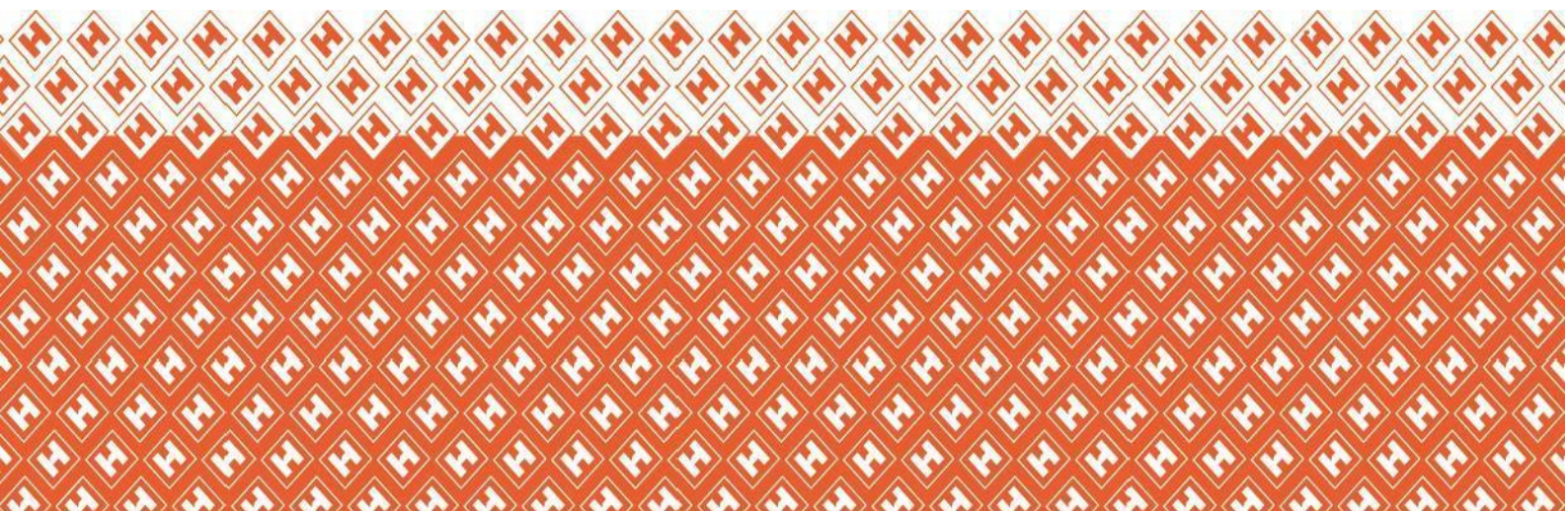


PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

VICTÓRIA RÉGIA DOS SANTOS LIMA

**NA MINHA ALDEIA EU SOU HISTÓRIA: O ENSINO DE HISTÓRIA
LOCAL E A CONSTITUIÇÃO IDENTITÁRIA NA CIDADE DE
VALENÇA DO PIAUÍ**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
2024



VICTÓRIA RÉGIA DOS SANTOS LIMA

**NA MINHA ALDEIA EU SOU HISTÓRIA: O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL E A
CONSTITUIÇÃO IDENTITÁRIA NA CIDADE DE VALENÇA DO PIAUÍ**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA, da Universidade Estadual do Piauí, Campus Parnaíba, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Ensino de História. (Área de concentração: Ensino de História)

BANCA EXAMINADORA

PRESIDENTE: Prof(a) Dr.(a) Gustavo de Andrade Durão – UESPI (orientador/a)

MEMBROS: Prof(a) Dr.(a) Mary Angélica Costa Tourinho– UESPI (Examinador interno)
Prof(a) Dr.(a) Raphael Guilherme de Carvalho (Examinador externo)

L732m Lima, Victória Régia dos Santos.
Na minha aldeia eu sou história: o ensino de história local e a constituição identitária na cidade de Valença do Piauí / Victória Régia dos Santos Lima. – 2024.
130 p. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História, *Campus* Alexandre Alves Oliveira, Parnaíba-PI, 2024.

“Área de Concentração: Ensino de História.”

“Orientador Prof. Dr. Gustavo de Andrade Durão.”

1. Valença do Piauí. 2. História local. 3. Identidade.
4. Currículo. I. Título.

CDD: 981.22



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO



RESOLUÇÃO CEPEX Nº. 089/2016

ANEXO A

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL

Concedo à Universidade Estadual do Piauí (UESPI) o direito não-exclusivo de reproduzir, traduzir e/ou distribuir este trabalho (incluindo o resumo) por todo o mundo, no formato impresso e eletrônico e em qualquer meio, incluindo os formatos áudio ou vídeo.

Concordo que a UESPI pode, sem alterar o conteúdo, transpor este trabalho para qualquer meio ou formato para fins de preservação.

Concordo que a UESPI pode manter mais de uma cópia de meu trabalho para fins de segurança, backup ou preservação.

Declaro que este trabalho é original e tenho o poder de conceder os direitos contidos nesta licença.

Declaro também que o depósito deste trabalho não infringe direitos autorais de ninguém.

Levando-se em conta que o trabalho ora depositado tenha sido de resultado de patrocínio ou apoio de uma agência de fomento ou outro organismo que não seja a UESPI, declaro que foram respeitados todos e quaisquer direitos de revisão como também as demais obrigações exigidas por contrato ou acordo.

Contendo este trabalho material do qual não possuo titularidade dos direitos autorais, declaro que obtive a permissão irrestrita do detentor dos direitos autorais para conceder à Universidade os direitos apresentados nesta licença, e que esse material está claramente identificado e reconhecido no texto ou no conteúdo do trabalho ora depositado.

A UESPI se compromete a identificar claramente seu nome(s) ou o(s) nome(s) dos detentores dos direitos autorais do trabalho em questão, e não fará qualquer alteração, além daquelas concedidas por esta licença.

De acordo com esta licença.

Teresina, PI 20 de Junho de 2024.

Victória Régia dos Santos Lima

Assinatura

Na minha aldeia eu sou História: O ensino de História local e a constituição identitária na cidade de Valença do Piauí.

Título do trabalho

Mestrado Profissional em Ensino de História

Curso



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CAMPUS PROFESSOR ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA - PARNAÍBA
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA



ATA DE EXAME DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO
DO MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA (PROFHISTÓRIA)
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ (UESPI)

Ao segundo dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, às 16:00 horas, na Sala Virtual do Google Meet <<https://meet.google.com/wcr-kphm-bfn>>, na presença da Banca Examinadora, presidida pelo professor **Gustavo de Andrade Durão** (Orientador) e composta pelos seguintes professores examinadores: **Raphael Guilherme de Carvalho** (Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO – Examinador Externo) e **Mary Angélica Costa Tourinho** (Universidade Estadual do Piauí – UESPI - Examinador Interno), a mestrand **Victória Régia dos Santos Lima** (Matrícula 4039077) realizou sua Defesa de Dissertação no Curso de Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), uma das exigências indispensáveis à obtenção do respectivo Diploma de Mestrado, conforme preconizado no Art. 55º da Resolução CEPEX nº 005/2021, tendo como título do trabalho: **NA MINHA ALDEIA EU SOU A HISTÓRIA: O ensino de história local e a constituição identitária na cidade de Valença do Piauí.**

Após a apreciação da dissertação apresentada pela mestrand e dos seus argumentos manifestados diante das observações e dos questionamentos realizados pelos referidos professores, a Banca Examinadora se reuniu em sessão reservada para deliberação, atribuindo à mestrand a menção de APROVADA, com nota 9,5. Eu, professor Gustavo de Andrade Durão, na qualidade de Presidente da Banca, lavrei a presente ata que será assinada por mim, pelas demais membros examinadores e pela mestrand.

Profa. Dr. Gustavo de Andrade Durão
Universidade Estadual do Piauí
Presidente da Banca Examinadora
CPF:095441287-78

Profa. Dr. Raphael Guilherme de Carvalho Motta
Universidade Estadual do Centro-Oeste
Examinador Externo
CPF: 046.019.289-23

Profa. Dra. Mary Angélica Costa Tourinho
Universidade Estadual do Piauí
Examinadora Interna
CPF: 304126413-72

Victória Régia dos Santos Lima
Mestrand
CPF: 068.081.103-60



AGRADECIMENTOS

Trilhar as ilhas da História foi uma decisão permeada de dúvidas e medos. Mas o ato de permanecer ao lado de Clio foi guiado pelo amor que surgia pela educação, e ciente das contribuições que este campo tão vasto e suntuoso poderia ofertar para a sociedade. Optar pelo mestrado deu-se ao sentir a necessidade de crescer a minha práxis, em meio ao desamparo natural de uma recém-formada ao ocupar a sua primeira turma no Ensino Fundamental e uma pandemia que assolou o mundo. Dividir a sala de aula, com as aulas e a pesquisa do mestrado, certamente me fizeram uma nova docente. Nesse percurso, em nenhum momento estive só, diversos sujeitos foram primordiais para que eu o concluísse, a estes expresso os meus agradecimentos.

A Deus, fim último, por sempre revigorar as minhas forças quando eu já não me sentia mais capaz. A Virgem Maria, motivo da minha fé, por me manter firme mesmo quando meu único desejo era desistir.

Aos meus pais, por moverem o mundo para me ver feliz e realizada. Por apostarem em mim, me incentivarem, e correrem atrás dos meus sonhos juntos a mim. Pelo apoio financeiro em toda a minha trajetória acadêmica, e por sempre apoiarem todas as minhas escolhas, mesmo não sendo aquilo que vocês esperavam.

A minha irmã, Vívian, por sonhar comigo, por planejar e realizar. Pelo incentivo e acolhimento, teu abraço foi o meu refúgio. Tu és um ser humano incrível e uma excelente profissional. A educação é o teu lugar. Tem um pedaço teu em cada linha aqui escrita.

Ao meu amável Dudu, pelo companheirismo, paciência, cuidado e incentivo. Por mesmo à distância ter acompanhado as minhas idas à Parnaíba assistir aula, desde a saída de casa até a volta. Pelo acolhimento sempre em que eu me sentia insuficiente para estar no mestrado. Por vibrar comigo a cada etapa.

A família que foi construída com o passar dos anos: Dany, Esdras, Ravi, Martina, Luana e Lohayne, a presença de vocês me enriquece. Obrigada pela paciência, apoio e o incentivo de sempre.

A Márcia Valéria, por ser exemplo, por dividir as angústias da pós-graduação e o amor pela educação.

A Anadiva, pela compreensão em minhas ausências em sala de aula, visto a necessidade de estar em Parnaíba. Pelo acolhimento amoroso e respeitoso. Pela proteção e confiança. A profissional que eu almejo ser em muito tem a te agradecer.

Ao Professor Antônio José, patrimônio vivo do Piauí, entusiasta da historiografia valenciana. Te ouvir foi uma honra.

Ao meu orientador, Gustavo Durão, pelos conhecimentos compartilhados, pelos direcionamentos e auxílio.

Aos professores do PROFHistória/ UESPI, em especial a Prof. Dra. Renata Cunha, que em um momento delicado da minha vida, mesmo desconhecendo a situação, foi empática e gentil. Eu jamais esquecerei das suas palavras.

Ao Programa de Pós-graduação em Ensino de História (PROFHISTÓRIA), por oferecer condições para que conciliemos docência e pós-graduação, sem precisar renunciar a nenhuma.

Por fim, e de modo muito especial, agradeço aqueles que são o motivo de eu ter buscado o mestrado, os meus alunos, que me inspiram a ser melhor, que me desafiam e me fazem sempre buscar o novo dentro da docência. Na via de mão dupla que é a educação, eu mais aprendo do que ensino.

Dedico este trabalho a todos os meus alunos, esses que me fazem forte para suportar a docência, em meio a sucateio e desvalorização. Aos que me fazem acreditar que a educação move o mundo, e que a escola nos permite voar para além da nossa realidade.

RESUMO

No contexto do Piauí, as discussões de âmbito local ganham destaque nas salas de aula, a partir da promulgação, em 2020, do Currículo do Piauí. Documento normatizador dos conteúdos a serem abordados nas salas de aula do Estado, proposto aos municípios e financiado pelo poder público estadual. Este documento prevê que o ensino de História seja colocado em prática através da relação entre os alunos de escola pública, em especial aqueles que já passaram por mim em seu ciclo educacional, que a vontade de ultrapassar a realidade de suas vidas, seja sempre a sua luz. Brilhem em meio a escuridão que as vezes se instaura em nossa sociedade História Geral e a História Local, a fim de aproximar os conteúdos aos estudantes, desenvolvendo uma identidade. A utilização da história local como recurso metodológico, pode auxiliar no processo de constituição identitária ao acrescentar na grade curricular os conteúdos da realidade dos alunos a um contexto mais geral. Nesse sentido, nos propomos a analisar as contribuições da História Local para o processo de construção identitária, a partir das produções históricas acerca do município de Valença do Piauí, evidenciando que a aplicação da História Local em sala de aula, no município em questão, desenvolve-se a partir da ação individual de cada docente, sem o auxílio de material didático adequado. Nesse percurso, autores como Stuart Hall (2005/2006), Manuel Castells (2018) e Canclini (1995) nos ajudam a entender o conceito de identidade e como esta é gerada em uma sociedade globalizada e multifacetada; Pierre Goubert (1988) e Farias de Barros (2012) nos orientam quanto a conceituação de História Local; Quanto ao sentido carregado pelo termo Currículo, fazemos uso dos apontamentos de Gimeno Sacristán (2013/2020), e como as diversas variáveis sociais implicam na formulação deste documento normatizador das habilidades e conteúdos levados à sala de aula. Utilizando a metodologia de análise de conteúdo formulada por Bardin (1977) desenvolvemos uma análise acerca de algumas produções historiográficas sobre o nosso espaço de análise, com o propósito de perceber as contribuições dessas obras para o processo de reconhecimento e identificação local, dividindo-as a partir de seu caráter histórico e memorialístico. Ao fim, notamos as contribuições do uso da História Local para o processo de reconhecimento e identificação ao seu espaço de vivência e das contribuições dessa ferramenta para um ensino de História contextualizado à realidade dos alunos. As produções sobre o município de Valença do Piauí, mesmo aquelas que não denotam um caráter histórico, podem ser utilizadas no desenvolvimento do sentimento de pertencimento, e conseqüentemente na construção ou reconhecimento identitário.

Palavras-chaves: Valença do Piauí. História Local. Identidade. Currículo.

ABSTRACT

In the context of Piauí, local research has gained prominence in classrooms, following the promulgation, in 2020, of the Piauí Curriculum. Document regulating the contents to be covered in the State's classrooms, proposed to municipalities and financed by the state public authorities. This document foresees that History teaching be put into practice through the relationship between General History and Local History, in order to bring content closer to students, developing an identity. The use of local history as a methodological resource can help in the process of establishing identity by adding content from the students' reality to a more general context in the curriculum note. In this sense, we propose to analyze the contributions of Local History to the process of identity construction, based on historical productions about the municipality of Valença do Piauí, showing that the application of Local History in the classroom, in the municipality in question, develops based on the individual action of each teacher, without the aid of adequate teaching material. Along this path, authors such as Stuart Hall (2005/2006), Manuel Castells (2018) and Canclini (1995) help us understand the concept of identity and how it is generated in a globalized and multifaceted society; Pierre Goubert (1988) and Farias de Barros (2012) guide us regarding the conceptualization of Local History; Regarding the meaning carried by the term Curriculum, we make use of the notes of Gimeno Sacristán (2013/2020), and how the various social variables imply the formulation of this document that standardizes the skills and content brought to the classroom. Using the content analysis methodology formulated by Bardin (1977), we developed an analysis of some historiographical productions in our analysis space, with the purpose of obtaining the contributions of these works to the process of local recognition and identification, dividing them by from its historical and memorialistic character. In the end, we note the contributions of using Local History to the process of recognition and identification of their living space and the contributions of this tool to teaching History contextualized to the students' reality. Productions about the municipality of Valença do Piauí, even those that do not denote a historical character, can be used to develop a feeling of belonging, and consequently in the construction or recognition of identity.

Keywords: Valença do Piauí. Local history. Identity. Curriculum.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1..... Habilidades do Currículo do Piauí (6º ao 9º ano), referentes à História local.

Quadro 2..... Sítios arqueológicos da região de Valença cadastrados no Cadastro Nacional dos Sítios Arqueológicos.

Quadro 3..... Produções históricas em torno da cidade de Valença do Piauí.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Imagem 1.....Mapa das cidades Villas, Lugares e Freguesias das Capitâneas do Maranhão e Piauí com o número de habitantes de cada uma, desde 13 de fevereiro de 1774 a 17 de dezembro de 1787, com destaque para a Villa de Valença.

Imagem 2.....Centro histórico de Valença do Piauí, em destaque os casarões coloniais e o mural em homenagem a Petrônio Portela.

Imagem 3.....Cova do Terto, em 2019.

Imagem 4Mestre Dezinho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
Eixo teórico	12
Estruturação dos capítulos.....	15
1 A APRENDIZAGEM HISTÓRICA E A HISTÓRIA LOCAL: CONSTRUINDO IDENTIDADES	17
1.1 A História local como metodologia para a (re)construção e/ou identificação das identidades locais.....	17
1.2 O Currículo do Piauí.....	26
1.3 A abordagem local no Currículo do Piauí	33
2.0 “DO NOBRE PIAUÍ, TU ÉS O CORAÇÃO”: VALENÇA DO PIAUÍ E A PRÁTICA HISTORIOGRÁFICA LOCAL.....	46
2.1 As primeiras impressões sobre Valença do Piauí	46
2.2 “As margens do rio caatinguinha, cercada de mil matagais”	53
3 VALENÇA EM CENA: AS PRODUÇÕES HISTORIOGRÁFICAS SOBRE A CIDADE.	666
3.1 O trabalho historiográfico do Município de Valença.....	666
3.2 As produções acadêmicas sobre o Município	76
3.3 Produções teóricas e produções didáticas: dois mundos que se cruzam.....	83
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	900
REFERÊNCIAS	94
ANEXOS.....	999

INTRODUÇÃO

No processo de formação profissional as experiências vivenciadas ao decorrer da vida influenciam diretamente na forma como nos portamos frente às problemáticas enfrentadas em sala de aula. O ser docente carrega as influências não apenas do processo de formação profissional, mas principalmente o Eu, enquanto indivíduo social e cultural. Enquanto ser cidadão que reconhece na cidade sinais de pertença, buscava levar para a sala de aula aspectos da cidade sempre que o conteúdo histórico escolar permitia. No entanto, sempre me defrontava com dificuldades que iam despertando o desejo de contribuir com o processo de constituição historiográfica da cidade de Valença do Piauí, espaço geográfico que resido e desenvolvo a atividade docente.

Nesse sentido, enxerguei no trabalho de conclusão do mestrado uma oportunidade de contribuir efetivamente com a historiografia da cidade. O campo histórico é vasto e certamente este trabalho não dará conta de fechar todas as lacunas no trato historiográfico do município, nem tampouco responder os questionamentos que enquanto docente da rede municipal possuo. Mas que o trabalho aqui iniciado, possa contribuir no campo histórico, principalmente para o espaço pesquisado e no que se refere a necessidade de nos enxergar como construtores históricos do nosso espaço.

Partindo do anseio de tornar o conteúdo histórico mais próximo à realidade do aluno, definimos como problema central dessa pesquisa o seguinte questionamento: Como a história local pode auxiliar no processo de constituição de uma identidade? Desse modo, torna-se salutar perceber como a utilização, em sala de aula, das obras produzidas pelos cidadãos e que tenha a urbe supracitada como espaço geográfico, podem favorecer o despertar do sentimento de pertença ao espaço de vivência.

Assim, a presente pesquisa justifica-se diante a promulgação, no ano de 2020, do Currículo do Piauí, e a sua adoção no município de Valença do Piauí como regulador dos conteúdos e habilidades a serem desenvolvidos em sala de aula. Anterior a adoção do Currículo (2020) a temática local perpassava de maneira quase inexistente às aulas de História, sendo introduzida de modo esporádico de acordo consoante as intenções do professor.

Com a adoção do Currículo (2020), o tema História local ganhou destaque e passou a ser alvo de debates no âmbito escolar entre os professores, visto ser uma temática que estava sendo introduzida sem nenhuma base formativa para os docentes. Nesse sentido, as discussões circundam as dificuldades de trato com o tema, uma vez que este figura-se longe dos programas de formação continuada e dos livros didáticos ofertados pelo Município.

De modo particular, as discussões que abrangem a História Local não haviam constituído o percurso formativo da graduação em História, nem tampouco era um campo de debate nas formações docentes, estas que não se dirigem de maneira individual ao campo formativo, mas direciona-se de maneira geral a todos os profissionais docentes do Município. De tal modo, que levar este conteúdo para a sala de aula correlatando ao conteúdo ministrado orientado pelo livro didático adotado pelo Município, tornou-se uma dificuldade em decorrência da necessária transposição dos trabalhos produzidos no âmbito acadêmico para a sala de aula.

É pertinente mencionar que Valença é um município influente na história do Piauí, figurando como um espaço que produziu importantes personalidades políticas para o Estado e que possui uma carga histórica significativa, sendo a sexta cidade mais antiga do Piauí, a qual se tornou Vila ainda no século XVIII através da carta régia de 19 de junho de 1761. De modo que, historiograficamente, diversos aspectos devem ser elucidados no processo de constituição identitária local, que podem influenciar a formação da identidade piauiense, um dos objetivos para a disciplina de História segundo o Currículo do Piauí (2020).

As dificuldades com o trato da temática em sala de aula, amparam-se primordialmente, no trato historiográfico empregado nas produções históricas do município, nesse viés esta pesquisa apresenta-se como um contribuição teórica e reflexiva na construção de uma produção histórica mais científica, e que possa ser facilmente transposta para a sala de aula.

Para uma melhor estruturação deste trabalho definimos como objetivo geral: analisar as contribuições da História Local para o processo de construção identitária, a partir das produções históricas acerca do município de Valença do Piauí. E como objetivos específicos: discutir como o ensino de História Local pode auxiliar no processo de desenvolvimento do sentimento de pertencimento ao espaço local; descrever como a disciplina de História é tratada no Currículo do Piauí (2020); identificar as habilidades e conteúdos recomendados pelo Currículo do Piauí no tocante a disciplina de História, especificamente referente à História Local; relacionar obras que tenham o município de Valença do Piauí como espaço de análise inferindo as contribuições dessas publicações para o reconhecimento e/ou construção das identidades locais; criar um caderno pedagógico alicerçado nas discussões de âmbito local referentes ao município de Valença do Piauí que possa ofertar aos professores de História uma base teórico-didática para a exploração da História Local em sala de aula.

Pensando em como atingir esses objetivos, definimos como percurso metodológico uma análise qualitativa de conteúdo, a fim de amparar as nossas análises referentes ao Currículo do Piauí e as produções locais, a partir das três fases da análise de conteúdo proposta por

Laurence Bardin (1977). A autora pontua que “a análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens” (Bardin, 1977, p.38), definindo-a em três etapas.

A pré-análise é a primeira fase, aquela em que há a organização dos dados, intuindo formar o corpo da pesquisa. Assim, nessa fase, escolhemos os documentos a serem analisados, mediante uma busca nas bases de armazenamento digital a fim de encontrarmos materiais publicados sobre a cidade em análise, sejam artigos, monografias ou dissertações, além de buscarmos na biblioteca pública municipal obras que não estão disponíveis no formato digital. Com estes materiais em mãos realizamos uma leitura flutuante, ou seja, o primeiro contato com as obras, foi aqui que as primeiras impressões sobre as obras foram formuladas. Esta leitura nos direcionou para a escolha das obras para a análise.

A exploração do material, categorização ou codificação, é a segunda fase da análise de conteúdo. Aqui, a partir da primeira fase, tratamos as nossas fontes a partir de categorias, agrupando-as de acordo com a Unidade de Registro escolhida: o Tema. A utilização dessa unidade dá-se por carregar “não apenas componentes racionais, mas também ideológicos, afetivos e emocionais.” (Franco, 2008, p. 43). A partir desse recorte, partimos para a análise da unidade de contexto, ou seja, buscando compreender a significação de cada tema dentro da obra, uma vez que, para se entender o conteúdo explícito em um texto, torna-se preponderante a compreensão do seu contexto de produção.

Por fim, como última fase, temos o tratamento dos resultados, a inferência e interpretação dos dados coletados. Nesta etapa, buscamos analisar os dados coletados na fase dois, pontuando as contribuições desses temas para o processo de construção das identidades locais.

Consoante a análise dos materiais selecionados e das possibilidades de utilização desses materiais em sala de aula, nos propomos a elaborar como produto educacional, um caderno pedagógico, a fim disponibilizarmos aos professores do município de Valença do Piauí, um material que possibilite o desenvolvimento e aplicação da História Local em sala de aula, fundamentada nas especificidades implementadas pelo Currículo do Piauí (2020).

Eixo teórico

Alguns termos tornam-se pertinentes no encaminhamento dessa pesquisa, já que o termo identidade, ponto central nessa narrativa, transcende uma conceituação simplista, revelando-se como um fenômeno multifacetado, que se produz e reproduz em diferentes contextos. Como indivíduos, somos simultaneamente produtos de nossa história, cultura,

relações interpessoais e escolhas pessoais, o que confere à identidade uma natureza fluida e em constante transformação. Na trajetória da experiência humana, a busca pela identidade permeia a vida de cada indivíduo, e em meio a complexidade de definirmos quem somos o sentimento de pertencimento aparece como um elemento essencial para a constituição identitária, essa sensação de fazer parte de algo, não afeta apenas o desenvolvimento pessoal, mas atinge a maneira que se dá às nossas interações sociais e culturais.

Stuat Hall (2006), influente sociólogo britânico-jamaicano, escrevendo à luz dos estudos culturais, nos leva a compreender a identidade em suas múltiplas facetas, buscando entender como as transformações advindas com a modernidade influenciam a maneira como o indivíduo se enxerga e se relaciona com o mundo. O sujeito pós-moderno, explicitado por Hall (2006), é entendido como um indivíduo sem identidade fixa, ou seja, sua identidade é mutável a partir da sua relação com o meio cultural.

[...]o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas [...]. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (Hall, 2006, p.13).

Nessa perspectiva, a identidade é formada em um processo contínuo de construção, em decorrência das interseções entre as vivências sociais e culturais. É um processo de transformação que desestabiliza as noções tradicionais de quem somos e do meio que nos relacionamos, a sociedade muda constantemente, revisitando novos símbolos culturais, novas configurações sociais, atuando diretamente na construção da identidade.

Similar a essa categorização, Castells (2018) aponta que o processo de fragmentação da identidade está relacionado com a globalização existente no mundo atual, que modifica as estruturas sociais e culturais. A identidade é forjada em um contexto em que o mundo encontra-se interconectado e globalizado, onde os sistemas de informação transcendem a fronteira geográfica e dinamizam a formação identitária individual e coletiva. A análise de Castells (2018) em torno da globalização ultrapassa a visão reducionista econômica convencional, ligando-se a contextos mais complexos de interações sociais e das constituições identitárias.

Embora a globalização oportunize uma ligação global, Castells (2018) enxerga que a constituição de identidade globais, oriundas do processo de globalização, provoca o apagamento de identidades locais, necessitando de um processo de reafirmação das identidades individuais. Este impacto ocasionado pela globalização na constituição identitária se dá em

decorrência da alteração que a globalização causa na maneira como o tempo e o espaço afetam os processos sociais.

Envolvidos pelas tramas de relação que acontecem no espaço geográfico de um município, Ana Fani Carlos (2007, p.17) nos lembra que o “lugar é a base de reprodução da vida”, mas este só se torna um lugar ao ser ocupado, antes apenas se apresenta como um espaço ao qual não é atribuído um sentimento, ao tornar-se um lugar, a cidade é palco das relações de seus cidadãos. Nesse sentido, ao ser ocupado, o lugar reflete aqueles que o ocupam, ao tempo em que é formado por estes. Nesse trajeto, ao tornar-se um lugar, o espaço passa a possuir significado para quem o ocupa, sendo uma ferramenta de constituir identidades.

Sob uma perspectiva sociológica, Michael Pollak (1989), contribui na percepção que a memória é um aspecto dinâmico, influenciado por forças externas, e que mesmo as memórias individuais, não são apenas registros do passado, são construções permeadas por influência do coletivo. Por estar relacionada às vivências coletivas, a memória atua na construção das identidades, podendo ser vista como um mecanismo para a preservação e afirmação das identidades dominantes, já que é moldada pela forma como os eventos são lembrados e interpretados.

Como ponto de partida para essa pesquisa, a promulgação do Currículo do Piauí, em 2020, como documento regulamentador dos conteúdos e habilidades a serem levadas à sala de aula, nos leva a refletir a respeito da abordagem da História Local nesse documento e as possibilidades de levar a história do nosso lugar de análise, o município de Valença do Piauí, para as aulas de História. Compreendemos currículo a partir das contribuições de Sacristán (ANO), que o entende como um conjunto de conteúdo a ser ensinado e a ser aprendido que reflete a influência das relações sociais, políticas educacionais e as práticas pedagógicas.

Na perspectiva desse teórico espanhol, o currículo se apresenta como um instrumento político, formado em decorrência de decisões ideológicas que refletem as ideologias dominantes, aqui ampara-se a necessidade de um olhar crítico sobre as intenções que influenciam a sua formulação. A construção de um currículo é dinâmica, de acordo com a interação com a sociedade, e dos objetivos a qual resguarda.

Assim, atentando-se para a maneira em que a identidade perpassa o Currículo do Piauí, um termo salutar e que precisa ser abordado é quanto a História Local, a qual tomamos inicialmente através da perspectiva teórica de Pierre Goubert (1988). Para este historiador francês a História Local não é apenas uma redução da escala de análise, mas um campo fértil de observação do cotidiano, rico em particularidades e singularidades.

Somando-se as contribuições de Goubert (1988), Carlos Henrique Farias de Barros (2012) nos auxilia na compreensão que a História Local contribui com o processo de construção interpretativa das vivências sociais de lugares estruturadas na figura de um bairro ou cidade, que mesmo se relacionando a espaços globais, preza, principalmente, pela valorização das singularidades. Nessa concepção, a História Local é uma ferramenta para a construção de identidades, ao oportunizar ao aluno perceber-se como parte constituinte da história.

Estruturação dos capítulos

A estruturação da dissertação foi pensada de modo a introduzir a discussão sobre as produções relativas à cidade de Valença do Piauí, de modo a percebermos que existe em voga uma produção sobre o município, mas que não pode ser enquadrada como produções históricas, já que não seguem o rigor metodológico da pesquisa histórica. As poucas pesquisas que seguem o padrão exigido pela prática historiográfica no trato das fontes e contextualizando-as a questões de âmbito mais geral, não chegam ao conhecimento público, tampouco às escolas do município.

A dissertação tem como centralidade as contribuições da História Local para a constituição identitária, por meio de um processo de reconhecimento do seu lugar de vivência, que gera um sentimento de pertencimento. Tomamos a História Local como uma ferramenta que pode auxiliar o docente a aproximar o conteúdo escolar às experiências e lugares vividos e ocupados pelos alunos no município, além de facilitar o entendimento que cada indivíduo que compõe um lugar constitui a sua trajetória histórica.

Dessa forma, dividimos esta narrativa em três capítulos, buscando definir as nossas bases teóricas e metodológicas, haja visto o nosso objetivo, estabelecemos uma discussão inicialmente teórica, que segue posteriormente com a utilização de produções relativas ao nosso lugar de análise.

No primeiro capítulo, **“A aprendizagem histórica e a História Local: construindo identidades”**, discutimos a História Local como ferramenta para a formação de identidades, percurso que necessita inicialmente do despertar do sentimento de pertencimento. Com o intuito de discutir as contribuições da História Local para a formulação e reformulação identitária, conceituamos os termos identidade, História Local, e buscamos perceber como estes dois termos citados permeiam o Currículo do Piauí (2020).

O segundo capítulo, **“Do nobre Piauí, tu és o coração: Valença do Piauí e a prática historiográfica local”**, apresenta a cidade de Valença do Piauí como nosso espaço de análise a

partir de aspectos sociais, culturais e religiosos, aspectos relevantes para a constituição de identidades. Este capítulo inicia-se com a apresentação da trajetória de constituição do espaço do Piauí, demonstrando que o próprio percurso histórico de constituição do Estado do Piauí possui diferentes percepções, evidenciamos o surgimento das cidades, para enfim apresentarmos nosso espaço de análise.

O terceiro capítulo, **“Valença em cena: as produções historiográficas sobre a cidade”**, realiza um levantamento das produções em torno do município de Valença do Piauí, apresentando publicações relevantes para o despertar identitário. Iniciamos apresentando a situação da produção local, pontuando a dificuldade de levar estas obras para a sala de aula, além de discorrermos sobre duas publicações que atendem as especificidades do campo histórico e que tocam aspectos relevantes do município.

Na parte final, dispomos, como produto educacional, o caderno pedagógico **“A cidade em evidência: aspectos históricos de Valença do Piauí para o ensino de História Local”**, formulado a partir do levantamento bibliográfico utilizado na escrita da dissertação, evidenciando elementos históricos, sociais, culturais e religiosos que circundam o município em estudo e podem contribuir para o processo de reconhecimento e construção identitária. O caderno pedagógico foi construído de modo a correlacionar os conhecimentos históricos já produzidos sobre o município, com as habilidades propostas pelo Currículo do Piauí para o Ensino Fundamental, do 6º ao 9º ano, apresentando opções didáticas para a abordagem, em sala aula, das temáticas sugeridas.

1 A APRENDIZAGEM HISTÓRICA E A HISTÓRIA LOCAL: CONSTRUINDO IDENTIDADES

Nesse primeiro capítulo, nos propomos a realizar um debate em torno da utilização da História Local como mecanismo salutar para o processo de construção identitária, evidenciando que o reconhecimento do seu local enquanto reduto de histórias que constituem os conhecimentos a serem apreendidos na escola, produz a sensação de pertencimento necessária para a produção de identidades. A partir da conceituação de identidade, está aqui tomada através do entendimento do sujeito pós-moderno multi-identitário, refletimos a relação da História Local e o ensino de História, notando como se relacionam e dialogam, conceituando-os a partir de concepções teóricas tratadas na historiografia. Utilizando o Currículo do Piauí (2020) buscamos perceber como a identidade e a História local são abordadas neste documento que foi adotado na rede municipal de ensino de Valença do Piauí como regulador dos conteúdos a serem tratados em sala de aula. Tencionando verificar como se dá a abordagem da História Local no Currículo do Piauí (2020), destacamos as habilidades que se aproximam ou permitem o trato da perspectiva local, expondo conteúdos relativos ao Município, tomado como espaço da pesquisa, que permitem a aproximação do conteúdo histórico à realidade local.

1.1 A História local como metodologia para a (re)construção e/ou identificação das identidades locais

Em uma sociedade multifacetada, a maneira como nos relacionamos com o meio social que estamos inseridos reflete as nossas percepções e predileções frente às múltiplas formas de ser e agir no meio social. Ao nascermos somos inseridos em diferentes grupos e rodeados de símbolos que caracterizam a influência desses grupos na formação do eu, nesse trajeto o indivíduo, enquanto sujeito social e cultural, se constrói por meio de suas experiências, do contato direto e indireto com diferentes pessoas, símbolos, culturas e vivências. É nesse emaranhado de experiências que nos constituímos e produzimos uma identidade, ou melhor dizendo, identidades.

A construção das identidades é algo que perpassa o cotidiano do indivíduo, sendo produzida no dia a dia, no transcorrer de suas vivências, estando em constante mutação. Formada e reformulada no decorrer do tempo, de acordo com especificidades, como o espaço, o contexto social e as experiências vivenciadas. “A identidade de alguém é formada na intersecção de inúmeros fatores, às vezes paralelos, às vezes contrários, dentro de tempos de

duração variável” (Martino, 2010, p. 03). A identidade é criada intuindo gerar um sentimento de pertencimento, para tal, não deve ser estática, mas construída em um processo histórico.

Por ser fragmentada e construída historicamente, o processo de construção de identidade passa pelo entendimento do seu meio social, de si e da sua relação com outro. Assim, a História Local como recurso metodológico e didático pode gerar no aluno uma identificação, aproximando os conteúdos vistos em aula à sua vivência enquanto ser cidadão, para além de agregar um sentimento de pertencimento através do conhecimento das histórias de sua cidade, reconhecendo-se parte do processo histórico, a utilização desse recurso configura-se como um importante instrumento que auxiliará os alunos na construção e identificação de suas identidades locais.

Flávia Eloisa Caimi (2006), salienta a importância de um ensino que considere a realidade do aluno, enxergando-o como construtor de conhecimento e não mero receptor, ponto-chave para a instauração de um ensino reflexivo. Nesse sentido, a autora argumenta que o ensino muitas vezes é distante da realidade do aluno e desconsidera as vivências e práticas cotidianas, tornando-se desconexo e sem sentido.

Considerar o universo do aluno acarreta a ministração de um conteúdo repleto de sentido e significação, de forma que a aprendizagem se configura a partir da aquisição de habilidades e absorção do conteúdo, que foge a uma aprendizagem estática e reprodutiva. Assim, a autora demonstra a importância de o professor proporcionar o interesse dos alunos para o conteúdo, tornando o ensino significativo, onde os alunos encontrem espaço para expor seus argumentos e para confrontar posições.

A seleção de conteúdos que dialoguem com as vivências dos alunos pode gerar um despertar de interesse para a disciplina de História, fundando-se na abordagem da História Local, torna-se propício a constituição e/ou reconhecimento das identidades locais, através da valorização da história do município, sua cultura e sociedade. Nesse sentido, nos apropriamos das contribuições de Stuart Hall (2006) para pensarmos o conceito de identidade e entendermos como a assimilação identitária se constitui como um processo multifacetado.

O autor apresenta três concepções diferentes de identidade, a saber: identidade do sujeito no iluminismo, do sujeito sociológico e do sujeito pós-moderno. No sentido clássico aplicado à identidade, esta era tomada como um elemento estável e duradouro. A concepção de identidade do sujeito no iluminismo é uma concepção individualista, onde o “centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa” (Hall, 2006, p.11). Nessa perspectiva, o sujeito era enxergado como um indivíduo centrado, unificado e dotado das capacidades da razão, permanecia o mesmo, contínuo e idêntico.

Na concepção sociológica, a identidade ocupa o lugar entre o mundo pessoal e o mundo público, é gerada a partir da relação entre o eu e a sociedade, “identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, "sutura") o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e previsíveis” (Hall, 2006, p.12).

Já a identidade do sujeito pós-moderno é fragmentada, é formada e reformulada conforme a maneira que nos relacionamos ou somos representados nos sistemas culturais que nos rodeiam. O indivíduo adquire uma identidade fluída e passível de mudança, adequa-se a estrutura a que está inserido, podendo por vezes até ser contraditória. A identidade se constitui de acordo com a maneira em que o indivíduo se relaciona com o meio.

No que diz respeito ao nosso objetivo de análise, adotamos a concepção de identidade do sujeito pós-moderno, este que é produzido por meio de um processo de identificação que forma as identidades culturais, por entendermos que a identidade é formada historicamente de maneira fragmentada, não estática, de modo que o indivíduo assume diferentes identidades em diferentes momentos. Nessa perspectiva, a identidade é tomada como algo continuamente deslocada, mutável, formada e transformada continuamente por meio da forma como nos relacionamos com os sistemas culturais que nos rodeiam.

[...] à medida que em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente (Hall, 2006, p. 13).

Nicolau Sevcenko (2001, p.55) nos auxilia a pensar a afirmativa acima, uma vez que defende que, no contexto das intensas transformações tecnológicas, as mudanças históricas oriundas desse processo provocam novas configurações, sendo necessário que se reformule os pensamentos e os adaptem às novas estruturas, de modo a proporcionar uma interação eficiente com o novo contexto.

Nesse viés, a identidade é concebida como um processo, podendo ser constituída de diversas maneiras através da interação com o outro e o meio. A identidade revela a maneira em que o indivíduo enxerga a si próprio e ao outro, na sua relação com o mundo.

A identidade não está ligada a ser, mas a estar, ou, mais especificamente, a representar. Sendo a identidade uma construção social, e não um dado, herdado biologicamente, ela se dá no âmbito da representação: a identidade representa a forma como os indivíduos se enxergam e enxergam uns aos outros no mundo (Hall, 2006, p. 112).

Portanto, situando-se no âmbito da representação, a identidade assume o sentido de pertencimento, sendo construída a partir de diversas categorias sociais que o indivíduo faz parte, raça, gênero, idade, etnia, dentre outras tantas categorias e critérios sociais, históricos e culturais. De acordo com Hall (2006) a identidade pós-moderna é descentrada, deslocada, fragmentada e, por vezes, contraditória. Os sujeitos se constituem através da identificação gerada com as predileções, que podem e vão sendo reestruturadas conforme as suas experiências. De tal modo, que as identidades do sujeito vão sendo reformuladas pelas intensas transformações e influências que estas exercem sobre o indivíduo.

Hall (2006) enxerga o sujeito pós-moderno como um indivíduo que vive na era em que cotidianamente as identidades são formuladas e reformuladas, definidas historicamente, decorrentes dos sistemas culturais, este que ultrapassa os limites do local e liga o sujeito a uma estrutura mais global. Congregando a essa afirmação, Manuel Castells (2018), defende que estamos vivenciando um avanço das identidades coletivas, que suplantam a singularidade local em decorrência dos avanços tecnológicos, das transformações decorrentes do capitalismo e da mobilidade de informações que essas transformações geraram.

Para Castells (2018, p.54), identidade relaciona-se ao processo de construção de significados pelos próprios atores sociais, por meio de um processo de individualização “[...] é o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual (is) prevalece(m) sobre outras fontes de significado” (idem). Nesse viés, a identidade é o que organiza o campo de significados que o sujeito atribui a si e a outros e, aos eventos e processos que vivencia.

Ao passo que os sistemas culturais se ligam, através, principalmente, dos avanços tecnológicos, uma multiplicidade de identidades é acessada por nós, das quais podemos ou não nos identificar por um curto, ou longo período. As identidades são fragmentadas e multifacetadas, pois são geradas em uma sociedade que está em constante mudança.

Cientes da fragmentação identitária que o sujeito pós-moderno carrega e da função social da escola enquanto reduto de produção de uma consciência histórica, nos dedicaremos à análise das habilidades propostas pelo Currículo do Piauí (2020) para a disciplina de História, intuindo compreender como a construção de uma identidade piauiense¹ perpassa pelo entendimento, construção e reconhecimento das identidades locais, e como estas podem ser

¹ O termo identidade piauiense está presente no Currículo do Piauí (2020) ao mencionar as competências específicas de História para o Ensino Fundamental.

desenvolvidas em sala de aula, através do desenvolvimento de um sentimento de pertencimento, em consonância com o que é proposto pelo Currículo do Piauí (2020).

O Currículo do Piauí (2020, p. 272) salienta que a partir da BNCC, inicia-se a implementação no ensino de História da contextualização e a valorização da cultura e sociedade local, essencial para a formação de um estudante autônomo e empático, associado a construção de uma identidade que aceite e valorize o seu povo, seus costumes e suas tradições. Em sua competência 8, específica para a disciplina de História no Ensino Fundamental, o Currículo propõe: “Construir uma identidade piauiense através da contextualização das contribuições do Piauí no processo de formação histórica do Brasil” (Silva, 2020.p. 273), intuindo alcançar esse objetivo há “44 inserções no currículo de História, seja complementando habilidades já definidas pela BNCC ou estabelecendo novas habilidades” (Ribeiro, 2021, p.404).

No contexto da História Local, a identidade será formulada enquanto os discentes se encontrem nos conteúdos ministrados e percebam nuances de suas vivências naquilo que estudam. Na fragmentação da sua identidade reside o sentimento de pertencimento, já que em uma localidade não há a produção de apenas uma identidade, mas, identidades, visto a fragmentação identitária que ocorre por meio da maneira em que os sujeitos se relacionam com a sociedade e o seu lugar de experimentação.

A construção de um pertencimento é gerada quando o indivíduo se visualiza como parte constituinte de um processo, de um grupo. Mesmo antes de adentrar ao ensino escolar, a criança já se relaciona com símbolos que produzem uma relação de identidade, mesmo sem manter um significado para aquilo. Nesse cenário, ao ocupar o espaço escolar, a História Local pode auxiliar no entendimento desses símbolos, aplicando-lhes significações, a partir de suas experiências, que podem contribuir para estabelecer uma identidade coletiva.

O processo de constituição identitária é social, ocorre durante as experiências vividas, Valera (2002) evidencia que a identidade coletiva pode ser tomada como um processo social que funciona em várias escalas, fundamentando-se nas semelhanças, buscando produzir um sentimento de unidade nos indivíduos que constituem um grupo. Em vista disso, as identidades coletivas podem ser entendidas como as investidas que um grupo procura produzir no decorrer do tempo para despertar um sentimento de unidade e pertencimento nos indivíduos (Pollak, 1992). Para estabelecer uma identidade coletiva, é preciso pontuar os laços culturais tomados pelos membros do grupo para manter um elo ou distanciar-se.

João Lopes (2002) corrobora com a ideia de que as identidades, enquanto processo, são construídas por duas ações: identificação, ou seja, a inserção dos indivíduos a um grupo, a um conjunto de simbolismos que conduzem o cotidiano; e a identificação, refere-se aos

distanciamentos, a alteridade fronteiriça que separa um indivíduo do outro. Nessa visão, a identidade é tomada como algo inacabado, resultado do sentimento de pertencimento a algum grupo, relacionada às condições sociais.

Ao que tange a noção de identização, Hall (2005) reforça que as identidades são construídas por meio da diferença e da relação com o outro, e por tal estão em constante transformação, já que a sociedade é mutável, “[...]as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela. Isso implica o reconhecimento radicalmente perturbador de que é apenas por meio da relação com o Outro, da relação com aquilo que não é, com o exterior constitutivo” (Hall, 2005, p. 110) que a identidade vai sendo construída posta sobre uma historicização.

Nesse processo de historização, a História Local pode auxiliar a formação identitária enquanto metodologia de pesquisa que liga a realidade local com as dimensões regionais, nacionais e universais, analisando o cotidiano em uma perspectiva de interação, integração e pertencimento. Dessa forma, cria-se um espaço privilegiado para o processo de constituição identitária, principalmente em seu caráter social. Conforme Brandão (1986), a identidade social é uma categoria de significados que constituem um grupo social, estes significados são formulados a partir das representações geradas através do pertencimento a outros atores sociais.

Correlatar a História Local com o conteúdo desenvolvido em sala de aula e evidenciado no livro didático permite gerar um sentimento de pertença no aluno, na medida em que esse percebe-se parte integrante da história. As identidades produzidas em sala de aula partem dos conhecimentos levados pelo professor, aliados aqueles incutidos nos alunos através de suas próprias vivências enquanto seres sociais. As experiências culturais, religiosas, familiares influem conjuntamente no sentimento de pertencimento às identidades produzidas no seio social.

O conhecimento histórico sobre o local deve correlacionar, também, passado e presente, aspectos culturais e sociais, quanto mais plural o conhecimento, mais possibilidades de identificação são geradas. Nesse aspecto, é fundamental o revisar histórico que privilegie uma produção de conhecimento decolonial, plural e alheia a silenciamentos e omissões.

Cabe salientar, que aliado ao que é expresso no Parâmetro Curricular Nacional (1997) para a disciplina de História, documento que indica que “os conteúdos de História para o primeiro ciclo enfocam, preferencialmente, diferentes histórias pertencentes ao local em que o aluno convive, dimensionadas em diferentes tempos” (1997, p.40), elucidando que o uso da História Local permite que os alunos acresçam a sua capacidade de compreensão sobre o seu

lugar. O Currículo do Piauí segue esse mesmo viés, organizando as habilidades próprias para a utilização da História local nas séries da primeira etapa (1º ao 5º ano do ensino fundamental).

Por meio de unidades temáticas, como: Mundo pessoal: eu, meu grupo social e o mundo, as formas de registrar experiências na comunidade, as pessoas e os grupos que compõem a cidade e o município, o lugar em que vive, temáticas que diretamente abrangem a História Local, o Currículo do Piauí engloba a temática local no primeiro ciclo, visto que esse espaço torna-se propício para o desenvolvimento de conteúdos que envolvam a realidade social local como ponto de partida para o entendimento da realidade histórica. Como expressa Caimi (2010, p.69):

O ensino-aprendizagem da história local configura-se como um espaço-tempo de reflexão crítica acerca da realidade social e, sobretudo, referência para o processo de construção das identidades destes sujeitos e de seus grupos de pertença [...] desenvolvem nos alunos a capacidade de analisar criticamente o seu entorno escolar e social, ao mesmo tempo em que cumprem o papel de “facilitar a estruturação do pensamento histórico e de lhes fornecer um quadro de referências que os ajude a tomar consciência do lugar que ocupam no processo de evolução espaço- temporal das comunidades local e nacional.

De modo claro, o Currículo do Piauí expressa que nos anos iniciais a História preza pela valorização do reconhecimento do Eu, do Outro e do Nós, aliado ao entendimento dos objetos a sua volta, sua diversidade e trajetória. No entanto, nessa etapa de ensino, os alunos ainda não encontram todas as condições para assimilarem o conteúdo à formulação de uma identidade, bem como, tradicionalmente, os docentes encarregados pelas turmas nesse ciclo são profissionais que não possuem formação na área da História, o que pode reduzir a abrangência das temáticas.

Esses dois pontos dificultam o desenvolvimento e assimilação de uma identidade e as habilidades ora expressas no documento, tomado como referência para que todas as escolas do Piauí formulem seus currículos, encontrem dificuldades de serem desenvolvidas. Detendo o foco em História Local no primeiro ciclo, nas séries finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) esse tema perpassa de maneira complementar e fragmentada.

As identidades que os alunos possuem no Ensino Fundamental partem do micro para o macro, suas identidades carregam, substancialmente, aspectos de suas vivências mais íntimas. Nesse sentido, o local pode agir como objeto para a construção de uma noção de pertencimento ao seu meio social e/ou a uma estrutura cultural. Para além de se apresentar como um conteúdo a ser explorado em sala de aula, a História Local figura-se como um recurso didático para o ensino de História, possibilitando aos alunos um olhar mais crítico sobre a realidade que os

cerca. A abordagem micro analítica pode ser vista “como aquela que remete inevitavelmente a espaços e a mecanismos sociais que se situam na escala da própria realidade” (Revel, 1998, p,121).

A História Local não possui sentido se deslocada da realidade em que o aluno vive, esta deve ser usada a fim de levar a uma ação de repensar a cidade, as histórias do seu lugar, as experiências vivenciadas, significações que estão afastadas do livro didático. Nessa direção, a memória como uma condição da identidade, a qual se entrelaçam produzindo um sentido de pertencimento para os indivíduos e suas comunidades, pode auxiliar nesse processo de significações.

Michael Pollak (1992) apresenta dois elementos constitutivos da memória, os acontecimentos vividos e os acontecimentos vividos por tabela, ou seja, os acontecimentos vivenciados pelo grupo social a qual o indivíduo faz parte. Esses eventos experienciados por tabela ganham grande importância no imaginário individual e em grande medida são decorrentes da socialização histórica.

A memória é construída socialmente e/ou individualmente, é um fenômeno que se liga a identidade, Pollak (1992, p.204) afirma que “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual ou coletiva, a medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”.

A memória agrega no processo de construção da identidade, seja ela coletiva ou individual. Esse fenômeno liga o indivíduo a sua comunidade, pontua os acontecimentos além do espaço-tempo, oportunizando a troca de conhecimentos de grupos que possuem formas singulares de entender o mundo, mas sem se afastar de suas próprias maneiras de se relacionar com o meio. A memória, enquanto redoma que guarda as experiências vividas, torna-se elemento indispensável para se pensar o processo de construção e preservação das identidades.

Quando se considera a fragmentação da identidade, a memória concede a possibilidade de enxergar novas nuances e aplicar outros sentidos a acontecimentos passados, comunica uma ressignificação podendo atuar sobre a identidade. O movimento de construção identitária relaciona-se com o ato de adotar hábitos, valores, significações, linguagens, característica que inclui o “eu” em um “nós”. A memória contribui nesse processo de identificação, recuperando sinais de pertença guardados no consciente.

A percepção de si e do outro, importante para assimilação da identidade, é produzida a partir do uso da memória, que trabalha organizando aquilo que desperta um sentimento de unidade e contiguidade, pontos constituintes da identidade. Nesse sentido, a memória, então,

constitui-se como base fundante da identidade, à medida que possui os fragmentos do passado que podem ser utilizados para indagar o tempo presente.

O processo de assimilação e construção identitária não se resume apenas no entrecruzamento dos conteúdos de História Local, nacional e geral, mas sofre influência do meio e pela forma que o indivíduo se relaciona com ele. O avanço da globalização e as transformações nos meios de comunicação interferem na trajetória da construção identitária e na forma que o sujeito enxerga a si e enxerga o outro.

A globalização e os meios de comunicação global, que crescem vertiginosamente, geram uma homogeneização dos sujeitos, podendo suplantar as identidades locais. Conforme Néstor García Canclini (1995) a identidade é uma construção que se narra, formulada a partir de acontecimentos fundadores, de modo que a mídia exerce grande influência na fragmentação da identidade e, principalmente, na interculturalidade existente. Esse entrecruzamento que fragmenta a identidade pode gerar um apagamento das identidades locais, daí reside a importância de resgatar e abordar a História Local como um elemento formador de identidades.

Para Canclini (1995) a globalização age sobre as identidades locais, apagando-as em decorrência da aceleração dos processos globais que interligam as comunidades. A globalização causa um deslocamento das identidades no tempo e no espaço, enquanto a mídia e os sistemas de comunicação atuam interligando globalmente a vida social, nos apresentando uma pluralidade de identidades que se comunicam com diferentes partes dos indivíduos.

Hall (2006) esclarece que as diferenças e as singularidades culturais que formularam a identidade se desintegram no discurso do consumismo global, ao penetrarem em um contexto de identidades globais há uma homogeneização cultural que reduz as diferenças, gerando assim uma tensão entre global e local. No entanto, para o autor é improvável haver a destruição das identidades locais em decorrência de uma identidade global, mas que há simultaneamente a produção de novas identidades locais e novas identidades globais.

Torna-se então primordial, nesse contexto de globalização e de identidade multicultural, o uso da História Local para manter, construir ou reconstruir a identificação local, de modo que o aluno se reconheça como parte constituinte de seu local, para assim principiar a construção de uma identidade frente ao mundo. Nesse sentido, o ensino de História pode contribuir de maneira mais efetiva quando parte de uma microanálise, ou seja, uma análise dos espaços sociais que se sustentam em uma escala próxima à realidade do indivíduo, para posteriormente adentrar em uma análise mais ampla, no nível de uma macro-análise decorrente da abordagem de conteúdos de âmbito mais geral.

1.2 O currículo do Piauí

Na atualidade, os documentos oficiais atuam como orientadores da prática pedagógica especificando temas e conteúdo a serem estudados em sala de aula. Assim, para a escrita deste trabalho, utilizaremos como fonte de análise o Currículo do Piauí (2020), que nos permite compreender as orientações teórico-metodológicas para a prática pedagógica da disciplina de história na Educação Básica do Estado do Piauí, e a sua relação com o desenvolvimento do conceito de identidade.

O termo currículo origina-se do verbo latim *curriculum* e significa uma corrida. No âmbito acadêmico, o termo assume o sentido de organizar os conteúdos que os estudantes se deparam no decorrer de sua vida escolar, ou seja, “o plano de estudos proposto e imposto pela escola aos professores (para que o ensinassem) e aos estudantes (para que o aprendessem)” (Sacristán, 2013, p.17).

Desde suas origens, o currículo tem se mostrado uma invenção reguladora do conteúdo e das práticas envolvidas nos processos de ensino e aprendizagem; ou seja, ele se comporta como um instrumento que tem a capacidade de estruturar a escolarização, a vida nos centros educacionais e as práticas pedagógicas, pois dispõe, transmite e impõe regras, normas e uma ordem que são determinantes (Sacristán, 2013, p.20).

De acordo com Malta (2013) o currículo não é uma área neutra, pois está impregnado de valores, ideologias, interesses e necessidades que se apropria de interferências filosóficas, históricas e políticas, comunicando com clareza a visão de homem, de sociedade e de mundo, bem como o perfil de pessoa que quer gerar. Os conteúdos presentes nele seguem uma lógica ideológica que busca atender aos anseios dos seus formuladores, descaracterizando a sua suposta neutralidade como um mecanismo de simples transmissão de conteúdo.

Essa visão empreendida sobre currículo como um documento permeado de elementos constituintes de seu lugar de produção, é recente. Demarca, no Brasil, da década de 1989, oriunda das transformações que ocorreram no meio social e político, abrindo espaço para um debate crítico acerca das questões educacionais, inclusive do próprio currículo. As reformas curriculares se ligam ao atendimento das finalidades da instituição escolar e dos valores sociais carregados pelo meio a qual se insere.

Arlette Medeiros Gasparelo (2012) salienta o caráter processual do currículo, como algo que é formado e transformado em decorrência da ação de vários agentes externos e internos à escola, constituído por uma estrutura disciplinar de conteúdos oficiais. “Associando-o a um

lugar de produção e de política cultural, onde seus elementos constituem matéria-prima de criação, recriação e, sobretudo, de contestação e transgressão” (Gasparello, 2012, p.88).

O currículo é o reflexo do modelo educativo vigente, sendo utilizado para assegurar o alcance dos fins sociais e culturais que se atribui à escola. É uma prática da função socializadora que uma instituição possui, realizada a partir de seus conteúdos e das práxis que se delineiam ao redor de si. “Os currículos são a expressão do equilíbrio de interesses e forças que gravitam sobre os sistemas educativos num dado momento, enquanto através deles se realizam os fins da educação no ensino escolarizado” (Sacristán, 2020, p. 16).

De igual modo, o currículo reverbera o conflito de interesse entre a sociedade e os valores que conduz o processo educativo, este que é imbuído de interesses específicos que ultrapassam os projetos que a escola, enquanto instituição específica possui, servindo para adequar o sistema educacional às necessidades sociais. O currículo, portanto, é um documento que evidencia as demandas da sociedade, reflete os valores e as crenças das instituições e grupos dominantes.

Nesse sentido, tomamos o Currículo do Piauí (2020) como um documento que se relaciona ao contexto da sociedade que o produz, construído e reconstruído “dentro de um sistema escolar concreto [...] serve-se de determinados meios, cristaliza, enfim, num contexto, que é o que acaba por lhe dar o significado real” (Sacristán, 2020, p.21). Um documento que não se reduz apenas à prática pedagógica, mas que sofre influência de múltiplas práticas sociais, culturais e políticas.

Sacristán (2020) esclarece que em nosso sistema educativo distingue-se oito âmbitos que expressam práticas relacionadas ao currículo que influenciam o seu caráter pedagógico, notadamente: o âmbito da atividade político-administrativa- o subsistema de participação de controle- a ordenação do sistema educativo- o sistema de produção de meios- o âmbito de criações culturais, científicos- subsistemas técnico- pedagógico: formadores, especialistas e pesquisadores em educação- o subsistema de inovação e o subsistema prático-pedagógico.

Tomaremos como foco central de análise os âmbitos político-administrativo e os subsistemas de controle, pois deixam claro o caráter social e político que está instalado na produção do currículo. O âmbito político- administrativo evidencia o caráter determinante dos fatores exteriores à escola para a regulação curricular, de modo que a administração educativa age como reguladora do currículo e dos atributos relacionados ao sistema de ensino. Aliado a essa vertente, o subsistema de controle atua como o responsável pela elaboração e aplicação do currículo, função compartilhada por diferentes instâncias da sociedade.

A responsabilidade da efetivação do currículo no sistema de ensino, pode ser dividida entre o governo, a escola, instituições especializadas, como aponta Sacristán (2020, p.23), a concretização do currículo é distribuída “num determinado equilíbrio de divisão de poderes de decisão e determinação de seus conteúdos e suas formas. ”

Isso posto, cientes do caráter social e político que forma os currículos escolares, evidenciamos a seguir nuances presentes no Currículo do Piauí (2020) buscando descrever como o ensino de História atravessa esse documento, quais os objetivos expostos para essa disciplina, e como os conteúdos estão relacionados com a aplicação da História Local.

Consoante as discussões propostas pela Base Nacional Comum Curricular- BNCC, a partir de 2020, os municípios do Estado do Piauí adotaram como base curricular para o Ensino Infantil e Fundamental o Currículo Do Piauí, documento formulado sob regime de colaboração entre Estado e Municípios que prevê a equidade de ensino no Estado, estabelecendo habilidades e conteúdos a serem ministrados em sala de aula.

A construção do Currículo principia-se ainda em 2017, quando é homologada a Base Nacional Comum Curricular, a partir da criação de Comissões de Governança e Execução que intuíram construir e implantar um novo currículo para a Educação Básica, especialmente a Educação Infantil e Educação Fundamental do Estado. Como forma de legitimação, o governo do estado lançou uma consulta popular², no ano de 2018, realizada pela Comissão ProBNCC/PI e pelo Conselho Estadual de Educação.

Conforme o Parecer CEE/PI N°105/2019, o Currículo do Piauí é um documento formulado tendo em consideração algumas legislações vigentes da Educação, a exemplo: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB no 9394/96), Plano Nacional de Educação - PNE/2014, (Meta 07); Plano Estadual de Educação (PEE/PI 2015), e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC/ 2017), além da Constituição Federal do Brasil (CF/1988); o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNs/ 2013) e a Resolução CEE/PI N° 111/2018, norma estadual que regulamenta os procedimentos de credenciamento de instituições de ensino, de autorização e de renovação da autorização de funcionamento de cursos da Educação Básica do Sistema Estadual de Ensino do Piauí.

Apresentado à sociedade na versão preliminar, aberta a consulta pública, no período de vinte e quatro de outubro à dezoito de novembro de dois mil e dezoito, contou com 3.645 acessos, 20.656 participações e 2.869 contribuições, foi realizada a partir das Orientações

² A consulta pública foi realizada através do site: <https://curriculodopiauui.wixsite.com/piauipelaeducacao/consulta-publica>. A qual os resultados dessa consulta não foram divulgados.

Curriculares pré-existentes no estado à luz da BNCC, como consta no *site* criado e utilizado para armazenar a consulta pública.

Em seguida, logo após a consulta pública, a versão 1 é disponibilizada com o acréscimo das contribuições e análises resultantes da consulta, esta versão passa pela análise do Conselho Estadual de Educação e com a inclusão das contribuições e análises do CEE é lançado a versão 2, aprovada pelo CEE e homologada como a versão final, em 2020.

O currículo do Piauí “focaliza a escolarização de estudantes do Ensino Infantil e Fundamental, assegurando o direito aos conhecimentos historicamente acumulados e, conseqüentemente, ao desenvolvimento integral do estudante Piauiense” (Silva, 2020. p.9). Formulado a partir de um regime de colaboração entre o Estado e os Municípios, o Currículo alinha-se à BNCC e ao histórico curricular piauiense, mantendo aproximação com os currículos das Secretarias Municipais de Educação no âmbito estadual.

Para a comissão organizadora, o Currículo do Piauí figura-se como uma referência para todas as escolas que formam o sistema de ensino do Estado, tendo em consideração que o professor necessita de saberes e conhecimentos científicos, pedagógicos, educacionais, sensibilidade, ética, indagação teórica e criatividade para lidar com as situações presentes no ambiente escolar.

Enxergando os alunos como sujeitos em sua totalidade, o Currículo do Piauí (2020) ambiciona viabilizar o desenvolvimento de suas múltiplas dimensões, intelectual, social, habilidades, atitudes e valores. As habilidades e competências a serem desenvolvidas pela instituição escolar deve amparar-se nas dimensões citadas anteriormente, e serem postas em prática em todos os níveis da Educação Básica. Intuindo o desenvolvimento integral dos estudantes piauienses, o Currículo do Piauí apresenta-se como um documento “vivo e coerente, uma conquista na busca por equidade e qualidade na nossa educação” (Silva, 2020. p.9).

A formulação do Currículo do Piauí, para os seus organizadores, segue uma concepção em que o ensino e aprendizagem são indissociáveis no processo de desenvolvimento pleno do aluno, prezando por um processo educacional integral que promova o desenvolvimento de competências e habilidades. Respalda no conceito de Educação Integral enunciado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que a enxerga como “à construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea” (Brasil, 2017. p. 14).

O Currículo do Piauí (2020) suscita a necessidade de uma Educação que enxergue os alunos em seus diferentes âmbitos. Assim, a sua aplicação deixa de ser conteudista e passa a

privilegiar o desenvolvimento de habilidades, relacionando o conteúdo com aspectos sociais, culturais, afetivos e emocionais da vida dos estudantes. O foco recai sobre a efetivação dos conhecimentos adquiridos, para que os conteúdos não se esgotem nos muros da escola, mas que ultrapassem a sala de aula e sejam usufruídos no dia a dia dos alunos.

Para atender a este propósito, é elencado seis princípios da educação no território piauiense, estes expostos a seguir:

- Aquisição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores por meio do aprender a aprender, da relação dialética do ser humano com a sociedade e da conexão e colaboração entre sujeito construtor do conhecimento e objeto a ser conhecido;
- Desenvolvimento articulado de competências intelectuais, socioemocionais, físicas e culturais, que levam à superação de situações e problemas com vistas à formação plena dos estudantes.
- Mediação do professor, responsável por planejar e implementar estratégias pedagógicas eficazes para o processo de educação integral dos alunos;
- Formação de indivíduos autônomos, conscientes e críticos, por meio da troca de informações e experiências que possibilitem o desenvolvimento de competências necessárias para a vida e vivência plena da cidadania, envolvendo a formação de valores como solidariedade, honestidade, respeito e responsabilidade;
- Garantia da equidade e qualidade da educação e do direito de aprender;
- Aprendizagem significativa para a vida dos estudantes, considerando o conhecimento prévio que trazem consigo, sua prática social e seu potencial de aprender (Silva, 2020, p.22).

A partir desses objetivos percebemos a intenção de prover aos estudantes do Estado do Piauí o seu desenvolvimento integral e que todos tenham acesso à uma educação de qualidade que prime pelo desenvolvimento de uma aprendizagem significativa, ampliando o campo de percepção e de ideias dos alunos, aliando o conhecimento escolar ao desenvolvimento humano, e, por conseguinte, de um cidadão, os levando a se reconhecerem como parte integrante da sociedade a qual integra.

Objetivos coerentes com a intenção de promover o desenvolvimento de cidadãos conscientes e ativos socialmente, mas que por si só não resolvem a problemática em sala de aula de aplicação de um conteúdo que ultrapasse aquele estabelecido pelo livro didático. O estabelecimento de conteúdos e habilidades bases para a educação do Estado, assim como expõe o Currículo, não traz reais mudanças pragmáticas no modo de ensinar e aprender, uma vez que a problemática educacional não se soluciona com a implementação de mais um documento regulador de conteúdo que apenas normatiza as habilidades a serem desenvolvidas em sala de aula pelo Professor.

O Currículo do Piauí (2020) entende que o papel do ensino de história é proporcionar aos estudantes e aos docentes um debate efetivo dos conhecimentos históricos e incentivar o interesse pela pesquisa, o que ocasionará a produção do saber histórico. Posto isso, evidenciamos que para a efetivação do que está proposto no Currículo, é necessário que as instituições de ensino se adequem às demandas necessárias para a efetivação desse documento.

Afastando-se de uma história generalizante e tradicionalista, o Currículo do Piauí (2020), de modo geral, aborda o desenvolvimento da disciplina de história, desvinculando-a da memorização e repetição, e aproximando-a de uma prática docente que articule os conhecimentos históricos com as vivências dos alunos, privilegiando a cultura e a sociedade local.

De modo particular, para o ensino de História, o Currículo propõe que este deva ser desenvolvido sobre uma relação colaborativa entre História Geral, História Regional e História Local, de forma a possibilitar aos educandos a reflexão acerca das suas vivências cotidianas locais, correlatas às perspectivas históricas e temporais da história brasileira e mundial. Tomando por base a relação entre História Geral e História do Piauí, o Currículo do Piauí (2020) estima que deve ser desenvolvido em sala de aula, um processo de constituição identitária piauiense, bem como uma identidade local referente a cidade a qual o aluno se encontra.

O Currículo ressalta a importância que a educação histórica possui em possibilitar ao estudante as prerrogativas necessárias para perceberem os fatos históricos e, como estes impactam a sociedade, refletindo sobre as suas vivências locais.

A história é uma ciência que estuda a vida do homem através do tempo, possibilitando um entendimento para construir um conhecimento em que se possa compreender o passado, assim tornando cidadãos críticos na sociedade capazes de refletir e criticar perante os fatos históricos ocorridos e que ainda irão acontecer, pois investiga o que os homens fizeram ao longo do tempo, pensaram e sentiram enquanto seres humanos e sociais. Portanto, o conhecimento histórico ajuda na compreensão do homem enquanto ser que constrói seu tempo e a sua História (Silva, 2020. p.271).

A ciência histórica é percebida como uma importante base para a reflexão acerca das estruturas sociais contemporâneas, percebendo-as como resultado dos fatos históricos ocorridos outrora. Além de gerar um despertar histórico sobre os eventos passados, a História, tal como é entendida pelo Currículo do Piauí (2020), deve auxiliar no entendimento da história de sua localidade, de uma maneira crítica e autônoma.

No que diz respeito a visão que o documento mantém em relação à autonomia dos estudantes, O Currículo do Piauí (2020) argumenta que a formação de uma autonomia está

relacionada ao estabelecimento de uma identidade, que aceite e valorize o seu povo, hábitos e costumes. Essa identidade, para vir à tona, considera um ensino de história que relaciona o local ao geral, percebendo-as como histórias que existem em uma mesma estrutura.

Desse modo, faz-se necessário uma ação docente em busca de modos de construir este elo entre a abordagem da História geral e da História Local. Assim, o uso da memória e da história oral podem auxiliar na aplicação de um ensino de História que coloque em discussão os contextos de vivências dos alunos.

Afastando-se da História tradicional que atesta apenas os documentos oficiais como fontes propícias para a produção histórica, a Nova História³ modificou a maneira como as fontes são enxergadas e utilizadas, dando espaço para o uso da história oral para a produção histórica. Salientamos, que nesse contexto, aliar o uso da história oral para a abordagem da História Local pode favorecer a constituição identitária.

A história oral auxilia no processo de reconhecimento das similaridades e diferenças, dando forma a memória. Age sobre a construção/reconstrução das identidades, aflorando as múltiplas faces da história. É um registro das histórias vividas. Peter Burke (1992) revela que a história oral tem sido utilizada para o estudo das experiências de pessoas comuns, por meio do resgate de suas memórias.

Na perspectiva do Currículo do Piauí (2020), o ensino de História deve fomentar um debate em torno da história, da cultura regional e local, possibilitando a troca de experiências que impulsionarão a produção do saber histórico, favorecendo o desenvolvimento da aprendizagem, oportunizando uma discussão sobre a pluralidade da sociedade, evidenciando e respeitando a diversidade cultural por meio do tempo e do espaço, assim viabiliza a percepção da importância do entendimento em torno da construção de uma identidade local.

É importante lembrar, que a produção do currículo segue uma realidade histórica, cultural e social, que reflete nos direcionamentos nele proposto. Em seu processo de elaboração diversos fatores são determinantes, como nos lembra Sacristán (1999, PÁGINA) “o currículo é a ligação entre a cultura e a sociedade à escola e à educação”, é um documento que reflete as relações de poder e as forças de interesse que atuam no sistema educativo. Os componentes que dão corpo ao Currículo são resultados da visão dos indivíduos que o elaboram, podem ser enxergados, como nos alerta Barbosa (2006, p.75) “como formador e resultado de relações de

³ Expressão utilizada para se referir às transformações ocorridas no campo histórico em decorrência da fundação da Revista dos Annales, em 1929.

poder”. Ele não é um campo neutro, é um documento que clarifica as contradições e conflitos que envolvem a relação escola e sociedade.

Salientamos a importância da inclusão da História Local e do reconhecimento da importância que esta representa para a constituição identitária, no entanto, no âmbito local o processo de constituição de um trabalho historiográfico se faz de maneira autônoma e por vezes insuficiente e de modo não científico. Os relatos memorialísticos usualmente utilizados detêm grande importância para a guarda da memória local, no entanto, normalmente, esse tipo de narrativa não é utilizada com um viés teórico metodológico, dificultando a sua abordagem em sala de aula de modo correlata aos assuntos de História Geral.

Keith Jenkins (2011, p.42) aponta a História como a “maneira pela qual as pessoas criam, em parte, suas identidades. Ela é muito mais que um módulo no currículo escolar ou acadêmico, embora possamos ver o que ocorre nesses espaços educacionais tem importância crucial para todas aquelas partes diversamente interessadas. ” Nessa perspectiva, a História ultrapassa a sua importância educacional e liga-se a perspectiva de gerar um cidadão participativo e ativo socialmente, ciente da sua importância e contribuição social.

O alcance da formação plena dos estudantes, assim como estabelece o Currículo do Piauí (2020), perpassa pela necessidade de utilização de metodologias e materiais didáticos que superem a transmissão de conhecimento mecanizada que acontece em sala de aula, isso só é possível quando o aluno produz sentido e significados na sua aprendizagem, de modo contextualizado com os conhecimentos prévios que possui, seu contexto sociocultural e econômico. As concepções propostas, só se efetivará com o estabelecimento de condições básicas, dentre elas o investimento no processo de formação do Professor e materiais didáticos.

1.3 A abordagem local no Currículo do Piauí

Com a implementação do Currículo do Piauí (2020) a História Local e Regional ganha corpo enquanto conteúdo a ser desenvolvido em sala de aula a partir do estabelecimento de habilidades que correlata os conteúdos de História já presentes em outras bases curriculares, ao contexto espacial dos estudantes. Essa abordagem próxima às vivências privilegia o processo de constituição identitária, ao integrar o aluno ao meio em que vive.

O estudo da História Local e da História Regional é uma importante ferramenta para a construção e reconhecimento das identidades de uma localidade a partir da exploração de conteúdos culturais e sociais, suas tradições e costumes. As observações da História Local figuram-se como uma base para o entendimento da macro-história, a análise da região em que

vive auxiliam na compreensão de sua sociedade e oferecem uma base para o despertar de interesse para o campo histórico ao aproximar as discussões de sua realidade.

A identidade contribui para a conservação da memória e desenvolvimento de uma consciência histórica coletiva. Consoante a essa afirmativa, o Currículo do Piauí (2020) introduz a temática regional e local em suas habilidades e orienta a utilização destes conteúdos em sala de aula a fim de auxiliar no processo de construção identitária. Vislumbrar a utilização da História Local como um meio de constituir uma identidade, perpassa pelo entendimento dessa vertente histórica como metodologia de ensino. Nesse trabalho, que se propõe em sua finalização elaborar um recurso didático sobre a história local do município de Valença do Piauí, faz-se necessário uma abordagem acerca desse termo.

O processo de abordagem da História Local, como aponta Caimi (2010), passou por transformações estruturantes nas últimas décadas quanto ao seu campo de estudo, deixou de focalizar primordialmente os aspectos folclóricos e passou a abordar aspectos políticos-administrativos do local.

Nos debates atuais do ensino de história apontam-se possibilidades de estabelecer relações muito profícuas entre o estudo das trajetórias locais/regionais e os processos de formação de identidades sociais plurais, de modo a superar o verbalismo das aulas de história circunscritas apenas a temporalidades remotas, a espaços distantes e a determinadas memórias com as quais a maioria dos estudantes que frequenta a escola brasileira não se identifica e nas quais não reconhece as suas experiências, tampouco as de seu grupo de pertença (Caimi, 2010. p.60).

O caminho percorrido para o estabelecimento da História local como abordagem histórica ganha espaço no seio das transformações historiográficas ocorridas no século XX, por meio de um diálogo interdisciplinar entre as ciências sociais. Pierre Goubert (1988) salienta que as últimas décadas do século XX fortificou o desenvolvimento da História Local, pois “historiadores que, não tendo, em geral, nascido nas regiões estudadas, e não expressando por essa devoção filial, trouxeram novamente à moda o retorno a arquivos inexplorados de certa região e de um dado período” (Goubert, 1988, p.70-73).

Consideramos o conceito clássico de história local a partir da perspectiva teórica de Goubert (1988), que define História Local como “aquela que diga respeito a uma ou poucas aldeias, a uma cidade pequena ou média (um grande porto ou uma capital estão além do âmbito local), ou a uma área geográfica que não seja maior do que uma unidade provincial comum”. Na perspectiva de Goubert (1988) a prática histórica da História Local caracteriza-se pela referência ao local de onde o pesquisador desenvolve sua pesquisa.

Similar a esta categorização, Carlos Henrique Farias de Barros (2012), complementa:

A História Local é a história que trata de assuntos referentes a uma determinada região, município, cidade, distrito. Apesar de estar relacionada a uma história global, a história local se caracteriza pela valorização dos particulares, das diversidades; ela é um ponto de partida para a formação de uma identidade regional (Barros, 2012. p.15).

Nessa lógica, a construção de um conhecimento em história local, demanda a consideração e reflexões acerca da memória, a história do presente e da atualidade, estabelecendo conexões entre a memória individual e a memória coletiva, valorizando as particularidades locais. Assim constrói-se o pilar para o processo de constituição identitária local.

Cabe mencionar que História local e História Regional, embora possam ser confundidas, mantém diferenças claras de delimitação quanto a sua abrangência geográfica. Enquanto a História Local ocupa-se em lugares específicos (cidade, vila, bairro...) em uma determinada região e privilegia a vida cotidiana e análises mais minuciosas das dinâmicas culturais e sociais, a História Regional é caracterizada por abranger uma área geográfica maior a permitindo a compreensão mais ampla dos processos e sistemas que se desenrolaram ao decorrer do tempo, refletindo as interações de diferentes comunidades.

Quando um historiador se propõe a trabalhar dentro do âmbito da História Regional, ele mostra-se interessado em estudar diretamente uma região específica. O espaço regional, em importante destacar, não estará necessariamente associado a um recorte administrativo ou geográfico, podendo se referir a um recorte antropológico, a um recorte cultural ou a qualquer outro recorte proposto pelo historiador de acordo com o problema histórico que irá examinar (Barros, 2004, p. 152).

Na visão de Barros (2004), a História Regional se constitui a partir de recortes antropológicos e culturais, envoltos por aspectos econômicos, culturais, étnicos, políticos, entre diversos outros que se distanciam de uma análise ligada apenas às estruturas territoriais. A História Regional não se limita às divisões políticos- administrativas e aos limites geográficos.

A história local afirma-se enquanto uma proposta de investigação das atividades cotidianas de comunidades integradas historicamente em um território, correlatando às perspectivas da totalidade histórica, buscando manter conexões locais, regionais, nacionais e mundiais. Entre as possibilidades ofertadas com a utilização da História Local, podemos perceber que:

[...] os alunos passam gradativamente a observar e perceber o significado de outras matérias construídas no passado; a compreender que as realidades históricas de determinada localidade e de seus habitantes no tempo não se dão

isoladas do mundo, mas como parte do processo histórico em que populações locais constroem suas identidades culturais e sociais; que estas identidades são diversas, mas todas merecem respeito (Barros, 2012. p.4).

Nota-se que a partir desse ponto de vista, o universo historiográfico aproxima-se dos estudantes, as aulas deixam de ser focalizadas em narrativas distantes do grupo de significações já formulados pelos alunos e passam a aproximar-se dos fenômenos históricos da região que estão inseridos. Os alunos passam a reconhecerem na História aspectos relacionados ao seu cotidiano, a sua própria história e as vivências coletivas e individuais.

Para esse processo de construção de uma identidade piauiense, o documento direciona o ensino de História para uma abordagem do contexto do aluno, produzindo conforme os conteúdos vão sendo desenvolvidos um sentido de pertencimento ao grupo, levando em conta a contextualização histórica do seu lugar. Jonh Dewer (1976) defende a íntima relação entre as vivências cotidianas e o processo de ensino e aprendizagem, de modo a utilizar o local como um pilar para o conhecimento de uma história mais ampla.

Os conteúdos na estruturação do Currículo do Piauí (2020) estão dispostos em unidades temáticas atreladas a um objeto de conhecimento, os quais são divididos por séries, que recebem a nomenclatura de habilidades. Estas habilidades circundam os temas que devem ser abordados no cotidiano de sala de aula, ao dado em que seguem os conteúdos trazidos pela BNCC, havendo em algumas habilidades especificidades oriundas do Currículo do Piauí (2020) por meio da inclusão dos temas regionais. Quanto às habilidades para os anos finais, o documento (2020, p. 273) afirma que:

A percepção do outro e de nós é aprofundada, fato significativo para a construção do pensamento crítico e reflexivo. Na perspectiva de compreender as diferenças e valorizar os conceitos do entendimento das diferenças compreendendo os conflitos gerados por diversos aspectos colocados no tempo e no espaço.

Assim, as habilidades propostas para as séries finais intuem o desenvolvimento de um aluno crítico e reflexivo a partir do reconhecimento das diferenças existentes entre o outro e nós. Neste ensejo, expomos abaixo as habilidades, divididas por séries, que se relacionam com a temática de História Local, tomada pelo Currículo em um âmbito mais geral, o Piauí. As habilidades aqui apresentadas possibilitam evidenciar aspectos do município campo de estudo dessa pesquisa.

Consoante a análise destas habilidades, percebemos que apesar de apresentar-se como um importante documento que fomentaria as discussões, principalmente de âmbito regional, o documento ainda trabalha esta perspectiva de modo transversal e com poucas problematizações.

Na tabela abaixo selecionamos as habilidades do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental para a disciplina de História presentes no Currículo do Piauí (2020), que denotam uma aproximação com a História Local, portanto sendo passível de análise para fins deste trabalho.

Quadro 1: Habilidades do Currículo do Piauí (6º ao 9º ano), referentes a História local.

6º ano
(EF06HI01.01PI) Reconhecer os parques nacionais e os sítios arqueológicos no estado Piauí e sua importância para a compreensão da origem do homem americano.
(EF06HI04) Conhecer as teorias sobre a origem do homem americano, identificando a teoria do povoamento da América desenvolvida por Niéde Guidon (Serra da Capivara - São Raimundo Nonato), comparando-a com as demais. Identificar os locais ocupados pelos povos indígenas no território piauiense, percebendo aspectos sócio culturais desses povos.
(EF06HI17) Diferenciar escravidão, servidão e trabalho livre no mundo antigo, estabelecendo comparações com as práticas da escravidão no mundo contemporâneo no Brasil e no Piauí.
7º ano
(EF07HI10.01PI) Analisar a colonização do Piauí e os impactos econômicos sociais e culturais da primeira capital Oeiras na construção da sociedade piauiense.
(EF07HI1401PI) Descrever as rotas comerciais do charque e a dinâmica da economia escravagista no Piauí.
(EF07HI15) Discutir o conceito de escravidão moderna e suas distinções em relação ao escravismo antigo e à servidão medieval, percebendo a lógica da escravidão nas diferentes regiões do Brasil e o paralelo do Piauí.
8º ano
(EF08HI014.16PI) Identificar a batalha do jenipapo, nas lutas de independência do Brasil.
9º ano
(EF09HI03) Identificar os mecanismos de inserção dos negros na sociedade brasileira pós-abolição, e avaliar os seus resultados e compreender a importância dos negros na construção da identidade brasileira e piauiense.
(EF09HI04) Discutir a importância da participação da população negra na formação econômica, política e social do Brasil, identificando no Estado do Piauí povoados, bairros e cidades que tem sua origem vinculada a comunidades quilombolas.

Grifo da autora, 2024.

As habilidades selecionadas dialogam com um contexto mais amplo da História Geral e Nacional, e permitem uma aproximação mais concreta com o contexto vivido pela comunidade a qual o aluno se insere, além de permitir uma reflexão acerca do passado que constitui esse espaço e influencia a identidade coletiva. As habilidades destacadas são

introduções próprias do Currículo do Piauí (2020), ou apenas complementação às habilidades que derivam da BNCC tornando-as mais contextualizadas ao estado do Piauí.

As habilidades estabelecidas para o 6º ano circundam o processo de povoamento da América e de ocupação do território brasileiro e piauiense, evidenciando as contribuições das diferentes culturas para a formação social e cultural do Estado do Piauí. Nesse alinhamento, às questões de ordem local, ou seja, do município a qual o aluno reside, perpassa de maneira transversal as habilidades evidenciadas pelo Currículo do Piauí, podendo estas, no contexto escolar, serem relacionadas com as especificidades locais.

Nessa série há apenas uma habilidade instituída em sua totalidade pelo Currículo do Piauí- EF06HI01.01PI, as demais são oriundas da BNCC com acréscimos que direcionam a abordagem dos conteúdos para o Brasil e o estado do Piauí. Nesse sentido, cabe ao professor relacionar as habilidades sugeridas com temas locais que dialoguem, propiciando ao aluno o contato com conhecimentos fundadores de sua cultura e sociedade, determinantes para o reconhecimento identitário.

A habilidade EF06HI01.01PI- Reconhecer os parques nacionais e os sítios arqueológicos no estado do Piauí e sua importância para a compreensão da origem do homem americano, instituída pelo Currículo (2020), introduz a discussão acerca dos parques arqueológicos existentes no Parque Nacional da Serra da Capivara, localizado na cidade de São Raimundo Nonato, no Piauí, e dialoga com a habilidade 04, no sentido de conhecer as teorias desenvolvidas pela arqueóloga Niéde Guidon acerca do processo de povoamento da América.

A fixação dessa habilidade evidencia uma importante temática que por vezes é inviabilizada em sala de aula, inclusive pelo material didático, mas que detém uma importante carga significativa para o Piauí, bem como para o mundo, revelando para o meio científico importantes contribuições para os estudos de povoamento da América. Apesar da grandiosidade do Parque Nacional Serra da Capivara, a sua importância e até mesmo existência é pouco explorada nas salas de aula da Educação Básica no Piauí.

Atualmente, no livro didático adotado no município de Valença do Piauí para a disciplina de História⁴, observamos a inclusão desse tema como conteúdo a ser trabalhado em sala de aula. No entanto, por ser um material produzido fora do contexto regional, a abordagem no livro didático é mínima, apenas elucidando a localização e os principais achados que levaram

⁴ BOULOS JUNIOR, Alfredo. História, sociedade e cultura : Ensino Fundamental : anos finais / Alfredo Boulos Junior. – 4. Ed. – São Pauli : FTD, 2018.

Toda a rede municipal de ensino de Valença do Piauí, do 6º ao 9º, adota a coleção História, Sociedade e Cidadania como livro didático de História.

Niéde Guidon a defender a teoria que o povoamento do continente é mais antigo do que se imagina a partir dos vestígios arqueológicos encontrados no Sítio Arqueológico da Serra da Capivara. Nesse viés, expressamos a relevância do estabelecimento desse conteúdo no Currículo do Piauí (2020), no entanto, a sua fixação não garante que a temática esteja presente em sala de aula.

Trazendo o nosso olhar para o município de Valença, estas habilidades ganham corpo dentro da História Local, a partir da abordagem em torno dos sítios arqueológicos presentes na cidade e nas cidades circunvizinhas. O conteúdo relativo à povoação do território piauiense, pode ser abordado consoante a utilização de fotografias, e de principalmente, visitas guiadas aos sítios arqueológicos do município, que apesar de não possuírem uma estrutura física adequada, guardam um pedaço da história da cidade, através das pinturas rupestres e das histórias que circundam essas pinturas.

Em relação ao 7º ano, destacamos que, duas habilidades são introduções próprias do Currículo do Piauí, EF07HI10.01PI e EF07HI1401PI, que se referem à colonização do Piauí, as rotas comerciais e a dinâmica escravista. Conteúdos essenciais para o entendimento da dinâmica de exploração e desenvolvimento do Estado. É basilar a seleção de conteúdos que despertem o interesse e curiosidade dos alunos para a disciplina de história, nesse alinhamento as complementações trazidas pelo Currículo (2020) colocam os assuntos mais próximos aos alunos, principalmente no que se refere às questões relacionadas com o presente, tais como o entendimento do conceito de escravidão moderna no Piauí.

A habilidade EF07HI10.01PI pressupõe a análise da colonização do Piauí e as inferências sociais e econômicas do estabelecimento da primeira capital do Piauí, Oeiras. Nessa habilidade, os aspectos locais perpassam de modo transversal, uma vez que o foco recai sobre o Piauí. Aqui, nos deparamos com uma problemática já evidenciada anteriormente, as pesquisas que focalizam o município são insuficientes para a efetivação de todas as habilidades do Currículo (2020) que propõem uma discussão mais próxima do aluno, de forma que não há conhecimento de materiais publicados que evidenciam, especificamente, os impactos do estabelecimento de Oeiras como capital do Piauí para a região de Valença do Piauí.

Nessa mesma lógica, a habilidade EF07HI1401PI propõe a descrição das rotas comerciais do charque e da dinâmica escravista. Nuances que, de modo geral, tem sua abordagem dificultada pela ausência de materiais que a abordam, demandando por parte do docente uma ação de pesquisa na literatura piauiense a fim de produzir o conhecimento a ser levado para a sala de aula.

Já a habilidade EF07HI15, relacionada ao conceito de escravidão moderna, carrega potencial de uso da História Local, uma vez que o município entre 2021 e 2023 possui diversos casos de trabalho análogo a escravidão, seja no território do município ou casos de municípios explorados em outros estados. Apesar de serem casos que não possuem a sua história documentada, é algo de conhecimento popular e que pode ser usado como exemplos para pontuar as distinções entre a escravidão moderna e o sistema escravista colonial.

O conteúdo do 8º ano versa sobre os processos de independência da América e do Brasil, percebendo os diferentes atores desses processos. Uma habilidade faz referência completa à temática regional, EF08HI014.16PI, fazendo alusão a Batalha do Jenipapo no contexto de lutas de independência do Brasil.

A Batalha do Jenipapo ocorreu em 13 de março de 1823, quando as tropas brasileiras, adeptas da separação entre Brasil e Portugal, enfrentaram as tropas portuguesas liderada pelo Major João José da Cunha Fidié, na atual cidade de Campo Maior-PI, às margens do rio jenipapo. Foi um evento sangrento que marcou a história da independência do Brasil e deu impulso para a rendição do major.

Dado a importância do evento para a história do Piauí e do Brasil, a temática deveria ter espaço nas salas de aula, principalmente no Piauí. Faz-se necessário percebermos a discrepância entre o saber acadêmico daquele difundido pelo livro didático, já que enquanto no âmbito acadêmico, as pesquisas em torno do Piauí crescem naturalmente, as produções dos livros didáticos adotados nas escolas não acompanham as pesquisas desenvolvidas no âmbito acadêmico, uma vez que continuam a perpetuar silenciamentos e omissões, exemplo disso, é a ínfima abordagem da Batalha do Jenipapo nos materiais didáticos adotados em sala de aula.

Enquanto no âmbito científico a Batalha do jenipapo é alvo de produções ao nível de mestrado e doutorado, que evidenciam a sua importância para o processo de independência do Brasil, para a caracterização identitária do Piauí e uma série de subtemas advindos desse evento, na prática, no ensino básico a temática pouco aparece nas aulas de História. A exemplo dessa afirmativa, o livro de História adotado pelas escolas do município de Valença do Piauí para o 8º ano do ensino fundamental, aborda a batalha do jenipapo na unidade temática que trata sobre as lutas pela independência em apenas três parágrafos que expõe, sem detalhes, que a batalha, mesmo sem a vitória, foi importante para enfraquecer o exército do Major Fidié.

Além do texto escrito, há uma imagem do Memorial da Batalha do Jenipapo, em Campo Maior, exibindo em primeiro plano armas e, em segundo plano, roupas usadas pelos piauienses

durante a batalha. Como indicação audiovisual, o livro disponibiliza o link do vídeo⁵ "O grito no Jenipapo de Independência" (2015), produção da TV Assembleia-PI, pertencente à Assembleia Legislativa do Estado. O vídeo, com duração de doze minutos e quatro segundos, apresenta o contexto geral que precedeu a batalha, mostra os monumentos históricos da cidade de Campo Maior que remetem a luta, e elucida a importância desta para a manutenção da memória.

Apesar de a narrativa em torno da batalha ainda se apresentar de maneira insuficiente, não podemos deixar de mencionar que a sua inclusão já demonstra uma, mesmo que vagarosa, mudança pragmática quanto a produção e escolha do material didático. A importância da presença dessa temática nos livros didáticos não se revela apenas pelo entendimento do processo de independência do Brasil, mas sobretudo, por ser um ponto constituinte para a identidade piauiense. Como salienta Moura (2018, local.3), a abordagem dessa temática oportuniza a legitimação dos heróis dessa guerra, o que seria o ponto de identificação coletiva dos indivíduos piauienses.

No 9º ano, as habilidades focalizam os conteúdos relacionados ao período republicano alicerçados na emergência da modernização no Brasil e no Piauí. Aqui, o Piauí também aparece de modo complementar às habilidades já constantes na BNCC, transversal aos conteúdos de âmbito mais geral. Não há nessa série nenhum acréscimo de habilidades referentes à história do Piauí, apenas a adoção das habilidades já expostas na BNCC.

As habilidades EF09HI03 e EF09HI04 discutem a presença negra na sociedade e as contribuições dessa população para a identidade brasileira e piauiense. Na habilidade EF09HI04 propõe a identificação de comunidades que tenham a sua origem vinculada a comunidades quilombolas. Apesar da história de Valença, essa habilidade encontra respaldo a partir da análise da Comunidade Tranqueira, reconhecida como comunidade quilombola em 2009 pela Fundação Cultural Palmares.

Diante do exposto, da vivência cotidiana em sala de aula e da troca de experiências com outros professores de História, reforçamos que há uma distância evidente entre o proposto no Currículo, daquilo que chega a sala de aula e é colocado em prática. Assim, mesmo que as temáticas propostas neste documento potencializem as discussões de âmbito local, as problemáticas estruturais de aplicação da teoria para a prática persistem. Persiste a carência na formação docente, a falta de materiais acerca da história do município, que, se produzidos, não estão disponíveis para acesso do corpo docente e discente, ou a carência dessas produções, já

⁵ <https://www.youtube.com/watch?v=dxgtkCypUaA&t=508s>

que por vezes, a exemplo de Valença do Piauí, a história Local não é alvo primado de produções técnicas no âmbito historiográfico.

A inclusão dos recortes temáticos que abordam a História Local no Currículo não esvazia a problemática de invisibilidade dessas discussões em sala de aula, principalmente em decorrência da inclusão fragilizada dessa temática, uma vez que foram introduzidas sem contextualização, e não há garantia de recursos que oportunize o desenvolvimento em sala de aula. Portanto, torna-se essencial o estabelecimento, tanto por parte das forças políticas responsáveis pelo funcionamento escolar e os atores responsáveis pela formulação curricular, quanto dos sujeitos que atuam diretamente na escola, gestores e professores, condições que facilitem a aplicação das habilidades propostas, que apesar de ser elucidadas de maneira transversal a conteúdos históricos mais amplos, representam um avanço na abordagem da História Local.

Caracteristicamente, a prática educacional do ensino de História é marcada por uma abordagem tradicional, factual e cronológica que não contribui para a constituição de uma consciência crítica do estudante. Essa perspectiva dificulta a reflexão do estudante em torno de sua própria historicidade, não oferece ao aluno a oportunidade de se enxergar como sujeito histórico, acarretando dificuldade de perceber na História uma importância real.

Caimi e Oliveira (2021, p. 242) evidenciam o conceito de cultura manualística⁶ relacionando-o com as práticas dominantes na história escolar que mantém os conteúdos distantes da realidade do aluno. Para as autoras, a cultura manualística permanece na prática docente dos professores de História que orientam a suas práxis de modo conteudista, factual e cronológico, privilegiando os fatos em detrimento das estruturas.

Essa permanência da cultura manualística é notada nos livros didáticos e nas matrizes curriculares, que ainda manifestam uma perspectiva cronológica-linear norteada pela história europeia. Essa conduta distancia a abordagem da História articulada à contemporaneidade e, de modo especial, a História Local.

A cultura manualística se apresenta em práticas escolares verbalistas e conteudistas, cuja estrutura narrativa é enciclopédica, porque almeja contemplar toda a história, de todos os tempos e lugares, ao mesmo tempo em que é fragmentada, pois prioriza fatos em detrimento de estruturas e processos (Caimi; Oliveira, 2021, p.242).

⁶ Cultura manualística é um conceito formulado pelo historiador italiano Ivo Mattozzi, em um artigo publicado em 1998. Este conceito refere-se à manutenção das práticas dominantes na história escolar que são mantidas por professores, mesmo havendo inovações no âmbito da pesquisa e da didática.

Essa abordagem conteudista do ensino de História, ligada ao paradigma tradicional, ainda orienta a prática pedagógica de professores de História e, principalmente, a formulação de currículos escolares, ao privilegiarem as estruturas políticas e econômica das sociedades em detrimento dos aspectos socioculturais e da pluralidade de vivências e contextos históricos. O paradigma tradicional toma a História como uma narrativa de acontecimentos, afastando-se de uma análise das estruturas, necessária para a produção de uma “História vista de baixo”.

Jim Sharpe (1992) destaca que a história vista de baixo possibilita uma abordagem acerca das experiências do cotidiano de pessoas consideradas como comuns, viabilizando uma aproximação dessas experiências às temáticas mais tradicionais da História, buscando atribuir visibilidade para os excluídos da História, ampliando as áreas de abordagem, tornando homens e mulheres comuns personagens ativos da História. Desse modo, há um elo entre a História Geral e as memórias do cotidiano, podendo levar a produção de uma História Local, mas sem se distanciar das estruturas da História Geral. Como defende Burke (1992) a “história vista de baixo” funciona como um mecanismo de integrar as histórias do cotidiano, de uma localidade, de um grupo social a uma produção histórica.

Apesar de se constituir como um mecanismo que enfatiza as vivências de grupos vistos como inferiores, auxiliando no processo de produção identitária, a história vista de baixo deve ultrapassar a simples produção narrativa da história do cotidiano, mas deve servir para questionar e refletir a história escolar e localizar as pequenas comunidades no cerne da História, ajudando-os a se enxergar como sujeitos constituintes do processo histórico.

Fica a cargo do Professor selecionar estes conteúdos, levando em consideração a historiografia de seu Município que dialogue com as habilidades expressas no Currículo do Piauí (2020), nesse sentido é essencial o reconhecimento dos trabalhos historiográficos já produzidos sobre o local, sejam trabalhos de conclusão de curso, artigos, entrevistas, livros elaborados por moradores e/ou conhecedores da história do município, ou quando não, é preciso construir essa história.

O ensino de História evidencia ao aluno que a sua trajetória histórica não se constitui de modo isolado, mas, pelo contrário, se apresenta contextualizada com processos e disputas que muitas vezes passam despercebidos. Ao observar as habilidades especificadas para os anos finais do Ensino Fundamental, notamos que há a intenção de firmar os conteúdos de História mais próximos às discussões de âmbito local, estando mais próximas das experiências vivenciadas pelos alunos, ou de seus conhecimentos locais.

No entanto, a fixação dos conteúdos em um documento que se propõe a equiparar os conteúdos dentro do Estado e, a construir uma identidade piauiense através da contextualização

das contribuições do Piauí no processo de formação histórica do Brasil, não é suficiente para que esses conteúdos cheguem de fato a sala de aula. É preciso, inicialmente, romper com a prática docente de uma disciplina conteudista, factual e tradicional, é preciso materiais didáticos e condições para o docente desenvolver as habilidades propostas para a sala de aula. Nesse viés, o local configura-se como essencial para a identificação dos alunos em relação aos objetos de conhecimento.

É interessante pontuar que a introdução de conteúdos que privilegie a análise social do presente, torna-se importante e primordial para o rompimento de um silenciamento que é imposto à vertente política da História Local. As discussões de esfera local podem viabilizar o entendimento da realidade social, quanto aos problemas enfrentados, principalmente por pequenos municípios que vivem sob a tutela de um grupo político ou família influente. Daí a importância de trabalhos de História Local que possuam um viés científico e teórico, embasado em fontes e com rigor metodológico.

O conhecimento dos processos de disputa e exploração que constituem a História Local, pode favorecer o interesse em torno de entender as reverberações dos acontecimentos históricos para o presente sociocultural. Pondo em evidência as estruturas que ocasionaram o lugar ocupado pela cidade no imaginário popular, bem como perceber as nuances que interligam o local ao regional e nacional.

A História Local precisa ser conhecida e reconhecida pelo professor, só assim ele poderá transpô-la aos seus alunos, evidenciando a sua relação com a história do seu próprio estado, a nacional e mundial. Para além do conhecimento da História Local, é necessário o conhecimento da utilização deste campo histórico como recurso de ensino, seu conceito e aplicabilidade. O uso da História Local revela-se como uma estratégia de inserir o indivíduo em sua comunidade, atribuindo uma historicidade para si mesmo, levando-o a construir uma identidade relacionada ao seu local, além de permitir perceber que a história, enquanto narrativa, é plural e mesmo aqueles que estão alheios aos processos históricos se constituem parte da História.

O estudo do local influencia na abordagem das singularidades de modo a exercer uma função que ultrapassa a exemplificação de conteúdos de âmbito geral. As produções e ações docentes podem ser apresentadas como uma alternativa para a aplicação e desenvolvimento da História Local no âmbito escolar. A História Local pode auxiliar no processo de recuperação da memória local, marcada pelas experiências de vida dos alunos e pelas trocas de saberes entre os sujeitos citadinos, ao considerar essas experiências, o professor traz para a sala de aula conhecimentos que não constam no material didático utilizado pelos alunos, engrandecendo a aprendizagem histórica sobre o seu espaço de convivência.

Diante os empecilhos de se propor um ensino de História Local, as ações individuais dos docentes e dos projetos independentes, formulados e aplicados pela escola ganham espaço, visto que o material didático silencia as disputas locais. Assim, torna-se preponderante que os docentes estejam cientes das contribuições que a História Local pode gerar para a aprendizagem dos alunos e para o processo de reconhecimento identitário e a manutenção da história de sua sociedade.

2.0 “DO NOBRE PIAUÍ, TU ÉS O CORAÇÃO”⁷: VALENÇA DO PIAUÍ E A PRÁTICA HISTORIOGRÁFICA LOCAL

O espaço citadino é palco constante para a construção de histórias, de vivências não documentadas, de relatos que permanecem vivos no imaginário de seus moradores. Ao longo do tempo, os espaços da cidade se modelam conforme as experiências e necessidades de seus cidadãos e das formas que eles se apropriam desse espaço, dando-lhe vida ao tecer relações de afetividade. Ao ocupar os espaços e aplicar a eles significações, estes transformam-se em lugar. Nesse sentido, tomamos como lugar de análise deste trabalho a cidade de Valença do Piauí, no interior do Estado do Piauí. Este lugar guarda vivo na mentalidade popular de seus habitantes, nas ruas, na arquitetura urbana e festividades da cidade uma riqueza histórica que fundamentam a identidade local, portanto faz-se necessário o entendimento desses aspectos para a sua produção identitária. Assim, este segundo capítulo intui apresentar e descrever o nosso espaço geográfico de análise, a cidade de Valença do Piauí, a partir de seus aspectos sociais, culturais e religiosos, buscando salientar a importância desses aspectos para a identificação com a cidade e a consequente produção de uma identidade local. Além de explanarmos os aspectos citados, iniciamos com um percurso de constituição desse lugar, remontando a trajetória de ocupação do Piauí e o processo de surgimento das cidades.

2.1 As primeiras impressões sobre Valença do Piauí

Observar os espaços da cidade é mergulhar numa intensa teia de significados que são ao fundo representações das identidades construídas nesse lugar. Ana Fani Alessandri Carlos (2007) nos sugere que o espaço torna-se lugar apenas quando habitamos nele, refletindo o nosso cotidiano, o lugar é então, “a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante- identidade- lugar.” (Carlos, 2007, p.17).

Zamboni (1993) argumenta que ao chegar à escola, a criança já carrega consigo uma identidade político-territorial atrelada a uma noção de lugar. Este que é tomado como um espaço de segurança a qual estamos ligados emocionalmente, pode ser a cidade, o bairro, a nossa casa... a partir dessa noção de lugar, é que, neste capítulo nos propomos a descrever o espaço da cidade de Valença do Piauí, expondo aspectos importantes para a sua constituição identitária.

Antes de adentrarmos na história desse lugar, faz-se necessário um recuo historiográfico acerca da constituição do espaço hoje chamado Piauí, a fim de compreendermos o contexto de

⁷ Verso que compõe o hino do município de Valença do Piauí.

surgimento do nosso espaço geográfico de análise. A historiografia dominante atrela a “descoberta” do espaço territorial, outrora denominado Piauí, ao ano de 1674, quando Domingos Afonso Mafrense e o seu irmão Julião Afonso Serra, acompanhados de Francisco Dias de Ávila e Bernardo Pereira Gago, chegam a essas terras.

No entanto, estudos mais recentes, propõem um deslocamento temporal de análise aproximando os estudos referentes ao Piauí para a história de povoação da América, visando a exploração da história do povoamento pré-histórico, nativo e colonial. De modo que, entenda-se que a povoação colonial se deu em detrimento da devastação da população nativa, que possivelmente tem origem pré-histórica.

O livro *Cronologia Histórica do Estado do Piauí* (1974) expõe que por meio de uma Carta Régia, de 19 de novembro de 1535, o Rei de Portugal, Dom João III, doou à Antônio Cardoso de Barros uma faixa de terra que viria mais tarde a ser o Piauí. Desse momento não consta resquícios que tal cavaleiro fidalgo tenha empreendido tentativas de exploração e colonização nessas terras. Retornando a Portugal em 17 de dezembro de 1556, a nau em que estava naufragou no rio Coruripe. Vindo todos os tripulantes “padeceram nas mãos dos índios caetés.” (Costa, 1974, p.23).

Sobre a terra doada a Antônio Cardoso, F.A Pereira da Costa (1974, p.23) a localiza:

[...] quarenta léguas de terras na costa do Brasil, a contar do rio da Cruz, em dois graus e dois terços, correndo por leste, até angra dos Negros, em dois graus. [...] É, portanto, no quinhão de terras concedidas a António Cardoso de Barros que estão compreendidas as que constituem o território do Piauí, segundo o autorizado juízo do padre Aires do Casal.

Em seguida, em sua narrativa, o autor expõe que as primeiras explorações do Piauí, pelo litoral, foram realizadas por Nicolau de Resende, aproximadamente no ano de 1571, mas não houve intenções de fixar-se, apenas abrir caminho para a rota entre o Ceará e o Maranhão. No ano de 1661, o autor evidencia a presença de sacerdotes jesuítas no território do Piauí a fim de realizar missões com os indígenas visando pacificá-los para facilitar a passagem do Ceará ao Maranhão, estabelecendo assim alguns aldeamentos. O autor pontua como o início das excursões para o Piauí, o ano de 1662, pelo sertanista Domingos Jorge Velho.

Contrária a historiografia estabelecida, que enfatiza o ano de 1674 como a descoberta do território do Piauí, F.A Pereira da Costa (1974), cita uma carta de sesmaria concedida pelo governador de Pernambuco, Francisco Castro de Moraes, em 3 de janeiro de 1705, doando terras às margens do Rio Poti e Parnaíba para o sertanista citado. No documento consta que Domingos Jorge Velho “marchou do Piauí para a guerra dos Palmares em 1687, com a sua gente, deixando

todas as fazendas e lavouras situadas nas margens dos rios Poti e Parnaíba, onde tiveram seus domicílios vinte e quatro ou vinte e cinco anos”. (Costa, 1974, p.39). Assim, conclui, que se em 1687 o sertanista e sua gente residia no Piauí à vinte e quatro ou vinte e cinco anos, as explorações no território piauiense iniciaram-se então em 1662 ou em 1663.

No ano de 1695, há o desmembramento do Piauí no seu aspecto administrativo de Pernambuco, ligando-se ao Maranhão. Transcorrendo para o ano de 1696, tem lugar a criação de uma freguesia⁸, posteriormente chamada Oeiras, sob a invocação de Nossa Senhora das Vitórias. O seu território foi desmembrado de Pernambuco, “ao qual estava anexa toda aquela circunscrição territorial do Piauí” (Costa, 1974, p.54), e permanece sob a tutela religiosa da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Cabrobó, bispado de Pernambuco. Tal freguesia foi elevada à categoria de vila⁹ em 1712, com a denominação de Mocha.

Nesse percurso, outras freguesias vão sendo criadas pelo território do Piauí, inclusive em 1740, a partir da ação de D. Manoel da Cruz, Bispo do Maranhão, cria-se a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Aroazes, com sede em um povoado onde se estabelecia a Missão dos Aroazes, que viria mais tarde a se tornar uma cidade de mesmo nome. É nesta freguesia que o território da cidade de Valença do Piauí se encontrava, sob a denominação sítio Caatinguinha. Quando há a elevação das freguesias à Vila, ocorre a transferência da sede para o sítio Caatinguinha. Deste modo, a região que constitui Valença é elevada à Vila, e Aroazes permanece como freguesia.

A partir da Carta Régia de 29 de julho de 1758, cria-se a Capitania do Piauí, que está independente do Maranhão, transformando a Vila da Mocha em sede do governo de João Pereira Caldas, agora sob o título de cidade. A nomenclatura foi alterada em 1761, através da Carta Régia de 19 de julho, para Oeiras. Posteriormente, a Capitania do Piauí, pela ação do então ministro e secretário de Estado do Rei Dom José I, o Marquês de Pombal, é agora nomeada de Capitania de São José do Piauí, conforme os apontamentos de Costa (1974).

Nesse ínterim, o processo de avanço colonial no Piauí foi violento. Por meio de conflitos armados, os exploradores iniciaram uma guerra contra a população indígena para garantir a posse da terra e o desenvolvimento da pecuária. De acordo com Lima (2020, p.10) “alianças, resistências, lutas e violência contra a população indígena integraram a ação colonizadora e o

⁸ O mesmo que paróquia. Eram pequenos povoados que surgiam em decorrência da doação de terras sob a incumbência de algum santo da igreja católica.

⁹ É um espaço onde o número de habitantes é maior que de uma aldeia, e menor que o número de habitantes de uma cidade.

domínio português nos sertões de dentro”, de modo a formar uma sociedade com estrutura escravista e ao molde mercantil.

Lima (2020, p.10) ressalta que o processo de exploração e ocupação do território piauiense, gerou o despovoamento das populações nativas, de tal modo que a partir do final do século XVII “estrutura-se no Piauí uma economia ganadeira¹⁰, uma sociedade rural e centrífuga com base no uso da mão de obra escrava.” A autora pontua que durante o século XVII e XVIII quase não havia vida urbana e, que a única vila existente era a da Mocha, que é elevada a cidade em 1762. Quanto ao momento de elevação à cidade, é iniciado o processo de elevação de seis freguesias a categoria de vilas: Freguesia de Nossa Senhora do Livramento de Parnaguá (Vila Parnaguá), Freguesia de Santo Antônio do Gorgueya (Vila de Jerumenha), Freguesia de Santo Antônio do Serubim (Vila Campo Maior), Freguesia de Nossa Senhora do Monte do Carmo de Piracuruca (Vila de Parnaíba), Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Rancho do Prato (Vila de Marvão) e Freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Aroazes (Vila de Valença).

Mesmo com a elevação da cidade de Oeiras, e das demais freguesias à vila, o território permaneceu sem poucas alterações. Luiz Mott (1985) evidencia que dez anos após essas alterações, as localidades encontravam-se sem grandes melhorias, ou seja, despovoadas. Nesse contexto, Mott (1985) utiliza-se de um relato do ouvidor da capitania, Antônio José de Moraes Durão, de 15 de junho de 1772, para enfatizar o caráter de atraso que a capital e demais vilas sofriam.

Este documento, a qual não tivemos acesso a sua versão original, apenas a versão disponibilizada de maneira digital no “Documentário: Descrição da Capitania de São José do Piauí- 1772”, de autoria de Luiz Mott, evidencia o pouco desenvolvimento da Capitania:

É capitania pobre, mas desempenhada. Pouco fértil, não tanto por influência da terra que pela maior parte é arenosa e lageada, quanto pela nímia preguiça de seus habitantes que unicamente se aproveitam do que a simples natureza produz, sem mais benefícios ou canseiras deles. Há muitas paragens excelentes para cultura, mas desprezadas, donde vem serem os frutos da terra, como são a mandioca, feijão, milho, arroz, açúcar em comparação com as demais capitanias, totalmente caríssimos
(Descrição da Capitania de São José do Piauí, Ouvidor Antônio José de Moraes Durão, 15 de junho de 1772).

Em sua narrativa, o Ouvidor Moraes Durão, salienta, principalmente, que o pouco crescimento da capitania se dá em decorrência da preguiça dos seus habitantes, que gozam

¹⁰ Refere-se a criação de gado. Ganadeira: Proprietário de uma ganadaria; Criador de gado; Possuidor de gado lanígero; Guardador de gado. Guardador de touros.

apenas do que a natureza oferece. Individualmente, o Ouvidor descreve a cidade de Oeiras e as seis Vilas que formam a Capitania, de modo a exacerbar as dificuldades de cada um desses espaços. Em relação à Vila de Valença, expõe:

[...] no pior sítio de todo o seu distrito: sem águas, sem pastos e outra alguma comodidade necessária para qualquer povo. Tem uma ermida de barro, mas arruinada. Não tem câmara, cadeia, açougue ou outra alguma oficina, e fica numa baixa terrível onde se bebe de cacimbas. Tem nove vizinhos (Descrição da Capitania de São José do Piauí, Ouvidor Antônio José de Moraes Durão, 15 de junho de 1772).

De modo contrário à está interpretação e utilizando-se do mesmo documento de autoria do ouvidor da Capitania, Reinaldo Coutinho publica em seu livro *Antiguidades Valencianas*, destacando: “é rara a fazenda desta freguesia onde não haja roças, engenho, porque é uma das que tem melhores terras nesta capitania [...]” (Coutinho, 2000, p.15) a fim de apontar as qualidades que o território de Valença do Piauí possui.

No entanto, ao lermos a descrição de Moraes Durão, notamos que o trecho destacado pelo historiador não se refere à sede da Vila de Valença, mas sim, à freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Aroazes (antigo povoado Missão dos Aroazes). Esta, sim, é apresentada pelo ouvidor como uma área com boa água, com pastagens, e muita madeira e pedras, características necessárias para uma grande povoação. Atribui-se a boa qualidade da terra para roça em decorrência de sua localização entre as ribeiras de São Bito e Poti, com muita abundância de água.

Ainda utilizando a descrição do ouvidor da capitania, o historiador expõe, afirmando ser uma descrição de autoria do ouvidor:

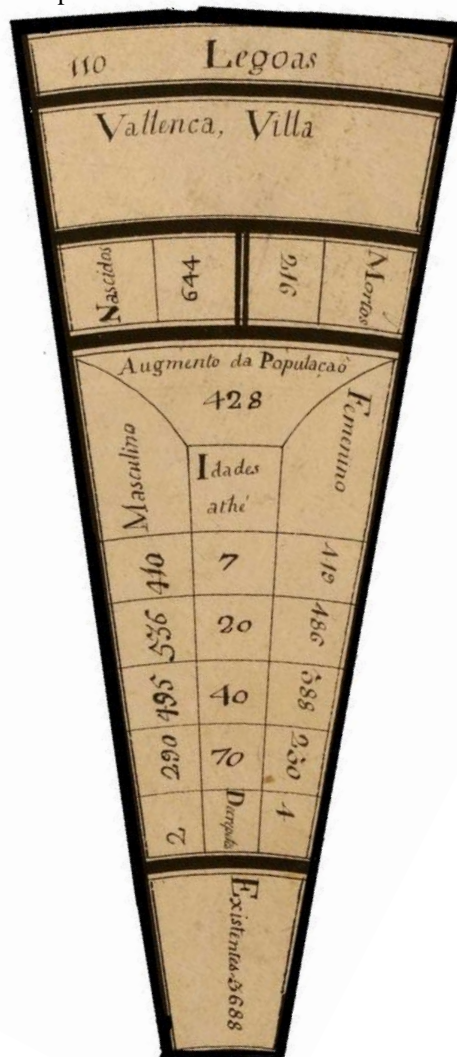
Valença, anteriormente chamada Catinguinha, vila pequena, situada sobre uma ribeira que depois de quatro léguas entre no Rio de São Vitor. A sua matriz é dedicada à Nossa Senhora do Ó. No seu termo há minerais de salitre e bons pastos, que criam muito gado. Obra sete léguas arredada está a capela de Nossa Senhora da Conceição, noutro tempo paróquia, em cujos arredores se cultivavam os gêneros do país (Coutinho, 2000, p.15).

A atribuição dessa citação ao ouvidor da Capitania torna-se incongruente com a descrição realizada no documento analisado. De modo que, no documento “Descrição da Capitania de São José do Piauí-1772”, não há esse fragmento, tampouco, analisando o documento em sua íntegra, a menção de que a Vila de Valença, cuja sede nasce em um sítio que se chamava caatinguinha, tenha potencialidades agrícolas ou mesmo produza gêneros alimentícios.

Notadamente, mesmo sendo elevada a Vila da Mocha à categoria de cidade e as seis freguesias a categoria de Vila, o povoamento pretendido pelos colonizadores não foi algo alcançado, como aponta Lima (2020, p.11). A elevação à vila das freguesias citadas anteriormente, visava “corrigir o caráter disperso da população, fortalecer o regime colonial e centralizar o poder político”, o que não aconteceu em decorrência da estrutura rural e latifundiária que a Capitania se encontrava.

Aproximadamente, onze anos após a descrição contida no relato do ouvidor Antônio José de Moraes Durão, é encomendado sob o governo do capitão geral das capitanias do Maranhão e Piauí, José Telles da Silva, entre os anos de 1783 e 1787, a confecção de um mapa que registra as fazendas, sítios, vilas e povoados desta Capitania e da Capitania do Maranhão. De acordo com Rodrigo Gerolineto Fonseca (2010, p.129) a intenção da produção desse mapa era, possivelmente, demonstrar o crescimento populacional em cidades e vilas das duas capitanias.

Imagem 1: Mapa das cidades Villas, Lugares e Freguesias das Capitanias do Maranhão e Piauí com o número de habitantes e cada uma, desde de 13 de fevereiro de 1774 a 17 de dezembro de 1787, com destaque para a Villa de Valença. Em anexo o mapa completo.



Fonte: Acervo da Biblioteca Digital Luso-Brasileira. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/15542>. Acesso em 12/09/2023.

O mapa apresentado acima, com destaque para a Vila de Valença, possibilita uma análise acerca da estrutura de povoação que foi sendo posta em prática na Capitania do Piauí, ou seja, a interiorização do sertão baseado no ideal de nucleação populacional das vilas. O mapa traz informações da divisão populacional relativas ao sexo, idade, a tipologia do núcleo populacional, se vilas ou aldeamentos indígenas (nominadas no mapa como lugar de índios), e a distância que esses espaços tinham da sede da capitania.

Para o historiador Fonseca (2010, p.131), o mapa em questão é carregado de significados que vão além do interesse em demonstrar o crescimento populacional das Capitânicas. O autor evidencia que este levantamento populacional abre espaço para o “planejamento das atividades econômicas, bem como permite especular sobre as possibilidades de crescimento populacional, uma vez conhecidas as idades das pessoas de ambos os sexos”. Nesse viés, o autor ressalta o objetivo da coroa portuguesa em transformar a vida nas vilas, que juntas aos aldeamentos serviriam para o adestramento dos povos privados de liberdade.

No que concerne à Capitania do Piauí, o mapa aponta um total de 37.044 de existentes, apresentando um aumento populacional de 2.644 pessoas a partir da relação entre a quantidade de nascidos e mortos. Na parte inferior do mapa é apresentado um panorama acerca da quantidade de habitantes (entre branco, escravos, índios e mulatos) capazes de pegar em armas, em ambas as Capitânicas, totalizando 39.900 pessoas, a população indígena de ambos o sexo é de 2.804, de mulatos e pretos dos dois sexos 1.145, nas duas Capitânicas.

Em relação à Vila de Valença, entre os anos que José Telles da Silva esteve como Governador das duas Capitânicas, Piauí e Maranhão, as descrições contidas no mapa a localizam a 110 léguas da então Capital, Oeiras, existindo 3.688 pessoas, com um aumento populacional de 428 pessoas (o aumento populacional exposto no mapa refere-se a diferença entre o número de nascidos, 644, e o número de mortos, 216).

Entre os homens o total é de 410 com até 7 anos, 536 com até 20 anos, 495 com até 40 anos e 290 com até 60 anos, e 2 decrepitos, totalizando assim 1.733 homens na Vila de Valença. Já entre as mulheres as quantidades expostas são, 419 com até 7 anos, 486 com até 20, 588 até 40 anos e 230 com até 70 anos, e 4 decrepitas, contabilizando 1.520 mulheres.

Ao observarmos o total de existentes e compararmos com o total de homens e mulheres, resulta em 3.253, quantidade inferior aos 3.688 contabilizados como existentes na Vila. Assim como no total de existentes na Capitania do Piauí, que como aponta a historiadora Gutielle

Gonçalves (2022, p.18), referem-se as pessoas distribuídas entre “escravos, mulatos, índios, pretos forros e homens brancos”, podemos conjecturar que o número total de existentes na Vila de Valença se refere a todas as pessoas entre brancos, negros libertos, escravos e indígenas.

Com a observação desse mapa, percebemos que houve um aumento significativo da população na Capitania, e de modo substancial na Vila de Valença, se comparada com a descrição exposta anteriormente de Antônio José de Moraes Durão em 15 de junho de 1772. Apesar de haver um aumento populacional, a estrutura da colônia seguia uma lógica latifundiária que influenciava a criação de pequenos núcleos urbanos. Como aponta Lima (2010) essa estrutura latifundiária gerou a aglomeração da população em pequenos núcleos em decorrência da distância entre as fazendas. A economia baseava-se na produção de gado para mantimento interno da colônia, vigorando até o século XIX, quando a produção de gado perde espaço no mercado regional.

2.2 “As margens do rio caatinginha, cercada de mil matagais”¹¹

O território, hoje compreendido como Valença do Piauí, tem a sua origem vinculada a um aldeamento dos indígenas aruaques, da qual se origina um povoado de nome caatinginha, em detrimento de um rio que cortava esse espaço. Foi a última vila fundada pelo Governador João Pereira Caldas, a “20 de setembro de 1762, tendo sua ordem de fundação decretada em 19 de junho de 1671” (Galvão Ramalho, 2023, s/p). Enquanto freguesia compunha a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição que tinha por sede o povoado Missão dos Aroazes.

Elevada a comarca¹² pela Lei Provincial nº 592 de 6 de agosto de 1866, instalada por Gastão Ferreira de Gouveia Pimentel Beleza, o primeiro juiz de direito desse território, antes de ser comarca, pertencia a Oeiras. Torna-se cidade pelo decreto Nº 3, de 30 de dezembro de 1889, alguns anos depois há a troca do nome para Berlingas, a partir da Lei Estadual nº 754, de 30 de dezembro de 1943, permanecendo assim até 26 de julho de 1948, quando através da Lei Estadual N° 128 passa-se a chamar Valença do Piauí, assim permanecendo até a atualidade.

Localizada na mesorregião do centro norte piauiense, Valença do Piauí, apresenta características tropicais semiúmidas em decorrência de sua vegetação (caatinga e cerradão), distante 216 km da capital do estado, Teresina. Apresenta como limites municipais: Aroazes

¹¹ Verso que compõe o hino do município de Valença do Piauí.

¹² As comarcas eram divisões territoriais das capitanias com finalidades jurídicas. De acordo com Paula e Almeida (2016, p.158), cabia às comarcas o encargo jurídico de velar pela gestão dos recursos financeiros e pela administração executada nas câmaras, que se localizavam em cidades ou vilas que exerciam papel de destaque.

(Norte-Nordeste); Pimenteiras (Nordeste); Lagoa do Sítio (Leste); Inhuma (Sul); Novo Oriente e Elesbão Veloso (Oeste). O Município é constituído pelo perímetro urbano, a sede da cidade, e algumas comunidades empreendidas no perímetro rural, totalizando 1.333,722 km², com uma população total de 22.281 pessoas de acordo com censo 2022, sendo o 24º Município do Piauí em número de habitantes. Abaixo apresentamos a localização do Município no mapa do Piauí.

Mapa 1: Localização do município de Valença do Piauí em destaque no mapa do estado do Piauí.



Adaptação da Autora, 2023.

Valença do Piauí é uma cidade bicentenária, completando em 2023, 261 anos. Reconhecida regionalmente por cidade sorriso em virtude de seu aspecto hospitaleiro e

acolhedor. Possui um espaço conhecido por seus cidadãos como “centro histórico” que demarcam a presença de colonizadores e da elite piauiense do século XVIII. Nesse espaço, localizado na parte central da cidade, compreendido entre a Igreja de São Benedito e a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Ó e Conceição, possui casarões históricos que revelam aspectos da constituição da cidade e foram palco de estórias que circunda o imaginário popular.

Imagem 2: Centro histórico de Valença do Piauí, em destaque os casarões coloniais e o mural em homenagem a Petrónio Portela.



Fonte: Reprodução/TV Clube, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/piaui-de-riquezas/noticia/2022/05/14/cidade-de-valenca-do-piaui-encanta-pela-sua-historia-e-belezas-naturais.ghtml>. Acesso em 27 set 2023.

A cidade é concebida de espaços constituintes de sua história, que refletem os seus anos de existência. No entanto, como espaços de salvaguarda de memória, histórias e objetos possui

dois espaços, o Museu Municipal, local mantido pela Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Cultura, conta com um acervo diversificado, entre artefatos, fotos e fósseis que refletem o cotidiano local, com peças do passado pré-histórico e escravista da cidade e região; e o Espaço Cultural Progênie de Mãe Luiza Caboré, mantido e organizado pelo Professor historiador Antônio José. Este espaço conta com um acervo formado por diversas peças de metal, louça e cerâmica, além de fotografias e livros.

O município tem a sua produção histórica baseada na história oral, atrelada a construção de lendas que permeiam o imaginário dos habitantes da cidade e enriquecem a cultura local. As lendas são repassadas oralmente de geração em geração, algumas estão documentadas em livretos produzidos por moradores da cidade, a exemplo, o livro “Histórias que caracterizam Valença”, do professor e historiador Antônio José, já outras perdem-se no tempo ou ganham novas versões.

No livro supracitado, o historiador pontua aspectos históricos da cidade a partir da descrição de algumas lendas e relatos memorialísticos que circunda a cultura local, a exemplo a lenda da baleia-azul e da procissão dos mortos, relatos acerca da passagem da Coluna Prestes¹³ por Valença e a construção de um espaço de devoção em agradecimento à sobrevivência do povo valenciano quanto à passagem da Coluna.

De acordo com Reinaldo Coutinho (2000), em sua marcha apelo Brasil a Coluna Prestes chefiado pelo Tenente Siqueira Campos ocupou Valença do Piauí, no fim do ano de 1925, levando alguns populares a retirarem-se da cidade em direção a um lugarejo a 6 km de distância da cidade por conta do medo que tinha dos chamados revoltosos. Sem apontar fontes para o relato, Coutinho (2000) expõe que os tenentistas confiscaram “sumários das mercadorias de lojas e armazéns, que utilizavam parte em proveito próprio e parte era distribuída para a população pobre” (Coutinho, 2000, p.46).

¹³ Foi um movimento revolucionário brasileiro, entre 1925 e 1927, que atuava contra o governo de Arthur Bernardes, tinha por lideranças Miguel Costa e Luís Carlos Prestes, a qual junto a outros combatentes realizaram uma marcha por diversos estados do Brasil, empreendendo uma longa e audaciosa marcha armada pelo interior do país, percorrendo cerca de 25 mil quilômetros em um movimento de insurreição contra o governo central. A Coluna Prestes foi motivada por uma variedade de fatores, incluindo a insatisfação com o regime oligárquico vigente, a busca por reformas sociais e a luta contra a concentração de poder nas mãos de poucos, no descontentamento com a corrupção e as desigualdades sociais que predominavam na Primeira República. No âmbito histórico, a jornada da Coluna Prestes representou um marco na história do país, contribuindo para o processo de mobilização política e conscientização das massas populares para o enfraquecimento da República Velha e para a ascensão de novos atores políticos, como Getúlio Vargas, que se beneficiou do descontentamento popular para chegar ao poder. Embora não tenha alcançado seus objetivos imediatos, a Coluna Prestes teve um impacto duradouro ao ampliar o debate político no Brasil, fomentar o nacionalismo e inspirar movimentos sociais que moldaram a trajetória política do país nas décadas seguintes. Além disso, a Coluna Prestes deixou um legado importante no imaginário político brasileiro, como um exemplo de luta por justiça social e contra as desigualdades.

Chico Castro (2008)¹⁴ afirma que a Coluna Prestes passou por Valença duas vezes, a primeira em 29 de dezembro de 1925, vindo de Picos, organizados por Ari Freire (e não Tenente Siqueira Campos como evidência Reinaldo Coutinho) junto a mais 40 combatente. A segunda ocasião aconteceu entre os dias sete a quatorze de janeiro de 1926, acampando-se na Fazenda Lindóia, de propriedade do Sr. Aníbal de Sousa Martins. À época o prefeito da cidade era Norberto Soares da Silva, que por ocasião da chegada da Coluna Prestes saiu da cidade, obtendo como resultado a queima e saque de sua fazenda, assim como várias outras.

Após um violento conflito de uma hora e meia com a Polícia Militar de Pernambuco, a qual posteriormente três revoltosos foram aprisionados e fuzilados em frente ao cemitério, os últimos revoltosos saíram de Valença no dia 16 de janeiro de 1926 levando uma alta quantia. O autor afirma que antes de deixar a cidade, Luís Carlos Prestes teve uma conversa com o pároco local, O Padre Acílino Portela, afirmando não acreditar mais na revolução que empreendia pelo país, mas que continuaria a lutar... assim seguiram para a cidade de Picos.

A narrativa de Coutinho (2000) não apresenta fontes e foca na descrição de uma promessa realizada pelos moradores que, provavelmente, se refugiaram no lugarejo e prometeram construir um monumento em honra à Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Já a descrição de Chico Castro (2008) apresenta alguns documentos e imagens atribuídas a membros da Coluna Prestes, disponibilizando apenas dois registros nos anexos de seu texto.

No âmbito religioso, a cidade de Valença do Piauí, tem por proteção religiosa a imagem de Nossa Senhora do Ó e Conceição, sendo a religiosidade católica um ponto presente na cultura da cidade, com grandes festejos de destaque regional, como podemos citar a festividade do Divino Espírito Santo e os festejos da cidade durante o mês de dezembro, que transforma o ar provinciano que a cidade carrega. Além das grandes festividades que fazem parte do calendário católico da cidade, a devoção popular também é característica marcante na estrutura religiosa e cultural.

A exemplo de devoção popular, a Cova do Terto apresenta-se como uma importante devoção que foi sendo construída ao longo do tempo. A referida cova é onde está sepultado Tertuliano José Lima¹⁵, falecido em 22 de dezembro de 1948, após ter contraído hanseníase, por conta do preconceito envolvido em torno dessa doença, Terto não pode ser sepultado no

¹⁴ É um jornalista, poeta e historiador teresinense. Publicou diversas obras, a exemplo *Filosofia do Tiro* (poesia), *Camisa Aberta* (poesia), *A Guerra do Jenipapo* (pesquisa histórica), além de *A Coluna Prestes no Piauí*, uma pesquisa histórica publicada pelas Edições do Senado Federal, vol 90, 2008.

¹⁵ Tertuliano era um jovem valenciano, nascido em 15 de julho de 1925 que foi acometido pela hanseníase à época chamada de lepra, por volta dos anos 1940. Durante o século XX, a lepra era uma doença estigmatizada, marcada por uma dura política que visava a separação do doente da família e da sociedade, por se tratar de uma doença contagiosa e que não tinha perspectiva de cura.

cemitério municipal da cidade, tampouco participado dos rituais pós-morte característicos do catolicismo.

Terto foi sepultado em uma cova fora do Cemitério São Benedito, em um espaço ao lado. Não há resquícios que nos demonstre o início da devoção popular em torno de sua história e sepultura, no entanto, no ano 2000 foi erguida uma capela em torno de seu túmulo em agradecimento de uma graça alcançada por sua intercessão, a partir de então, como pontua a historiadora Francisca Márcia Costa de Souza (2012, p.15- 16):

Com os relatos de milagre a população tende a engrossar a fila de devotos, assim, o túmulo desse outrora desconhecido e segregado, passa ser um dos principais espaços de devoção popular do centro-norte piauiense. Vários fiéis buscam proteção, pagam promessas. A cova tornou-se um lugar de oração, rezas, preces além de ser um lugar que revelam sentimento, sofrimento, angústia e outrora a súplica ao Tertuliano.

Por conta das manifestações de fiéis que afirmavam ter as suas intenções atendidas por meio do intermédio de Terto, reveladas pelos relatos depositados em seu túmulo e os ex-votos¹⁶ deixados na capela construída, a Igreja Católica da cidade passou a incluir em seu calendário celebrações anuais nesse espaço de devoção. No dia dos finados, em dois de novembro, e há a celebração de um tríduo¹⁷ entre os dias 25 e 27 de novembro com o encerramento dia 28 em alusão ao seu falecimento¹⁸.

As celebrações realizadas na Cova do Terto aumentam de número de fiéis ao passar dos anos, levando a Igreja Católica a arcar com a manutenção desse espaço e com a salvaguarda dos ex-votos deixados por lá e do Caderno de Pedido onde os fiéis anotam as suas súplicas e graças alcançadas, como podemos observar na imagem abaixo.

¹⁶ Ex- voto, ou voto realizado é uma maneira de expressar a arte, a devoção e a religiosidade católica por meio de objetos ofertados aos santos, beatos e veneráveis, é o que se promete em troca de alcançar alguma graça. Por exemplo, esculturas de madeira simbolizando alguma parte do corpo.

¹⁷ Na prática religiosa católica, a palavra tríduo indica preparação. São os três dias que antecedem a realização de uma festa ou celebração Católica.

¹⁸ Como citado no texto, Tertuliano faleceu no dia 22 de dezembro de 1948, aos 23 anos, no entanto as missas realizadas em hora de sua morte são celebradas no mês de novembro, porque durante os dias 17 a 26 de dezembro é comemorado o festejo da padroeira da cidade, e para não conflitar com a festividade, o tríduo em realidade na capela do Terto é antecipado.

Imagem 3: Cova do Terto, em 2019.

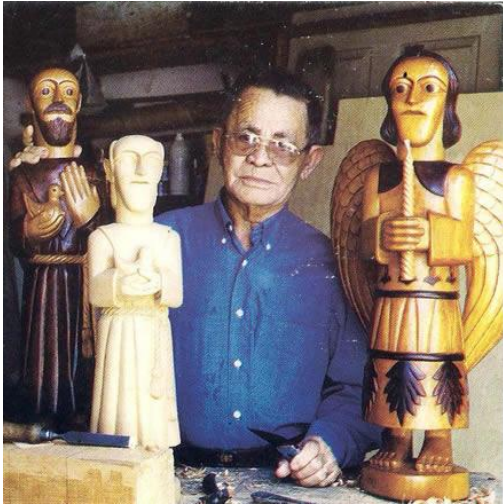


Fonte: Fabiana Santos. Disponível em: <https://portalv1.com.br/celebracao-reune-muitos-devotos-na-cova-do-terto/>. Acesso em 16/09/2023.

Ainda no âmbito religioso, a cidade possui umas das maiores festividades católicas, a festa de Pentecoste, considerada em 2024 patrimônio cultural do estado, ou como popularmente é conhecida, a festa do Divino Espírito Santo. Com o passar dos anos ganhou um caráter mais elitista, formando uma confraria composta por cidadãos valencianos e personalidades do Estado, como políticos e empresários.

Em relação ao âmbito social, a cidade é considerada a terra de governadores, por ser a cidade natal de Arlindo Nogueira¹⁹, Gabriel Luís Ferreira²⁰, Petrônio Portella²¹, Djalma Veloso²² e Lucídio Portela²³, que assumiram cargos políticos, inclusive de governador do Piauí. Além de ser berço natal do precursor da arte santeira no Estado do Piauí, Mestre Dezinho²⁴.

Imagem 4: Mestre Dezinho



Fonte: domínio público.

Apesar de ter nascido em Valença do Piauí, Mestre Dezinho estabeleceu-se como artista santeiro em madeira apenas quando, junto à sua família, mudou-se para Teresina. Mesmo desde jovem tendo trabalhado com a marcenaria, exerceu outras profissões enquanto morador de Valença, deixando em o trato com o artesanato em segundo plano, apenas através de encomendas.

Mestre Dezinho é considerado o precursor da arte santeira no Piauí, suas obras alavancaram o status das artes santeiras, ultrapassando os limites de seu

local e chegando a exposições em outros países, como México, França, Estados Unidos e Bélgica

No âmbito cultural, a sociedade valenciana possui uma vasta produção, com festividades tradicionais e artistas versáteis. Cantores, musicistas, artesãos, cartunistas, além de manter viva na memória duas importantes bandas que se apresentaram no cenário cultural do Piauí, Os Magnos e os Magistrais. Alguns espaços foram sendo construídos na cidade para favorecer as manifestações culturais e as práticas de sociabilidade.

¹⁹ Político brasileiro, nascido em Valença do Piauí em 02 de dezembro de 1853, governou o Piauí entre 1900 a 1904.

²⁰ Nasceu em 11 de abril de 1847, na cidade de Valença do Piauí. Foi um político brasileiro membro do Partido Conservador do Império. Governou o Piauí entre 28 de maio de 1891 a 21 de dezembro de 1891.

²¹ Foi um advogado e político brasileiro, nascido em 12 de outubro de 1925, em Valença do Piauí, filho de Eustáquio Portella Nunes e Maria de Deus Ferreira Nunes. Foi eleito deputado estadual em 1954 pela União Democrática Nacional, além de ter exercido os cargos de prefeito de Teresina, senador e governador do Piauí (1963-1966).

²² Djalma Martins Veloso, nasceu em 21 de outubro de 1921, em Valença do Piauí. Foi um advogado e político brasileiro, é filho de Cinéas de Castro Veloso e Benedita Martins Veloso. Governou o Piauí entre 1978 à 1979.

²³ Nasceu em Valença do Piauí, em 8 de abril de 1922, é irmão mais velho de Petrônio Portela. Foi médico e político brasileiro, exerceu o cargo de governador do Piauí de 1979 a 1983.

²⁴ José Alves de Oliveira é considerado o precursor da arte santeira em madeira no Piauí, em meados de 1960. Nascido em dois de março de 1916, no município de Valença do Piauí, seu falecimento ocorreu em fevereiro de 2000, aos 74 anos, na cidade de Teresina. Em 1961, atuava como vigia em uma praça à frente da Igreja de Nossa Senhora de Lourdes, em Teresina, que passava por uma reforma sob a direção do pároco Francisco Carvalho, descobridor do talento de Mestre Dezinho, quando este voluntariou-se a trabalhar como carpinteiro na reforma da Igreja.

Enquanto espaço de sociabilidade, podemos citar o Clube O CROVAPI- Clube Recreativo dos Operários de Valença do Piauí. Foi criado em 1975 a partir da iniciativa de um grupo de operários que objetivava a construção de um espaço que servisse para suprir a carência de um espaço de recreação para a juventude valenciana. O clube tornou-se durante algum tempo o principal lugar para a realização de “matinês” e “shows bailes”, assim como um espaço para a realização de eventos religiosos e políticos.

Cabe salientar que o clube O CROVAPI, apesar de ser um espaço pensado e construído por um determinado grupo social, tornou-se um local ocupado pela população, as festividades realizadas ali atraíam a população da cidade e de cidades vizinhas. Até os dias atuais, este espaço é mantido como o maior clube privado do Vale do Sambito, com um amplo espaço, palco, quadra e piscina.

Com o passar do tempo e com as modificações nas configurações das festas populares, atualmente na cidade de Valença, destaca-se como principais espaços de sociabilidade, os bares que organizam festas na rua, aos fins de semana, feriados e data comemorativas, tornando-se espaços que juntam as classes populares, mas principalmente tornam-se espaços ocupados pela juventude. Lefebvre (2001) salienta que as festividades são um ponto constituinte do estar junto em sociedade e que a cidade passa a ser elaborada a partir do trabalho e das festas. Seriam as festividades que produzem a cerne da cidade, auxiliando no desenvolvimento da sociabilidade e o relacionamento de seus habitantes com este espaço.

Em torno das festividades populares, pontuamos o carnaval, as festas juninas e as festividades durante o mês de dezembro, onde aglutinam-se as festividades do Natal com os festejos da cidade, como as principais manifestações festivas da Município apresentado, podendo ser entendidas com importantes laços de manutenção das matrizes culturais. O carnaval em Valença é caracterizado por festas de rua, organizadas pela Secretária Municipal de Cultura, durante quatro dias. Conta também com festas populares organizadas por alguns agitadores culturais que misturaram as marchinhas de carnaval com as atrações musicais mais atuais. Nessa festividade, tem destaque o “corso”, desfile de carros alegóricos que levam os populares fantasiados de acordo com a temática escolhida pelos organizadores, este ano de 2023 o tema geral era “ O corso de todas as cores”, atualmente há premiação, em dinheiro, para os melhores carros alegóricos.

Em relação às festas juninas, o historiador valenciano Alailton Felix (2017) afirma que as festividades juninas realizadas na cidade se caracterizavam como uma forma de descontração e lazer para a população. Utilizando-se da história oral, o autor busca reconstruir a memória de seus entrevistados resgatando aspectos, permanências e rupturas dessa festividade característica

do Município que se mantém viva até os dias atuais, como um dos maiores festivais de quadrilhas do Estado, o Festival Cultural de quadrilhas Juninas Arraial do Gorgulho, que em 2024 realizará a sua 34ª edição. Segundo o autor, as festividades juninas aconteciam, na década de 80, em vários lugares da cidade, com destaque para a praça da Bela Flor e na tradicional escola do município, o Colégio Santo Antônio, hoje Escola de Tempo Integral Santo Antônio.

As festividades de Natal e ano novo misturam-se às festividades religiosas do festejo da padroeira, Nossa Senhora do Ó e Conceição, entre 17 e 26 de dezembro. Durante todo o mês de dezembro a cidade perde o seu ar bucólico e assume um ar mais festivo com festas noturnas diariamente, além das festividades realizadas na rua. Tradicionalmente, nos dias 17 e 26 são realizadas festas, organizadas pelo poder público municipal para a abertura e o encerramento dos festejos da cidade, mas há também festas realizadas por produtores culturais independentes durante todo o mês, que proporcionam outras possibilidades para a sociabilidade e o lazer para os munícipes.

Não é intuito da pesquisa historicizar as diversas manifestações festivas que ao longo do tempo foram sendo postas em prática no Município em questão, mas cabe aqui mencioná-las em decorrência de sua importância cultural e, portanto, reveladoras de traços identitários locais. Estas práticas festivas permeiam todas as camadas sociais, em um campo heterogêneo de práticas que se fragmentam e reformulam junto a extensão dos dias.

As festas populares podem evidenciar o sentimento e sensação de pertencimento ao espaço geográfico, tão necessários para a constituição de uma identidade. Em concordância com Barroso (2018, p.36), uma das principais contribuições das experiências festivas é o deslocamento do eu para dar espaço para a formação, mesmo que às vezes temporária, de identidades coletivas, propondo uma oportunidade de se conectar com o outro.

Em torno das discussões sobre os períodos anteriores à escrita no território do Piauí, o Município de Valença pode contribuir com as discussões em detrimento dos sítios arqueológicos que possui em seu território. No cadastro nacional dos sítios arqueológicos - CNSA do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN existem registrados quatorze (14) sítios arqueológicos com arte rupestre pré-coloniais na região de Valença do Piauí, nomeados na tabela abaixo.

Quadro 2: Sítios arqueológicos da região de Valença cadastrados no cadastro nacional

NOME DO SÍTIO	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO SÍTIO	DATA DO REGISTRO
Pintadas I	Sítio formado por um conjunto de pequenos blocos rochosos, apresentando pinturas bicromáticas.	30/12/1899
Pintadas II	Pequeno abrigo sob rocha, com pinturas e gravuras.	30/12/1899
Sítio da Dona Pedrina	Pequeno abrigo rochoso com pinturas e gravuras	18/12/1986
Sítio do Pai Pedro	Paredão rochoso com pinturas e gravuras (pintadas).	18/12/1986
Sítio do Morro do Pereira	Grande abrigo com pinturas na cor vermelha.	18/12/1986
Pedra da Curva	Paredão rochoso com pinturas.	30/12/1899
Alto da Igreja	Abrigo rochoso com pinturas	30/12/1899
Poço Encantado	Entrada de gruta vertical, com deposição de sedimentos, e duas entradas de fuma no seu interior, a 700 m da Furna do Açafraz.	16/08/1997
Furna do Açafraz	Abrigos interligados por túnel, por onde passa uma correnteza	16/08/1997
Pintadas III	Abrigo com pinturas, gravuras e afiador, orientado de noroeste para sudeste, face voltada para sudoeste; e bloco isolado com pinturas, a 50 m de distância.	16/08/1997
Pedra do Caldeirão da Co	Abrigo em semicírculo, com pinturas residuais e um reservatório d'água natural na sua área; orientado de leste para oeste, face para o sul.	18/08/1997
Furna do Benedito Tenóri	Abrigo com pinturas, orientado de norte para sul, face voltada para oeste.	17/08/1997

Furna da Paca I	Abrigo com pinturas, em dois níveis separados por uma plataforma rochosa, em parte desmoronada; orientado de norte para sul, face voltada para leste.	17/08/1997
Furna da Paca II	Abrigo com concentração de pinturas, grandes blocos sobre o solo e uma pequena toca no lado norte; orientado de norte para sul, face voltada para leste	17/08/1997

Fonte: CNSA do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN. Grifo da autora, 2024.

Os sítios localizam-se no povoado Buritizal, zona rural, cerca de 20 km da sede do Município. Concernente a historiadora valenciana Kenny Raissa de Negreiros Freitas (2018), este povoado congrega aos sítios arqueológicos a produção de lendas repassadas oralmente na comunidade, e contribuem para a construção da memória e produção identitária daquele lugar. Mesmo possuindo um caráter arqueológico e histórico, como pontua a autora, os sítios do Buritizal não possuem uma infraestrutura de conservação, localizando-se ainda em áreas privadas da comunidade.

A supracitada autora tece uma análise acerca da educação patrimonial nas escolas de Valença do Piauí, a qual evidencia a ausência da temática nas escolas do Município, apresentando uma porcentagem de cerca de 80% dos alunos pesquisados não tinham conhecimento que na região de Valença existem sítios arqueológicos.

Desse modo, salientamos que o Município em análise possui potencialidades históricas que carecem de maiores estudos, a fim de contribuírem para o enriquecimento da produção histórica da cidade. Os aspectos citados neste capítulo podem favorecer a construção de uma identidade local, esta que está em processo de construção constante, à medida que nos deparamos com novas nuances da história.

Cabe aqui mencionar, as contribuições do Professor Antônio José²⁵, que vem há tempos desenvolvendo o papel de guardador da memória local, servindo de exemplo para novos historiadores e pesquisadores que surgem em Valença, com as suas produções que buscam dar voz aos vultos populares, tão característicos de nossa cidade.

²⁵ Antônio José Pereira da Silva, conhecido como Antônio José Mambenga, é Professor da rede Municipal de Ensino de Valença do Piauí, historiador por formação, tem se dedicado a guarda da História Local de Valença do Piauí, sendo a principal referência na produção e trato da abordagem local. Foi reconhecido, em 2022, pelo Governo do Estado como Patrimônio Vivo do Piauí. É o idealizador e mantenedor do Espaço Cultural Progênie de Mãe Luiza Caboré.

O exposto aqui faz parte do levantamento bibliográfico a ser explorado no capítulo seguinte. Podemos elucidar que as produções sobre o nosso espaço territorial de análise tratam, às vezes, de modo discrepante algumas informações, além de desenvolverem um trabalho historiográfico sem as bases da metodologia histórica. Nesse sentido, reafirmamos a necessidade de produção relativas a este espaço que tenha as marcas da teoria e metodologia da história, e preze pela análise aprofundada das fontes.

Os patrimônios materiais e culturais, a memória popular, as estruturas físicas e documentações são conjuntos de fontes que nos permitem estabelecer uma ligação com o passado e lançarmos uma interpretação acerca dos fatos, produzindo uma história com o rigor científico que o campo historiográfico exige.

3 VALENÇA EM CENA: AS PRODUÇÕES HISTORIOGRÁFICAS SOBRE A CIDADE.

Neste terceiro capítulo nos propomos a realizar um levantamento acerca das produções em torno do Município de Valença do Piauí, sejam elas de caráter memorialista, biográfico, histórico ou literário, de modo a salientar as contribuições que podem oferecer para o ensino de História Local. A partir de uma busca em bases de armazenamento digital e na biblioteca pública municipal, apresentamos as publicações mais relevantes produzidas por “filhos da terra” e sobre a cidade. Iniciamos apresentando a situação da produção local, esta que é diversa em temáticas, mas que ainda encontra dificuldades em chegar ao chão da escola. Partindo do pressuposto que as identidades locais são geradas em decorrência de um processo fragmentado e plural, salientamos que as produções em torno do município podem ser aproveitadas em sala de aula, mesmo aquelas que se afastam do rigor metodológico exigido pelo ofício histórico.

Seguidamente, apresentamos duas publicações, tomadas como pioneiras, ao trazer para o centro do debate temáticas que viviam silenciadas dentro do município, mas que constituem uma parte fundamental da história municipal e que podem contribuir com o processo de construção identitária local. Salientamos a relevância que as diversas produções possuem para a História Local e o consequente despertar identitário, no entanto tais publicações ficam restritas a poucos entusiastas da produção local, não chegando ao espaço escolar, sendo necessárias ações de transposição didática, de modo a aproximar as produções teóricas das aspirações e vivências dos alunos.

3.1 O trabalho historiográfico do Município de Valença

A acepção historiográfica da História Local sustenta a ideia de que o estudo dos fenômenos humanos não deve ser analisado apenas em contextos globalizantes, mas sim, relacionar-se com contextos mais singulares, possível a partir de uma análise local. A centralidade no local não apaga ou se distancia de narrativas mais generalizantes, pelo contrário, traça uma narrativa que ultrapassa o limite espacial ligando o local e o global.

Macedo (2017, p.70) ressalta que ao realizar um estudo de História local não significa dizer que a atenção está toda voltada para os processos históricos locais, e sim que a delimitação foi pensada a partir de um determinado recorte espacial, estando o lugar na centralidade narrativa, desse modo, com o campo de visão macro deve-se manter um diálogo que conecte o lugar à realidade geral. A prática historiográfica não é produzida de maneira desconexa, é

dialogada e apresenta um viés constitutivo que perpassa diferentes processos históricos, longe de ser uma atividade desconexa, revela-se como um diálogo entre o passado, o historiador e o presente. Ela é fundamentada em metodologias, enquadramentos teóricos e na busca incessante de uma análise crítica das fontes, de modo a refletir para além do passado investigado, mas o contexto temporal e espacial a qual foi produzida.

Produzir dentro da perspectiva da História Local, nos leva a desenvolver uma prática historiográfica que se move, reinventa-se e que se inscreve no cotidiano, nas relações sociais, no ouvir e no perceber como o lugar perpassa as vivências diárias. A História Local não se escreve por si mesma, mas, como qualquer outro tipo de projeto histórico, depende da natureza da evidência e do modo como é lida” (Samuel, 1990, p.237), produzir a partir desse campo de análise requer um olhar atento para os objetivos que levaram a sua produção, a que atores essa história privilegia, dos lugares que são enunciadas e quais os lugares que pretende chegar. Ela é fragmentada e múltipla. Samuel (1990) aponta,

A História Local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma ideia muito mais imediata do passado. Ele a encontra dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir os seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas no campo. As categorias abstratas de classe social, ao invés de serem pressupostas, têm de ser traduzidas em diferenças ocupacionais e trajetórias de vidas individuais [...] (Samuel, 1990, p.220).

Toda a cidade, seus espaços constitutivos, suas histórias tradicionais, a sua gente, são traduções do passado. As fontes são variadas para a prática da História Local, ultrapassam os documentos eclesiásticos, de família e os dados recenseados. A cidade é a própria fonte, cabendo ao historiador buscar e selecionar aquelas que lhes possibilite chegar ao objetivo estabelecido, prezando pela qualidade metodológica do trabalho, distanciando-se de simples relatos como outrora vigorava quando se referiam a História Local.

Até meados do século XIX, na Europa, vigorava um estudo das localidades realizados por sujeitos sem formação universitária, tampouco conhecedores das metodologias e teorias da pesquisa histórica. Nesse contexto, as produções atendiam as necessidades e expectativas da comunidade, ao apresentar a história dos nobres, políticos e sacerdotes, das figuras ilustres da sociedade, no entanto, como assegura Macedo (2017, p. 71), estes trabalhos não dialogavam com as produções já existentes sobre o mesmo espaço, não estabeleciam uma comparação ou reflexão, mas são, em sua maioria, resultados da própria memória de quem os produz.

No nosso Município de análise, as produções acerca desse espaço, que são divulgadas em maior ênfase, encontram-se dentro desse padrão de produção, são construídas a partir de relatos orais são passados de geração em geração, documentadas em trabalhos memorialísticos,

transcorrem principalmente de lembranças do passado acerca de pessoas que detinham algum destaque social ou cultural na cidade, e em torno de lendas características da região. Silvio Correa (2002) sinaliza que estas produções, sem o rigor necessário da prática historiográfica, são realizadas por sujeitos que por vezes são a própria fonte de suas narrativas, de modo a utilizar as suas lembranças do passado para descrever a sua localidade, podendo levar estes historiadores a confundirem a sua biografia à história da comunidade.

[...] a escrita da história local tem ainda a própria experiência empírica do(s)seu(s) autor(es) como fonte literária. Lembranças de um passado tendem a servir de “provas” para certos acontecimentos, cuja importância para a comunidade local é atribuída pelo autor enquanto testemunha dos mesmos e, frequentemente, essa versão reveste-se de uma presunçosa veracidade indubitável. No caso de ter sido testemunha ocular de fatos e acontecimentos considerados de relevância histórica, o historiador dileitante pode correr o risco de confundir sua biografia com a história da comunidade local (Correa, 2002, p.14).

Congruente as assertivas acima, podemos citar como produções sobre o Município de Valença que carregam esse sentido memorialístico as obras, “Aconteceu e não vi, mas me contaram assim”²⁶, “Revivendo Valença”²⁷ e “Histórias que caracterizam Valença do Piauí”²⁸. Trabalhos produzidos em torno de aspectos socioculturais da cidade e que demarcam um espaço no imaginário popular. O livro “Aconteceu e não vi, mas me contaram assim”, de autoria de Suênia Marla de Gênese Soares Silva²⁹, é um trabalho publicado em 2010 através do Microprojeto Mais Cultura do semiárido brasileiro, intuindo resgatar o cotidiano da comunidade Fumal. Através da metodologia da história oral, a autora apresenta o cotidiano da comunidade e as histórias que foram sendo constituídas no imaginário da população local. A narrativa focaliza nas lembranças de infância e juventude dos moradores, que são justapostas e formam a história de moradores considerados precursores da comunidade e dos saberes locais, correlacionando com atividades consideradas tradicionais na comunidade.

Em “Revivendo Valença”, de autoria de Sônia Maria Dantas Bonfim Queiroga³⁰, a autora propõe-se a reconstruir a história de Valença e a “promover a cultura valenciana, levando aos leitores a oportunidade de conhecer e repassar as futuras gerações [...] importantes capítulos

²⁶ SILVA, Suênia Marla de Gênese Soares. Aconteceu e não vi, mas me contaram assim. Picos, PI : Gráfica HD. 2010.

²⁷ QUEIROGA, Sônia Maria Dantas Bonfim. Revivendo Valença. [s. e.]:Valença do Piauí. 2019.

²⁸ SILVA, Antônio José Pereira da Silva. Histórias que caracterizam Valença do Piauí. / Antônio José Pereira da Silva. - - Valença do Piauí, PI : ed. do autor, 2021.

²⁹ Professora da Rede Estadual de Educação do Piauí. Formada em Educação Física.

³⁰ Professora e historiadora valenciana, foi vereadora, diretora da 7ª Diretoria Regional de Saúde (1995-2001), diretora do Campus da UESPI em Valença (2003-2006) e membro da Academia de Letras da Confederação valenciana. Faleceu em 2021.

da nossa história [...]” (Queiroga, 2019, p.20). Em sua narrativa, dividida em três partes, a autora afirma utilizar-se de documentações encontradas no Arquivo Público do Piauí, mas não aponta a referência de nenhuma das documentações utilizadas. É um trabalho substancial que em suas 282 páginas oferece diversas informações sobre a cidade, no entanto, não está fundamentado nas bases metodológicas da pesquisa histórica ao não referenciar as suas fontes, como a própria autora menciona “tive como fonte principal as caixas que contém os documentos do colégio eleitoral, requerimentos, projetos, portarias, ofícios e muitos outros documentos sobre Valença [...] mas não aparece nas referências”, deixando o leitor sem saber concretamente de onde vem as suas informações, misturando-as as suas memórias.

“Histórias que caracterizam Valença do Piauí”, apresenta uma descrição a respeito das principais narrativas, principalmente no âmbito cultural, que permeiam a cidade. É um livro produzido pelo Professor Antônio José, já citado neste trabalho. Lançado em 2021, a narrativa enaltece aspectos que circundam a constituição cultural e social do município, apresentando descrições que vão desde a comunidade Remanescente de Quilombola em Tranqueira à presença do negro no Piauí colonial. Essas três narrativas exemplificam as afirmativas de Macedo (2017), onde as produções de cunho local, por vezes, se envolvem de narrativas pessoais construídas através das lembranças de quem as produz, sem se preocupar em realizar um trabalho historiográfico com os pilares que a produção histórica necessita.

É crucial o entendimento que a História Local não se insere sozinha no campo histórico, mas como já mencionamos, liga-se às estruturas globalizantes ao tempo em que reúne conceitos oriundos de outras áreas, justamente por mobilizar variados aspectos da vida humana, reduzindo a escala espacial de observação. Costa (2019) reitera que, para haver um bom aproveitamento dos recortes realizados pela História Local, é necessário a articulação de conceitos comuns, principalmente da geografia, que guiam a delimitação dos objetos, respaldando o tema selecionado.

Em a Operação Historiográfica, escrita por Michel de Certeau (1982), o autor concebe que o historiador possui como sua função dar voz ao não -dito. Por meio do campo teórico-metodológico, o profissional da História constrói e confere sentido a um determinado acontecimento ou artefato, o qual visto fora do seu contexto não nos anunciaria uma informação relevante. Nesse sentido, tomando a figura do professor imbricada a sua função de historiador e alicerçada na utilização de uma história local, o docente imbui-se da função de revisitar questões relacionadas a sua localidade que foram silenciadas, esquecidas ou tratadas de maneira superficial.

A prática do historiador, de acordo com Certeau (1982), pautar-se-ia em tornar um elemento em histórico, agindo sobre um objeto, o transformando em história, sem a qual este elemento não representaria um sentido. Tomando esse pensamento para analisar o ensino de História local no Município de Valença, principalmente no que concerne a problemática da identidade valenciana, o docente de História tem uma dupla função. Antes de levar para a sala de aula, discussões a respeito do Município, é necessário o reconhecimento dos trabalhos já produzidos em torno da cidade, sua ocupação, emancipação política, aspectos econômicos, sociais, religiosos e culturais, e por fim, a constituição de uma base didática a respeito da fragmentação identitária que forma os cidadãos valencianos.

O trabalho historiográfico do Município de Valença ainda não possui a relevância que necessita, ficando recluso aos poucos entusiastas que se aventuram na produção de narrativas, tenham elas cunho historiográfico, memorialístico ou literário. A sua entrada no espaço escolar fica a cargo de ações individuais de cada docente, que transpõem as iniciativas teóricas para um conhecimento didático, ideal a ser levado à sala de aula. Abaixo disponibilizamos um quadro que apresenta as obras que tem Valença como espaço de análise e, que foram idealizadas por “filhos da terra”, e que de algum modo podem ser aproveitadas em sala de aula.

Quadro 3: Produções históricas em torno da cidade de Valença do Piauí.

Autor	Título da obra	Ano/local de publicação	Classificação
Meyrilene de Sousa Pacheco	História e Memória da Comunidade Quilombola Tranqueira na cidade de Valença do Piauí (2007-2013)	Artigo Anais do VI encontro internacional de literaturas, histórias e culturas afro-brasileiras e africanas – África Brasil. 2019 (formato digital)	Pesquisa histórica- âmbito social
Alaylton Wesslwy Moura Félix	Cotidiano e sociabilidades nos festejos juninos de Valença do Piauí na década de 1980.	Monografia/ UFPI /CSHNB 2017 Licenciatura em História. (formato digital)	Pesquisa histórica- âmbito cultural
Kenya Raissa De Negreiros Freitas	Sítio arqueológico Buritizal: mecanismo de preservação do patrimônio arqueológico e construção de memórias.	Monografia/ UFPI /CSHNB 2016 Licenciatura em História. (formato digital)	Pesquisa histórica- âmbito social

Priscila Keyla Dos Reis De Miranda	Sepultamento e ritos fúnebres na Villa de Valença do Piauí (1854-1883)	Monografia/ UFPI/CSNHB 2012 Licenciatura em História. (formato digital)	Pesquisa histórica- âmbito social
Francisca Márcia Costa de Souza	A cova do Terto: sacrifício e devoção em Valença – Pi nos anos 2000	Artigo (formato digital)	Pesquisa histórica- âmbito social
Hortênsia Da Silva Eugênio Ferreira	O canto e a dança de São Gonçalo: rituais pedagógicos dos saberes tradicionais	Monografia/ UFPI/CSHNB 2019 Licenciatura em Pedagogia. (formato digital)	Pesquisa histórica- âmbito cultural
Reinaldo Coutinho	Antiguidades Valencianas	Editora Caburé. 2000 (livro físico)	Pesquisa histórica- âmbito social/ memorialístico
Sônia Maria Dantas Bonfim Queiroga	Revivendo Valença	[Edição do autor]: Valença do Piauí. 2019 (livro físico)	Pesquisa histórica- âmbito social-cultural/ memorialístico
Alcides Martins Nunes	Meu Pai: Abdon Portela Nunes	[Edição do autor]: Teresina- PI. 1998 (livro físico)	Biográfico
José de Oliveira (Mestre Dezinho)	Minha vida: Mestre Dezinho	PRODART Teresina- PI 1999 (livro físico)	Biográfico
Alcides Martins Nunes	Vultos Valencianos	[Edição do autor]: Teresina 1982 (livro físico)	Biográfico
Antônio José Pereira da Silva	Histórias que caracterizam Valença do Piauí	[Edição do autor]: Valença do Piauí 2021 (livro físico)	Memorialístico /Literário
Suênia Marla de Gênese	Aconteceu e não vi, mas me contaram assim	Gráfica HD Picos-PI 2010 (livro físico)	Memorialístico/ Literário
Etivaldo Alves da Cruz	Academia de letras da confederação valenciana: lócus de participação social e berço literário (fundação, sujeitos e prática)	Monografia/ UFPI-CEAD [Edição do autor]: Inhuma 2018 (livro físico)	Pesquisa histórica- âmbito social

Grifo nosso, 2024.³¹

³¹ Referências completas em ordem alfabética:

COUTINHO, Reinaldo. **Antiguidades Valencianas**. Impressões de Viagens. 1 ed. Timom: Expansão, 2000.

Os trabalhos citados na tabela acima, fazem parte de uma busca em bases digitais, na biblioteca pública municipal Mãe Ana, e entre os entusiastas da produção histórica valenciana. A citação dessas obras dar-se-á, pois, mesmo aquelas que detêm um viés biográfico, possuem informações sobre o contexto social, cultural, político e econômico da cidade, podendo ser utilizadas para a exploração desses aspectos em sala de aula, e na produção de um conhecimento didático. É importante haver a consciência que estas obras não podem ser analisadas de maneira isolada, como se apresentassem e abarcassem toda a totalidade da história municipal. Mas a interligação dessas obras tornará a construção histórica do município mais plural.

Classificamos as obras em memorialísticas/ literária, bibliográficas, históricas no âmbito social e históricas no âmbito cultural a fim de demonstrarmos que a produção em torno da cidade permeia diversas temáticas e expressões literárias. Tornando-se necessário o reconhecimento de como cada uma pode contribuir no processo de reconhecimento da História local e o conseqüente despertar identitário.

As classificadas como memorialísticas/literárias tratam, de modo geral, de temáticas circunscritas em torno de aspectos culturais ou sociais, mas construídos apenas sobre a memória

CRUZ, Etivaldo Alves da. **Academia de letras da Confederação Valenciana, lócus de participação social e berço literário: fundação, sujeitos e práticas.** / Etivaldo Alves da Cruz. – Monografia (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí. Centro de Educação à Distância, Inhuma-PI, 2018.

FÉLIX, Alaylton Wesley Moura. **Cotidiano e sociabilidades nos festejos juninos de Valença do Piauí na década de 1980** / Alaylton Wesley Moura Félix. – 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) - Universidade Federal do Piauí., Picos, 2018.

FERREIRA, Hortênsia da Silva Eugênio. **O canto e a dança de são Gonçalo: rituais pedagógicos dos saberes tradicionais.** / Hortênsia Da Silva Eugênio Ferreira. Trabalho de Conclusão (Licenciatura Plena em Pedagogia) - Universidade Federal do Piauí., Picos, 2019.

FREITAS, Kenna Raissa de Negreiros. **Sítio arqueológico Buritizal: mecanismo de preservação do patrimônio arqueológico e construção de memórias** / Kenna Raissa de Negreiros Freitas. Trabalho de Conclusão (Licenciatura Plena em História)- Universidade Federal do Piauí., Picos, 2018

MIRANDA, Priscila Keyla dos Reis. **Sepultamento e ritos fúnebres na Villa de Valença do Piauí (1854-1883).** / Priscila Keyla dos Reis de Miranda. – Monografia (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí. Picos-PI, 2012

NUNES, Alcides Martins. **Vultos de Valença.** Teresina- PI. s/e, 1982.

NUNES, Alcides Martins. **Meu pai: Abdon Portella Nunes.** Teresina- PI. s/e, 1998.

OLIVEIRA, José de Oliveira (Mestre Dezinho). **Minha vida: Mestre Dezinho.** Teresina- PI. PRODART, 1999.

PACHECO, Meyrilene de Sousa. **História e memória da Comunidade Quilombola Tranqueira na cidade de Valença do Piauí (2007-2013).** Anais do VI Encontro Internacional de literaturas, histórias e culturas afro-brasileiras e africanas – África Brasil 2019.

SILVA, Suênia Marla de Gênês Soares. **Aconteceu e não vi, mas me contaram assim.** Picos, PI : Gráfica HD. 2010.

SILVA, Antônio José Pereira da Silva. **Histórias que caracterizam Valença do Piauí.** / Antônio José Pereira da Silva. - - Valença do Piauí, PI : ed. do autor, 2021.

SOUZA, Francisca Márcia Costa de. **A cova do Terto: sacrifício e devoção em Valença – PI nos anos 2000.** Artigo Científico disponível em: <[http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20\(94\).pdf](http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20(94).pdf)> . Acesso em 16 de set 2023.

QUEIROGA, Sônia Maria Dantas Bonfim. **Revivendo Valença.** [s. e.]:Valença do Piauí. 2019.

de quem a escreve; e de vultos históricos, as famosas lendas que constituem uma parte significativa da historiografia local. Esse tipo de escrita, em sua maioria, utiliza-se de relatos memorialísticos e de fontes orais repassados entre gerações, e com o tempo instauram-se no imaginário popular. Estes trabalhos não seguem métodos e procedimentos da produção histórica, podendo ter os seus autores enquadrados como historiadores diletantes, ou seja, de acordo com Dihel (2002, p.22) “é aquele que reconstitui o passado tornando-o História, sem formação específica”, são sujeitos letrados que movidos por motivações pessoais empenham-se na coleta da história de sua comunidade.

As obras biográficas são aquelas que enunciam a trajetória de vida de alguém, em sua maioria, de personalidades políticas e empresários, a elite econômica. Estas obras, apesar de focalizar em personagens específicos, carregam informações relevantes sobre os aspectos da cidade que permeiam as narrativas que tocam as histórias de vida dos sujeitos descritos, podem ser utilizadas, com cautela, na análise histórica.

Ao classificarmos algumas obras em pesquisa histórica, nos referimos às produções que são resultados, principalmente de trabalhos de conclusão de curso, que seguem o rigor teórico e metodológico da pesquisa histórica. Com a construção de um referencial teórico sobre a temática e uma metodologia condizente com o objetivo estabelecido. Essa classificação se subdivide em pesquisa histórica de âmbito cultural, referindo-se aquelas que tratam de temáticas culturais, e pesquisa histórica de âmbito social, referindo-se às produções que focam em aspectos culturais. As produções consideradas históricas são resultado de uma operação que instrumentaliza métodos e fontes, que dialogam com produções anteriores, de acordo com Certeau (1988) existem critérios para definir se uma obra possui valor histórico ou não,

[...] Aquela que é reconhecida como tal pelos pares. Aquela que pode ser situada num conjunto operatório. Aquela que representa um progresso em relação ao estatuto atual dos ‘objetos’ e dos métodos históricos, e que, ligada ao meio no qual é elaborada, torna possíveis, a partir daí, novas pesquisas. O livro ou artigo de história é ao mesmo tempo, um resultado e um sintoma do grupo que funciona como laboratório (Certeau, 1988, p.23).

Nesse sentido, a diferença salutar entre as produções memorialísticas e as desenvolvidas no âmbito acadêmico encontra-se na utilização de métodos da produção histórica. Enquanto as obras consideradas históricas explicitam os seus métodos, fundamentam as suas hipóteses e conclusões em princípios teóricos da ciência histórica e ligando-as às produções anteriores e lançando paralelos com produções semelhantes, as obras consideradas memorialistas fundam-se nas vivências de quem as produz e nos interesses pessoais, além de estruturarem em uma narrativa mais atrativa com uma linguagem mais acessível.

Entendemos que o processo de construção identitária de Valença do Piauí, passa pela compreensão de que a identidade é múltipla, fragmentada, tal qual as narrativas construídas sobre esse espaço. Não há uma identidade, mas identidades, que estão em constante formação e reformulação, seja a partir do conhecimento de si, seja através da relação com o outro. A identidade é formada a partir dos discursos, daquilo que é vivido e historicizado, daquilo que tem significação e gera um sentimento de pertença e representação. Aqui reside a maior contribuição da abordagem da História local em sala de aula, a possibilidade de ofertar aos alunos conhecimentos significativos sobre o seu espaço de vivência que viabilize a construção de uma identificação, que eles se sintam representados no conteúdo ministrado, e por consequência desenvolvam e/ou reconheçam as identidades que existem em si enquanto cidadãos munícipes.

Conhecer a história local propicia aos indivíduos uma consciência mais profunda acerca do pertencimento à sua comunidade e das identidades que possui em relação ao seu espaço. A História local relaciona-se com a cidadania na medida em que pode aguçar o desenvolvimento da consciência histórica, inspirando a participação cívica. Na visão de José Murillo de Carvalho (2002, p.15) a cidadania presume a “coexistência dentro e uma sociedade dos direitos civis, políticos e sociais”, nesse viés, a História Local pode funcionar como um mecanismo de reconhecimento desses direitos, ao reconhecer a trajetória política e social da comunidade.

O conceito de cidadania foi sendo constituído no processo histórico e, portanto, varia no tempo e no espaço, atualmente, este conceito relaciona-se com a luta por direitos sociais, políticos e econômicos, nesse sentido a figura docente é fundamental no processo de constituição de um sujeito consciente de sua participação social e do seu papel enquanto sujeito histórico, na visão de Aragão (2019, p.27) “[...] uma das maneiras para que a cidadania se desenvolva, através da educação, passa necessariamente pela disciplina de História, bem como por um reconhecimento histórico do indivíduo enquanto detentor e portador de uma identidade local”.

A utilização da história local como estratégia de aprendizagem, possibilita a aproximação do aluno com uma visão de mundo mais ampla, ao correlacionar a história local, regional e global, acrescendo o campo de aprendizagem e oportunizando a construção de um conhecimento mais significativo e, que conecta os saberes. Viana (2016) contribui nessa visão ao demarcar a História local como um mecanismo de pensar o mundo como uma sociedade global,

[...] Podemos considerar a História Local como um tipo de compreensão da ciência histórica que pensa o mundo como uma sociedade global onde os

processos econômicos, políticos, históricos, culturais e sociais, mesmo se desenvolvendo e lugares tão geograficamente distantes entre si, repercutem de maneira substancial nos acontecimentos históricos locais. Em função dessas aproximações, o que ocorre numa cidade do interior do Nordeste brasileiro, por exemplo, pode ter relação direta com aquilo que ocorre numa metrópole asiática como Tóquio, no Japão. Assim, essa dinâmica mundial torna o local e o global simultaneamente distante e próximo. Todavia, o local não se explica como reflexo exclusivo do nacional e este do universal (Viana, 2016, p.36).

Assim, o uso da História local rompe com uma visão tradicionalista do ensino de História que contribui para o silenciamento e marginalização de sujeitos que se encontravam fora da visão elitista. Ao adentrarmos em sala de aula, na função de professor, carregamos dois compromissos atrelados ao ato docente: tornar o conteúdo ministrado significativo para a formação humana dos alunos, ao tempo que produzimos o conhecimento histórico com rigor científico e metodológico que a ciência histórica carece, transpondo-o didaticamente. O professor de História desenvolve sua ação docente ao passo em que desempenhar a pesquisa histórica, em busca de fontes que permitam a explanação dos conteúdos, mas sem se distanciar da didática necessária para aproximar o conhecimento histórico dos seus alunos, que por vezes enxergam esta disciplina como deslocada de sua realidade, temporalidade e aspirações.

Para Neves (1997, p.7) “[...] a construção do conhecimento a partir da vivência, portanto, do local e do presente, é a melhor forma de superar a falsa dicotomia entre a produção e a transmissão, entre pesquisa e o ensino/divulgação, enfim, entre o saber e o fazer”, o uso da História Local como estratégia pedagógica torna-se uma importante estratégia de articulação das temáticas trabalhadas em sala de aula.

Transpor o conteúdo, presente nas bases curriculares e sintetizado no livro didático, de maneira dinâmica, atrativa e crítica que desperte o interesse dos alunos, pode ser um obstáculo para a consolidação de um ensino de história construtivo. Demandando, portanto, uma ação docente de constante aperfeiçoamento de sua prática conforme os saberes, contexto social, cultural e a trajetória educacional dos alunos, é nesse viés que a História local contribui, ao ser utilizada como ferramenta para o ensino de História.

Enquanto espaço de formação de cidadãos críticos e conscientes, a escola torna-se um lugar propício para viabilizar a construção de um conhecimento acerca da sociedade a qual se inserem. A escola é o principal lócus da educação, atuando como um campo de interlocução entre os indivíduos e o meio social. Nesse sentido, esse espaço pode e deve ser tomado como propício para a promoção do reconhecimento da importância que cada indivíduo tem para o seu meio social, e que cada um, carrega em si sinais de pertença que os identificam e ligam à sociedade. A História Local pode contribuir no reconhecimento desses sinais de pertença, ao

levar ao conhecimento dos alunos aspectos que em suas vivências sociais não são reconhecidos como sinais identitários.

[...] produzir a inserção do aluno na comunidade da qual ele faz parte, criar a sua própria historicidade e produzir a identificação de si mesmo e também do seu redor, dentro da História, levando-o a compreender como se constitui e se desenvolve a sua historicidade em relação aos demais, entendendo quanto há de História em sua vida que é construída por ele mesmo e quanto tem a ver com elementos externos a ele próximos/distantes; pessoais/estruturais; temporais/especiais (Schmidt, 2007, p.190).

Dessa forma, é importante que o docente possa unir as contribuições memorialísticas, literárias, biográficas e as de cunho historiográfico e produza um conhecimento que possa ser transmitido didaticamente em sala de aula, mas para isso, é necessário de antemão o contato com essas narrativas, de modo a permiti-lo conectar o conhecimento local às realidades globais, gerando assim um conhecimento histórico mais prazeroso para o aluno facilitando o processo de ensino e aprendizagem, e permitindo a construção e/ou identificação de suas identidades local.

3.2 As produções acadêmicas sobre o Município

Além das produções de cunho memorialísticas ou biográficas, a história da cidade de Valença do Piauí vem sendo tratada em produções com um maior rigor metodológico e teórico, em sua maioria, resultantes de trabalhos de conclusão de cursos na área das ciências humanas. No entanto, essas produções não chegam ao chão da escola, não há um trabalho de catalogação dessas obras, tampouco há a disponibilização na biblioteca municipal, demandando do docente uma ação de busca constante, sempre que o conteúdo escolar permite uma aproximação com a História Local.

No ano de 2020, a Secretaria Municipal de Educação adotou o Currículo do Piauí em sua integralidade como documento normatizador dos conteúdos a serem levados para a sala de aula. Nesse documento, a História Local é temática recorrente relacionada a conteúdos mais gerais, perpassando todo o Ensino Fundamental, o que teoricamente favorece a presença da História Local nas escolas, no entanto, cabe nos questionar: como desenvolver esses conteúdos se os materiais produzidos sobre o município não estão disponíveis na escola, ou não chegam ao conhecimento e acesso do professor?

A fim de auxiliar na ultrapassagem dessa problemática, é que nos propomos a elaborar um caderno pedagógico que disponibilize atividades que possam ser desenvolvidas em sala de aula, relacionadas às habilidades expostas pelo Currículo do Piauí (2020) na disciplina de

História, que transponha o conteúdo teórico, já produzido sobre a localidade, em conteúdos e atividades didáticas.

Como anteriormente exemplificamos três obras que personificam as produções de caráter memorialista, apresentamos a seguir duas obras que têm a cidade de Valença do Piauí como espaço de análise e são resultados de pesquisas históricas que seguem o rigor metodológico exigido pelo ofício do historiador. Os dois trabalhos são resultados de pesquisas desenvolvidas durante a graduação em História, produzidas por autoras valencianas que conhecem a carência de produções históricas com rigor metodológico e sem privilegiar grupos dominantes. As narrativas circundam dois aspectos salustares para o reconhecimento identitário do município, o Sítio Arqueológico Buritizal e a Comunidade Remanescente Quilombola Tranqueira.

O trabalho de conclusão de curso “Sítio Arqueológico Buritizal: Mecanismo de Preservação do Patrimônio Arqueológico e Construção de Memórias”, de autoria da historiadora Kennya Raissa de Negreiros Freitas³², apresentado em 2016, à Licenciatura Plena em História, do Campus Senador Helvídeo Nunes de Barros, da Universidade Federal do Piauí, aborda a estrutura arqueológica do Município de Valença do Piauí, especificamente a importância da arte rupestre e sua preservação. A autora esclarece que o objetivo central do trabalho é (Freitas, 2016, p.11):

O presente trabalho tem como objetivo central, analisar as mais diversas percepções que a comunidade criou em relação às pinturas, e de que forma é feita a preservação do local e quais os usos são feitos do local, e a importância que se tem as pinturas rupestres para a construção da identidade dos povos primitivos que por aqui habitaram que expressaram através da arte rupestre as mais diversas formas de representação, pelo qual pintaram e reproduziram através das pinturas rupestres uma forma de manifestação da sua vivência na comunidade.

A escrita da historiadora permeia as diferentes pinturas encontradas no Sítio Arqueológico Buritizal, localizado em um interior do Município. A autora pontua que as inquietações que a levaram ao desenvolvimento da pesquisa assentam-se no anseio de perceber as impressões da comunidade local acerca das pinturas rupestres e a maneira que este espaço é cuidado e preservado pelo poder público local.

A fim de esclarecer os objetivos propostos, Freitas (2016) utiliza-se de um levantamento bibliográfico acerca da temática, preservação e arte rupestre, e uma entrevista semiestruturada com moradores da comunidade, intuindo construir uma memória sobre o Sítio Arqueológico

³² Graduada em História, Pela Universidade Federal do Piauí.

Buritizal, percebendo como os moradores enxergam e se apropriam do espaço do sítio. É uma pesquisa, não especificando a maneira como esta foi desenvolvida, com alunos do terceiro ano do Ensino Médio, da rede pública da cidade. Além de se propor a realizar uma análise das pinturas rupestres, a partir de imagens.

O trabalho é dividido em três capítulos que totalizam quarenta páginas, entre elementos pré e pós-textuais. O primeiro capítulo, intitulado “Patrimônio arqueológico: conceito e concepções dentre as ações e mecanismos legais de preservação do patrimônio arqueológico sob a dinâmica do IPHAN”, objetiva esclarecer e conceituar o termo patrimônio arqueológico para facilitar a compreensão das ações do IPHAN relativas à preservação e proteção dos sítios arqueológicos.

O capítulo subdivide-se em dois subtópicos. Inicia-se conceituando patrimônio cultural, apresentando o conceito presente na Constituição Federal do Brasil, do termo patrimônio arqueológico, de acordo com Honor (2002), e de patrimônio, de acordo com o dicionário Aurélio. No primeiro subtópico, “Aspectos legais de preservação e proteção do patrimônio arqueológico empreendidas pelo IPHAN”, a autora propõe-se a “analisar e descrever de que forma se dá a atuação do IPHAN visando as suas peculiaridades ao nível estadual, municipal e nacional” (Freitas, 2016, p. 16), no entanto, o tópico se restringe a pontuar o processo de surgimento desse órgão o seu objetivo inicial, e apresentando brevemente como se organiza administrativamente o IPHAN.

O segundo subtópico, “Sítio arqueológico buritizal: arte rupestre e as ações legais de preservação e proteção” circunda a apresentação do Sítio arqueológico Buritizal e a análise dos recursos imagéticos das pinturas rupestres encontradas no Sítio. Inicia-se apresentando a localização do povoado Buritizal, local onde se encontra o Sítio Arqueológico. A autora salienta que conforme o cadastro nacional dos sítios arqueológicos existe registrados treze sítios arqueológicos com arte rupestres pré-coloniais na região do município de Valença do Piauí.

Freitas (2016) seleciona três sítios arqueológicos e expõe fotos e apresenta características principais dos sítios selecionados, de modo reduzido. Os sítios apresentados são: Sítio Pintadas II, que possui uma pintura que se assemelha às encontradas no Parque Nacional Serra da Capivara, a machadinha; Sítio Pintada III, é um abrigo sob rocha com pinturas de coloração avermelhada; Sítio do Pai Pedro, com pinturas de cor avermelhada.

Após a apresentação das imagens, a autora segue uma análise acerca da conservação e proteção do sítio, pontuando a urgente necessidade de aumentar as ações e políticas educacionais para a preservação do patrimônio arqueológico, salutar à construção de uma memória coletiva.

No segundo capítulo, “Sítio Arqueológico Buritizal: Os diversos problemas de preservação local e a falta de políticas educacionais do patrimônio arqueológico”, a narrativa baseia-se nos problemas de preservação, apontando o insuficiente investimento financeiro do poder público nesse quesito, além da carência de momentos de conscientização, em universidades e escolas, da importância do cuidado dos espaços do sítio. A autora ainda pontua, que a falta de conscientização da comunidade acarreta o desconhecimento da memória que os sítios carregam, o que gera degradações que maculam as pinturas irreversivelmente, atrapalhando a ação dos arqueólogos.

A autora apresenta como alternativa a realização de atividades que tenham a temática, patrimônio arqueológico, como base, visto a falta de políticas educacionais de proteção no Município em estudo.

[...] uma atividade interessante seria procurar realizar algum tipo de atividade expositiva, expondo os vários tipos de sítios que existem na cidade, procurando enfatizar as várias formas de como se preservar esses sítios na comunidade, bem como procurar conscientizar os discentes e toda a sociedade quais os órgãos responsáveis pela preservação (Freitas, 2016, p. 24).

A finalidade de propor atividades de conscientização em torno das heranças patrimoniais, de acordo com a autora, pauta-se na importância que estes sítios possuem para a manutenção da memória contemplada nos patrimônios materiais e imateriais. Daí a importância dessas ações ultrapassarem o âmbito escolar e manifestarem-se nas diversas instituições sociais.

Seguidamente, Freitas (2016) tece uma narrativa acerca dos desafios da educação patrimonial nas escolas de Valença do Piauí. Infere que a maior problemática se ampara na ausência de discussões que prezam pela conscientização da importância da preservação do patrimônio arqueológico. Ao mesmo tempo, em que cita o programa Mais Educação, como uma ação desenvolvida no âmbito escolar que se pauta na articulação entre vários eixos de ensino, inclusive a educação patrimonial³³.

Buscando perceber como a educação patrimonial é abordada nas escolas de Valença do Piauí, foi aplicado questionários com alunos do 3º ano do Ensino Médio, vinculados a três escolas do Município. Apesar de mencionar que os questionários foram aplicados em três escolas, a autora não deixa claro a quantidade de alunos participantes, nem introduz qualquer outra informação acerca dos participantes.

³³ Educação Patrimonial, de acordo com o Guia básico de educação patrimonial (1999, p.4), refere-se ao uso sistemático do patrimônio cultural como “fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo.” Ver mais: HORTA, Maria de Lourdes Parreiras et al. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf

A análise do questionário aplicado se deu de maneira superficial, sem problematização, sendo estruturada em apenas dois gráficos que não clarificam os questionamentos, tampouco as respostas dos questionários. O primeiro gráfico é dividido em duas partes: “acham importante estudar questões do patrimônio arqueológico” e “realização de eventos na escola que abordam questões patrimoniais”, no entanto, não é apresentada nenhuma porcentagem. Na sucinta análise tecida, a autora evidencia a falta de eventos que discutam questões em torno do patrimônio arqueológico, de modo que a ausência das discussões que evidenciam a importância deste para a sociedade, gera um indivíduo que não enxerga a importância da preservação desses espaços.

O segundo gráfico, também dividido em duas partes, demonstra “visitaram sítios arqueológicos”. Assim, frisa-se a necessidade de dar uma maior visibilidade para os sítios arqueológicos da região. Então, conclui o segundo capítulo, evidenciando a necessidade de intervenção do poder público na manutenção da proteção dos sítios.

No terceiro e último capítulo, nomeado de “Sítio Arqueológico Buritizal e Suas Memórias: machadinha e sua representatividade na comunidade”, desenrola-se a partir da pintura nomeada de machadinha e do imaginário da comunidade local acerca da pintura citada e do sítio Buritizal. Para compreender as histórias que circundam o imaginário popular em torno das formações rochosas e pinturas rupestres, a autora utiliza-se da fala de dois moradores da comunidade que narram diferentes impressões sobre as pinturas.

No decorrer do capítulo, é exposto duas imagens da pintura “machadinha”, uma do ano 2000, e outra de 2016, a fim de demonstrar a ação humana de degradação. Na imagem do ano 2000, a pintura aparece com uma cor vívida e sem marcas de degradação humana, já a de 2016, a pintura aparece com uma parte coberta por uma mancha de cor preta, originada da queima de uma caixa de marimbondo, como explica a autora. Em seguida, Freitas (2016) frisa o teor criminal das degradações do patrimônio arqueológico, citando a Lei nº 3924/1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos³⁴.

A autora conclui o seu trabalho, pontuando o caráter essencial da educação patrimonial nas escolas como um instrumento legitimador da conscientização dos indivíduos, e defende a desconstrução da ideia de que patrimônio arqueológico seja algo dos antepassados, já que são

³⁴ A Lei Nº 3.924, de julho de 1961 assegura a guarda e proteção dos monumentos arqueológicos e pré-históricos no território nacional ao Poder Público. Define o que pode ser considerado monumentos arqueológicos ou pré-históricos e estabelece medidas de preservação e conservação do patrimônio arqueológico e pré-histórico do país, reconhece a importância desses monumentos como parte integrante da história e cultura brasileira, buscando, estabelecendo diretrizes para pesquisas arqueológicas e define as responsabilidades das autoridades competentes na preservação desse patrimônio.

bens que oferecem a construção de uma memória coletiva, além de evidenciar que a ausência da educação patrimonial leva os indivíduos ao desconhecimento da importância de estudar e preservar os sítios arqueológicos.

A leitura desse trabalho nos faz refletir a respeito da importância de abordar a temática das artes rupestres em sala de aula, além de aproximar o conteúdo proposto no Currículo do Piauí (2020) à realidade local. Apesar de ser um trabalho curto e deixar, em alguns momentos, lacunas abertas, apresenta-se como um dos primeiros trabalhos acadêmicos que trata especificamente sobre o tema, tornando-se então referência para o trato da temática em âmbito local. Ressaltamos a importância de haver a exploração dessa temática por pesquisadores do município, bem como brasileiros, já que houve a tentativa de dois pesquisadores estrangeiros³⁵ de análise do parque arqueológico e a formulação de teorias que distanciaram a presença humana pré-histórica de Valença, da história pré-histórica do Piauí.

Assim como o trabalho de Freitas (2016), o trabalho sintetizado a seguir figura como uma importante pesquisa, ao focar a presença negra no território de Valença do Piauí. De autoria da historiadora Meyrilene de Sousa Pacheco³⁶, que nos apresenta um trabalho que muito tem a contribuir com a historiografia de Valença do Piauí, ao tratar da história e memória da comunidade Quilombola Tranqueira. “História e memória da Comunidade Quilombola Tranqueira na cidade de Valença do Piauí (2007-2013)” é um artigo disponível nos anais do VI Encontro Internacional de Literaturas, Histórias e Culturas Afro-brasileiras e Africanas- África-Brasil 2019.

Esse artigo é resultado da pesquisa de monografia³⁷ realizada por Pacheco em 2019, para a obtenção do título de licenciada em História pela Universidade Estadual do Piauí. Em nosso levantamento, esse foi o único trabalho de pesquisa encontrado sobre a Comunidade Tranqueira objetivando historicizar o processo de reconhecimento da própria comunidade enquanto remanescente quilombola. Apesar de desenvolver-se em apenas dezoito páginas, o artigo fundamenta a importância do reconhecimento como comunidade quilombola para as comunidades tradicionais, tanto para a obtenção de políticas públicas, como para a guarda da memória.

³⁵ De acordo com a publicação no site oficial do município, por volta de 1927, o austríaco Ludwig Schwennhagen pesquisou as antighalhas valencianas, descobrindo um Subterrâneo Fechado do Buritizal, a qual os moradores e pesquisadores da cidade não sabem a localização. Segundo o austríaco, o subterrâneo seria resultado de obra de mineração dos antigos fenícios no Piauí.
Para saber mais: <https://valencadopiaui.pi.gov.br/cidade>.

³⁶ Graduada em Licenciatura Plena em História, pela Universidade Estadual do Piauí.

³⁷ Este artigo é resultado da pesquisa de monografia realizada por Pacheco (2019), a utilização do artigo dá-se, pois, não conseguimos ter acesso a pesquisa completa, mesmo entrando em contato com a autora.

Pacheco (2019) inicia seu texto pontuando o estado de inconformismo vivido pelos negros submetidos à escravização e como os quilombos foram espaços que traspassaram toda a história de escravismo no Brasil. A autora justifica seu trabalho expondo que a importância dos estudos em torno das comunidades quilombolas ampara-se no reconhecimento e valorização,

[...] das comunidades com ancestralidade negra, suas lutas, resistências, o modo de vida, conhecer e compreender sua história como ser humano, histórico, que contribui não apenas com sua força de trabalho para desenvolver a economia do país, mas com sua essência, cultura e vivências para a formação da sociedade brasileira (Pacheco, 2019, p.2).

Assim, segue sua narrativa esclarecendo, a partir de autores renomados da historiografia piauiense, acerca da estrutura escravista encontrada no Piauí. Notadamente, esclarece o sentido do termo remanescente quilombola, salutar para a compreensão do leitor acerca da necessidade que os próprios moradores da comunidade tiveram de se reconhecerem enquanto remanescentes. A partir da descrição da formação histórica da Comunidade Tranqueira, evidencia que seu surgimento está atrelado à resistência mantida pelos negros contra o sistema escravista que perdurou na sociedade brasileira mesmo após a abolição da escravidão.

O surgimento da Comunidade Tranqueira, como aponta Pacheco (2019) deu-se aproximadamente no início do século XX, quando Manoel Soares da Silva passou a residir na comunidade, na tentativa de fugir da exploração de sua força de trabalho que sofria na Fazenda Saco, de propriedade de ricos fazendeiros da região, Amadeus Soares e Cinéas Veloso. A autora conjectura que a ação de Manoel Soares foi impulsionada pelo “desejo de trabalhar e viver com mais autonomia” (Pacheco, 2019, p.8). Assim, junto com o seu irmão Cinobelino Soares da Silva, a Comunidade Tranqueira foi surgindo.

No decorrer da narrativa, a autora pormenoriza o processo de reconhecimento da Comunidade Tranqueira enquanto uma comunidade quilombola, de modo a pontuar que o processo de reconhecimento se inicia com a ação de sujeitos de fora da comunidade, mas que enxergavam ali características quilombolas, “foi necessário que ocorresse essa conscientização para que os habitantes da Tranqueira se identificassem como remanescentes quilombolas e, depois desse reconhecimento por parte dos próprios moradores, deram início à luta pelo direito junto aos órgãos competentes” (Pacheco, 2019, p.12). Fica evidente a importância do autorreconhecimento para, enfim, alçar as esferas governamentais em busca do reconhecimento jurídico da comunidade, esclarecendo que

A invisibilidade da comunidade pela sociedade valenciana também é um ponto de destaque na narrativa, o que influenciava diretamente no lugar social ocupado pelos moradores

da comunidade, e no insuficiente acesso que estes tinham aos direitos básicos, como água encanada, moradia e energia elétrica. O processo de reconhecimento da comunidade, como pontua Pacheco (2019), aconteceu por meio da ação do Professor Antônio José e do Centro de Educação Popular de Valença (CEPAVA), que direcionou os moradores da Comunidade para o entendimento do termo quilombola e dos direitos garantidos a eles.

Desse modo, em 2007, foi iniciado o processo de reconhecimento da Comunidade Tranqueira enquanto comunidade quilombola com a criação da Fundação de Moradores e Remanescentes dos Quilombos Tranqueiras, sendo no ano de 2009 homologado o reconhecimento legal, pela Fundação Cultural Palmares, passando a chamar-se de Comunidade Remanescente de Quilombolas Tranqueira.

Este trabalho, torna-se importantíssimo para a História Local, ao trazer para o debate uma comunidade que passava por uma invisibilidade no meio social, o que impactava a forma que os próprios indivíduos, moradores da comunidade, se enxergavam. É relevante compreender que o reconhecimento da Comunidade Remanescente Quilombola Tranqueira engrandece a história do Município que tem em suas raízes a resistência negra. As pesquisas a respeito da comunidade, restringiam-se a pequenas menções, como, por exemplo, no livro “Histórias que Caracterizam Valença do Piauí”, que tem dedicado algumas linhas acerca da cultura desenvolvida na comunidade.

Os dois trabalhos apresentados, sintetizam importantes aspectos do município, que por vezes pairam o desconhecido no imaginário da população, que não conhecem as suas histórias, tampouco a relevância desses aspectos para a história do município. O grande diferencial dos dois trabalhos mencionados é o rigor metodológico, principalmente em torno da definição das fontes, trazendo ao leitor uma base discursiva que podem ser analisadas e consultadas posteriormente. Assim, configuram-se como trabalhos essenciais no processo de reconhecimento e pertencimento a ser desenvolvido na aplicabilidade da história local em sala de aula. No entanto, carecem de uma maior divulgação, de modo a torná-los transmissíveis e assimiláveis pelo público escolar.

3.3 Produções teóricas e produções didáticas: dois mundos que se cruzam

O intuito, no subtópico anterior, de apresentar as produções relativas ao espaço de análise, deu-se em circunstância de apresentar obras que possibilitem a abordagem da história local em sala de aula, e apresentem bases teóricas metodológicas da prática historiográfica. Cientes da contribuição que estas produções podem oferecer para o despertar do sentimento de

pertencimento, salutar para a constituição identitária, ao aproximar o conteúdo escolar das histórias que formam a historiografia do Município. Constata-se, que a ausência da História Local nas salas de aula do Município, não é oriunda da ausência de produções relativas aos aspectos locais, pois há produções teóricas significativas. O que pode ser apontado como um empecilho é a carência de materiais didáticos que transponham o conteúdo teórico em conteúdo didático.

Reafirmamos o papel significativo que a História Local tem a contribuir na trajetória educacional dos alunos, ao ser utilizada como ponto de partida para discussões e abordagens conteudistas de âmbito mais geral, por partir de conhecimentos já presentes no imaginário dos estudantes, mesmo que de maneira superficial. A construção do conhecimento histórico modifica o modo que os alunos enxergam o mundo a sua volta, permitindo a produção de noções que modificam o modo como enxergam a si e ao outro. A relação entre a construção do conhecimento histórico e o ensino de História se dá em um processo dinâmico que ultrapassa a absorção passiva de informações, mas permite uma compreensão mais ampla das relações entre as diferentes sociedades.

O ensino e aprendizagem da História Local possibilita que os alunos entre em contato e reflitam sobre aspectos da sua própria comunidade, estabelecendo uma conexão com o lugar ao seu redor. Para Barros (2012, p. 318) “o ensino-aprendizagem da História Local configura-se como um espaço-tempo de reflexão crítica acerca da realidade social e, sobretudo, referência para o processo de construção das identidades destes sujeitos e de seus grupos de pertença.”

Essa temática constrói sentidos que influenciam o reconhecimento de si próprio enquanto parte constituinte de um lugar. Reconhecer-se parte de algo, gera um sentimento de pertencimento, e as identidades podem funcionar como uma ferramenta que caracteriza, diferencia e unifica os sujeitos ao seu grupo de pertencimento. Hall (2005, p. 50-51) esclarece que a identidade produz sentidos sobre um espaço “esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com o seu passado e imagens que dela são construídas.”

A descentralização evidenciada pela História Local permite trazer à tona histórias e personagens que em um contexto global perderam-se em meio a construção narrativa de acontecimentos mais expressivos. Não se opondo a uma história global, mas designando “uma delimitação temática marcada por particularidades históricas, culturais, políticas, etc., quase sempre ocultadas por generalizações maiores”, como pontua Ferreira (2019, p. 297), a História Local coloca na centralidade discursiva recortes modulares da história global. A ação docente

torna-se, nesse contexto, salutar para o trato da História Local, em decorrência do esquecimento que ainda vigora sobre a História local nas aulas de História em Valença do Piauí.

Tardif e Raymond (2000) contribuem no entendimento que os saberes profissionais dos professores se formam a partir de diversas fontes, ao entrelaçar os conhecimentos construídos no seu processo formativo às experiências pessoais. De modo que o tempo influencia na maneira como esses aspectos aglutinam-se na formação da identidade docente, já que o fator tempo é condicionante da formação dos saberes dominados através da repetição.

Nesse viés, salientamos a importância de os docentes estarem em constante formação, imersos no processo de produção da História Local e cientes da relevância da abordagem local no âmbito escolar, já que o processo de formação profissional não se limita ao período de estudo universitário, é um processo contínuo que se constrói a partir do diálogo com os pares, com a vivência em sala de aula, as experiências pessoais do docente e do contato com os livros didático e demais fontes, entre outros fatores. No entanto, o processo de formação continuada necessita de uma efetiva ação do poder público municipal, ao oferecer um espaço de formação onde os professores entrem em contato com as obras já produzidas sobre o município, seus aspectos e população, de um modo a facilitar a introdução dessas obras às aulas de história.

O ato docente ultrapassa a ministração de um conteúdo, mas envolve um intenso e dinâmico processo de produção de saber, denominada por Baptista (2016, p.43) de operação historiográfica escolar, ou seja, “a fase de delimitação de conteúdos e objetivos, definição de estratégias e recursos pedagógicos a serem utilizados e o ato da aula em si.” É nessa fase que a identidade docente interfere, no percurso de construção do conhecimento escolar, de modo que, toda a operação historiográfica escolar tem como base salutar de sua constituição a interação entre professor e alunos e a aptidão para a absorção de conhecimento destes.

Caime (2006) retrata que a docência não é uma atividade que se aplica um manual de respostas, mas se configura como uma profissão multifacetada e que, portanto, precisa estar ancorada em uma formação reflexiva, mas não apenas só isso. É necessário que os professores compreendam o conteúdo específico de sua formação, aqueles que serão ministrados em sala de aula, porém, também se faz importante a compreensão dos procedimentos de uma pesquisa histórica. Conforme a compreensão dos pressupostos teóricos-metodológicos da sua área de ensino é que o professor terá melhores condições de organizar os conteúdos escolares de maneira mais significativa para os discentes, o que Caimi (2006) chama de conhecimento pedagógico. Conceito relacionado a forma que o conhecimento específico é adequado didaticamente aos alunos, de acordo com a série, faixa etária, nível de conhecimento prévio, entre outros fatores.

Esses dois conhecimentos devem, na formação do professor, serem alicerçados e não dicotomizados. Além desses dois pontos, a autora salienta outros aspectos que devem ser considerados dentro do processo de formação do professor, são eles: conhecer o seu alunado, seu lugar social, o contexto cultural, as suas experiências prévias; ter conhecimento de diversas possibilidades de produção e expressão do conhecimento histórico; possuir conhecimento acerca dos processos de desenvolvimento cognitivos que possibilitem a aprendizagem.

A identidade docente, assim como esclarece Schmidt (1996, p.116) “oscila entre a do professor difusor e transmissor de conhecimentos, e o de produtor de saberes e de fazeres”. Denota-se que este sujeito promova a união do saber acadêmico, aquele apreendido na universidade e no decurso formativo profissional, e a competência pedagógica, o domínio das formas de transmissão. Em torno da figura do professor de História, a autora pontua o caráter emancipador que a docência em História carrega, oferecendo condições ao aluno ser participante do processo de construção da História. A aula reflete um espaço de interlocução de sentidos, revelando a relação entre teoria e prática.

O professor de História pode ensinar o aluno a adquirir as ferramentas de trabalho necessárias; o saber-fazer, o saber-fazer-bem, lançar os germes do histórico. Ele é o responsável em ensinar o aluno a captar e valorizar a diversidade dos pontos de vista, de provar que cada um tem a sua razão de ser, e não apenas de justificá-los todos no mesmo nível e teimar em aniquilá-los em benefício de uma só ideia tirânica. A ele cabe ensinar o aluno a levantar problemas e reintegrar o problema levantado num conjunto mais vasto de outros problemas, procurando, em cada aula de História transformar temas em problemáticas (Schmidt, 1996, p.118).

A citação acima reafirma o caráter emancipador que a História pode gerar no aluno, ao centralizar o ensino em contribuir na formação de um sujeito questionador, ultrapassado a visão de um aluno passivo, receptáculo de informações. O docente de História tem a contribuir no processo de desenvolvimento de uma visão crítica da sociedade da qual se insere, prezando pela pluralidade de ideias e opiniões. A sala de aula de História pode se transformar no primeiro espaço onde o aluno pode se enxergar como parte de um todo, como peça fundamental do seu meio social, e conseqüentemente um ator da História.

Ainda amparado nas contribuições de Schmidt (1996), um dos desafios enfrentados pelos professores de História é a realização da transposição didática dos conteúdos, e por consequência a escolha dos recursos utilizados em sala de aula. Dar aos alunos condições adequadas para que se enxerguem parte constituinte da história e entendam a sua participação no processo histórico, passa pela utilização de recursos propícios para desenvolver a relação entre teoria e prática.

Chevallard (2005) afirma que o saber escolar está fundamentado no saber acadêmico, mas que é necessário sofrer adaptações para estar em condições de ser ensinado. Em sua perspectiva, ancorada na didática da matemática, a transposição didática é entendida como um processo de transformações que são realizadas em um objeto de conhecimento a fim de torná-lo um objeto de ensino.

Un contenido de saber que ha sido designado como saber a enseñar, sufre a partir de entonces un conjunto de transformaciones adaptativas que van a hacerlo apto para ocupar un lugar entre los objetos de enseñanza. El trabajo que transforma de un objeto de saber a enseñar en un objeto de enseñanza, es denominado la transposición didáctica (Chevallard, 2005, p. 45)

Sob tal perspectiva, há uma relação proximal entre as produções acadêmicas e o conhecimento escolar, sendo a principal diferença a condição de aprendizagem. Já que para transformar um saber acadêmico em um saber a ser ensinado, é necessário pautar essa transposição na criação de alternativas que facilitem a compreensão e a aprendizagem. Especificamente ao ensino de História, a transposição didática ultrapassa essa mecanicidade de traduzir o que é produzido no âmbito científico para um saber mais acessível, mas liga-se ao desafio de promover um ensino que preze pelo reconhecimento dos alunos enquanto sujeitos constitutivos da História. Schimith (2005), em relação à transposição didática da História, contribui:

[...] é procurar a realização na sala de aula da própria atividade do historiador; buscar a articulação entre elementos constitutivos do "fazer histórico" e do fazer pedagógico. Assim, o objetivo é fazer com que o conhecimento histórico seja ensinado de tal forma que dê ao aluno condições de participar do processo do fazer, do construir a história. Que ele possa entender que a apropriação do conhecimento é uma atividade que em se retoma ao próprio processo que elaborou este conhecimento (1996, p. 120).

Nesse trajeto de transposição didática, a História Local apresenta-se como uma importante ferramenta no processo de operação historiográfica escolar, auxiliando os docentes na escolha dos conteúdos, traçando objetivos mais condizentes com as realidades de seus alunos, transformando o conteúdo escolar em temáticas mais atrativas. Além de conectar os alunos ao seu local de vivência, levando-os a desenvolver o senso de participação social, e reconhecendo-se enquanto cidadãos, sujeitos ativos da História. Assim, as aulas de História tornam-se mais plural ao aludir temáticas que não estão presentes no livro didático e que, dificilmente, os alunos teriam acesso a estes conhecimentos fora do âmbito escolar.

As produções citadas anteriormente, assim como as demais produções que foram encontradas em nossas buscas, podem ser encaradas como exposições teóricas, com uma

problemática que busca ser respondida ao fim da narrativa e que prima pelo estado do conhecimento, o que difere da exposição didática, que leva em consideração a condição de quem irá recepcionar o conhecimento. Portanto, o simples conhecimento das obras e de seus conteúdos não se figura como suficiente para a sua aplicação em sala de aula, implicando na necessidade de transpor esse conhecimento teórico para um conhecimento didático, este que será levado ao contato dos alunos.

A docência em história se efetiva na relação entre ensino e pesquisa. Perpassa, para além do ensino, pela pesquisa que transformada em conteúdo chega a sala de aula, se revelando na produção do conhecimento histórico, no intercruzamento entre teorias e práticas, entre a sala de aula e a pesquisa histórica. Ser Professor de História é ter inerente a si a práxis historiográfica, é transpor o conhecimento produzido por si mesmo e viabilizar a sua utilização em sala de aula. O cotidiano de sala de aula é o que dimensiona o caminho de pesquisa necessário a ser seguido pelo Professor para produzir a História a ser contada em suas aulas. É na práxis que os conteúdos históricos vão tomando forma, pelas mãos do professor ele é elaborado, adequado, revisado, vai sendo aperfeiçoado diariamente no cotidiano do exercer profissional e nas relações dentro e fora da sala de aula.

Destarte, a atuação cotidiana do professor em sala de aula é fomentada a partir da utilização de diferentes materiais didáticos, sejam ofertados pela rede de ensino a qual o professor está vinculado ou elaborado por ele próprio. Quanto mais recursos didáticos ao alcance do professor, maiores são as possibilidades de exploração dos conteúdos. No tocante aos materiais didáticos utilizados no município em estudo, há uma invisibilidade de temas relacionados à História Local, as pesquisas históricas referentes ao município de Valença do Piauí ainda se popularizam de maneira fragilizada, o que dificulta a transposição da História Local para a sala de aula.

Para a realização de qualquer atividade em sala de aula é necessário de antemão a realização de um planejamento e a utilização de instrumentos que auxiliem a sua efetivação, materiais que considerem as especificidades dos alunos, os enxergando como componentes ativos no processo de ensino e aprendizagem. “No caso do ensino de História o uso de recursos didáticos poderá facilitar a leitura de mundo dos alunos, ampliando-a além de favorecer a ação de criticidade”. (Bastos; Bastos, 2020, p. 05)

Nesse sentido, propomos a elaboração de um caderno pedagógico, apresentado em anexo, que proporcione ao Professor de História da educação básica, do 6º ao 9º, conteúdos e meios didáticos-metodológicos úteis no processo de constituição identitária local, fundamentado na historiografia da cidade de Valença do Piauí. O desenvolvimento desse

material teve por base os conhecimentos locais que viabilizam um debate e reflexão acerca do conceito e especificidades identitárias da cidade em questão. Assim, a partir de conteúdos próximos às vivências e conhecimentos locais dos alunos, o produto educacional a ser desenvolvido apresenta-se como um mecanismo de suporte para o docente de História na aplicação de uma história local em sala de aula, auxiliando no processo de identificação e constituição identitária.

A História Local ainda galga um lugar dentro do sistema de ensino, mesmo com a sua fixação no Currículo do Piauí (2020), os desafios para a sua aplicação e desenvolvimento ainda permanecem, assim, o produto educacional gerado a partir das discussões estabelecidas nesta dissertação, se enquadra como um material produzido segundo as produções teóricas sobre o município de Valença do Piauí, mas que os transcreve de modo didático, sendo uma opção para a aplicação da História Local em sala de aula. Este caderno pedagógico, utiliza-se das habilidades introduzidas pelo Currículo do Piauí, no tocante a História Local, fundamentando-as com as produções já existentes sobre o Município e que podem ser levados a sala de aula, contribuindo para o processo de reconhecimento e construção identitária.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar o percurso de escrita dessa dissertação, elucidamos que está narrativa não se trata de um fim, mas como o início de um processo, longo, mas necessário, que objetiva contribuir no trajeto de produção histórica e didática acerca de Valença do Piauí, visto que a pesquisa local, apesar de já ter avançado na última década, ainda tem a crescer e a contribuir, principalmente no que se refere a construção e ao reconhecimento de sinais de pertença.

O caráter formativo que a escola, inclusive o ensino de História, possui na formação de um sujeito crítico e autônomo, influencia a formação de um sujeito ciente das relações e influências que mantém com o meio em que vive. A ruptura com uma prática educacional que silencia, limita, que joga à margem da história aquelas figuras que não agregam ao interesse dominante, tende a auxiliar a construção de um sujeito que entenda o seu papel de agente de transformação. Tecer uma análise para os fazeres das pessoas comuns, de suas ações frente ao mundo, nos revela faces que podem escapar ao olhar da historiografia oficial. O uso da História Local contribui nessa trajetória de trazer à discussão aspectos que passariam despercebidos em uma abordagem da História de forma mais geral, desenvolve uma abordagem de temáticas que oportunizem uma nova forma de olhar para o seu local, notando nuances de contextualização entre as vivências individuais e a história coletiva

O ensino de História proposto pelo Currículo do Piauí (2020) para o Ensino Fundamental, se organiza a partir da noção de que “deve propiciar aos educandos e educadores uma discussão mais sinérgica, ressaltando na história, cultura regional e local, fomentando o debate, incentivando a pesquisa e a troca de experiências, que promoverão a produção do saber histórico” (Silva, 2020, p. 271). Nesse sentido, a construção do saber histórico perpassa uma trajetória que articula conhecimentos em níveis local, regional e global, contextualizando-os e apresentando marcos de referências relacionais.

A dissertação aqui desenvolvida, que objetiva a análise das contribuições da História Local para o processo de construção identitária, fazendo uso das produções locais referentes ao município de Valença do Piauí, não se apresenta como uma narrativa crítica as produções citadas ao decorrer da escrita, tampouco se coloca como superior a estas obras e aos seus autores, mas sim, reconhecemos a relevância de cada obra, dentro de seus objetivos de produção, no entanto, entendemos que, para adentrar a sala de aula tais obras precisam de um trato didático que só pode ser realizado por quem vivencia o chão da escola.

Essa narrativa, estruturada em três capítulos, buscou apresentar aspectos relativos à cidade de Valença do Piauí para o trato da História Local em sala de aula, propícios para a

construção de um sentimento de pertencimento quanto ao seu espaço de vivência. Iniciamos a narrativa pontuando teoricamente os termos essenciais para a compreensão da temática que circunda essa escrita, assim no primeiro capítulo adotamos o sentido aplicado à identidade e como está se relaciona com a História Local.

Compreendendo o sentido de identidade no sujeito pós-moderno, explicitado por Stuart Hall, adotamos o entendimento que a identidade se forma dentro de um processo de relações sociais e culturais, portanto é fragmentada e mutável. Nesse sentido, a escola, em específico as aulas de História, podem contribuir no reconhecimento identitário que liga o indivíduo ao seu espaço de vivência. Com uma leitura atenta do Currículo do Piauí, promulgado em 2020 e adotado como normatizador das habilidades e assuntos a serem levados às salas de aula do Ensino Fundamental, notamos uma valorização da História Local, mas que não se concretiza no ambiente escolar.

Por ser fragmentada, a identidade é construída diariamente através da relação do indivíduo com o outro e o seu meio social, é nesse viés que a História Local ganha destaque como ferramenta substancial para o processo de reconhecimento das identidades existentes sobre o espaço de convívio e para o despertar do sentimento de pertencimento, ao passo em que se reconhece nas identidades ali existentes. Esse processo de reconhecimento e pertencimento ao seu local, permite que o aluno se enxergue enquanto parte constituinte do seu meio social, e por conseguinte do processo histórico.

A presença dessa temática no Currículo (2020) é um importante passo para o desenvolvimento de um ensino que esteja atento ao contexto de vivência dos alunos, no entanto, é apenas o pontapé inicial de um processo que precisa ser desenvolvido em parceria entre a escola e o poder governamental, de modo a romper com a realidade de um ensino fragmentado e disperso da realidade social. A proposta de trabalho com a História Local ainda permanece circunscrita a ações individuais dos docentes. Cabe mencionar que o uso dessa ferramenta para o processo de identificação, exige do docente o conhecimento acerca de sua utilização e contribuições, a fim de aliar teoria e prática.

Considerar o espaço social de vivência do aluno, acarreta a construção de um ensino de História mais significativo para a aprendizagem, apresentando conteúdos com maior proximidade dos discentes. Apesar de aproximar as temáticas da realidade, a História Local mantém a necessidade de contextualizá-la frente a conteúdos de âmbito mais geral, de maneira a tornar a aprendizagem histórica em diferentes dimensões, e rica em conexões espaciais e temporais.

No segundo capítulo, nos propomos a apresentar o município de Valença do Piauí como o nosso espaço de análise, reduto de intensas teias de significados que caracterizam os indivíduos que a habitam. Tomando a cidade como o espaço de reprodução da nossa vida, destacamos aspectos significativos para a historiografia da cidade e por consequência pontos constituintes das identidades locais. A escrita desse capítulo segue uma estruturação que visa repassar ao leitor o entendimento que a história de Valença do Piauí continua em processo de produção, já que a própria história do Piauí ainda se constitui em cima de distintas visões sobre a ocupação e desenvolvimento de seu território.

O trajeto de constituição de Valença enquanto cidade, liga-se ao processo de desenvolvimento territorial do Piauí, como uma das primeiras cidades do estado. Apesar de seu caráter histórico e da sua idade bicentenária, a cidade possui poucos espaços de guarda da memória local, sendo destaque uma ação particular, o Espaço Cultural Progênie de Mãe Luiza Caboré, importante ação que guarda objetos que constituem a história do município, e contribuem para respaldar as histórias repassadas oralmente no decorrer do tempo.

No seguimento da escrita narrativa deste capítulo, pontuamos aspectos importantes para a constituição identitária local, a saber: a religiosidade popular, as festividades culturais e os sítios arqueológicos, aspectos que podem contribuir para a construção do conhecimento histórico e, que foram utilizados na produção do produto educacional, o caderno pedagógico “A cidade em evidência: Aspectos históricos de Valença do Piauí para o ensino de História Local”. A partir desse capítulo, notamos que a própria cidade é a principal fonte de estudo da História Local, através de seus patrimônios materiais e imateriais é possível manter uma ligação com o passado, e contribuir para o reconhecimento das identidades existentes no município, gerando assim um sentimento de pertencimento.

No terceiro capítulo, realizamos um levantamento acerca das produções relativas ao nosso município de análise, apresentando a situação da produção histórica local, percebendo a variedade de temáticas que circundam essas publicações, mas que ainda não chegam ao chão da escola. Em relação à situação das produções históricas sobre o município, em sua maioria, estas são produzidas a partir de relatos orais repassados de geração em geração, ganhando novas nuances e detalhes. Os trabalhos memorialísticos decorrem da descrição da vida de personalidades que possuem destaque social ou cultural, sendo as lembranças do passado de quem produz essas narrativas, a principal fonte.

O que diferem as obras consideradas históricas daquelas de caráter memorialístico, é a utilização dos métodos da produção histórica, já que as produzidas no âmbito acadêmico explicitam os seus métodos e fontes, o que é importante para a constituição histórica do espaço,

ao ligar as narrativas produzidas em diferentes temporalidades, já as memorialísticas estão em maior conformidade com os interesses pessoais de quem as produz. A associação dessas obras sobre a História Local, pode cooperar para uma consciência mais profunda acerca do pertencimento e das identidades que os liga ao seu lugar, além de contribuir para o entendimento dos alunos enquanto cidadãos, inspirando uma participação consciente na sociedade.

As produções de caráter histórico, são resultados de pesquisas acadêmicas, em sua maioria resultantes de trabalhos de conclusão de curso de licenciaturas em História. Essas publicações ainda se restringem ao campo universitário, sem impactar a prática docente, visto que não são popularizadas. Nesse sentido, é importante a instauração de ações que tornem essas obras transmissível ao ensino escolar, de modo a contribuir com o sentimento de pertencimento e reconhecimento de seu espaço.

Considerando a narrativa, por hora encerrada, em relação à utilização e produção da História Local em Valença do Piauí, não notamos a superação da dicotomia entre ensino e pesquisa. A abordagem da História Local, em sala de aula, ainda depende da iniciativa do professor que reconhece a contribuição que esta abordagem detém para o desenvolvimento e formação de uma consciência crítica, e no entendimento de que todos nós somos sujeitos das produções históricas.

O reconhecimento enquanto cidadão, perpassa pelo entendimento de seu papel social, do reconhecimento histórico do seu local de vivência. O sujeito, enquanto cidadão, é permeado de sinais de pertencimento, que só podem ser reconhecidos quando há a valorização e reconhecimento da História Local como ponto constituinte das identidades, estas que ajudam a produzir o sentido de cidadania, de se reconhecer como parte de algo, do espaço da cidade.

Diante do exposto, a escola é convidada a se tornar o lugar útil para o despertar identitário, reconhecendo em sua localidade sinais de pertença. O uso da história local permite que o aluno conheça a realidade do local onde reside, indispensável para o reconhecimento e construção de identidades. A análise das produções teóricas relativas ao município de Valença do Piauí, indicou a situação de inadequação deles às necessidades didáticas.

O ensino e aprendizagem da História Local apresenta-se como uma ferramenta importante de reflexão sobre a realidade social, e como base salutar para o processo de construção de identidades e de reconhecimento dos sinais de pertencimento. Assim, a produção do conhecimento histórico em sala de aula não pode ser indiferente aos processos e disputas locais, instaurando um ensino mais plural e, que esteja ancorado na constituição de um saber histórico mais significativo que contribua para a formação cidadã dos alunos.

REFERÊNCIAS

- Arquivo Histórico Ultramarino, Piauí, Caixa 3, “**Descrição da Capitania de São José do Piauí**”, de autoria do Ouvidor Antônio José de Moraes Durão, de 15 de junho de 1772, fl. 3. IN. Luiz Mott. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/64374/67044>
- ARAGÃO, Rosângela Monteiro. **O Ensino da História Local como instrumento para a construção da identidade e o exercício da cidadania**. Dissertação (mestrado em Ensino de História) – Pós-Graduação em Ensino de História, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Natal – RN: UFRN, 2019.
- BARBOSA, Vilma de Lurdes. Ensino de História Local: Redescobrimos Sentidos. **Saeculum**–Revista de História. João Pessoa : jul/dez, 2006.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARROS, José D’ Assunção. O campo da História: especialidades e abordagens. Petrópolis: **Voices**, 2004.
- BARROS, Carlos Henrique Farias de. **Ensino de História, Memória e História Local**. IN: Criar Educação. [recurso eletrônico]–Vol.1,n.1(2012)-. –Criciúma,SC : Ediunesc, 2012.Modos de acesso: <<http://periodicos.unesc.net>>Semestral.
- BASTOS, Manoel de Jesus. BASTOS, Michelly de Jesus. Recursos didáticos no ensino de história: Nas escolas de Campo Alegre de Lourdes –BA. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 05, Ed. 06, Vol. 11, pp. 05- 20. Junho de 2020. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/didaticos-no-ensino>
- BRANDÃO, C.R. **Identidade e Etnia**. Construção da pessoa e resistência cultural. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BARROSO, Flávia Magalhães. **Festas de contramão: Cenas e experiências dissensuais da rua / Flávia Magalhães Barroso**. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Comunicação Social, 2018. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/9031>
- BRASIL. Ministério da Cultura. **Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos- CNSA / SGPA**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_resultado.ph. Acesso em 23 de set de 2023.
- BRASIL, Ministério da Educação, (1997). **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília, MEC/SEF.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base**. Brasília: MEC, 2017.
- BAPTISTA, Adolfo Eugenio Ferreira. **Caixa de História local e a construção da identidade dos alunos da Educação de Jovens e Adultos**. 2016. 129 f Dissertação (Mestrado em História) Instituto e Ciências Humanas e Sociais Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2016.. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/205996/2/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20ADOLFO.pdf>.

- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade: a era da informação.** Tradução Klauss Brandini Gerhardt*. 9.ed. rev.ampl. - São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.
- CAIMI, Flávia Eloisa. Por que os alunos (não) aprendem História? Reflexões sobre ensino, aprendizagem e formação de professores de História. **Tempo**, vol. 11, núm. 21, julho, 2006, pp. 17-32 Universidade Federal Fluminense. Brasil.
- CAIMI, Flávia Eloisa. **Meu lugar na história: de onde eu vejo o mundo?** IN: História: ensino fundamental / Coordenação Margarida Maria Dias de Oliveira. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.
- CAIMI, Flávia Eloisa. OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira de. **Entre práticas dominantes e compromissos emergentes: os desafios permanentes da história escolar.** IN: Guerras de narrativas em tempos de crise: ensino de história, identidades e agenda democrática / Jaqueline Aparecida Martins e Osvaldo Rodrigues Junior (orgs.). – Cáceres: Unemat Editora, 2021.
- CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização/ Néstor García Canclini.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo.** São Paulo: FFLCH, 2007.
- CASTRO, Chico. **A Coluna Prestes no Piauí: a república do vintém / Chico Castro.** — Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008. (Edições do Senado Federal; v. 90)
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- CERTEAU, Michel de. **A Operação Histórica.** In: Nora, Pierre e Le Goff, Jaques História: novos problemas. RJ, Francisco Alves, 1988.
- COUTINHO, Reinaldo. **Antiguidades Valencianas.** Impressões de Viagens. 1 ed. Timom: Expansão, 2000.
- CORREA, Silvio Marcus de Souza. **História local e seu devir historiográfico.** Métis: história e cultura, v. 2, n. 2, p. 12, jul./dez. 2002.
- COSTA, Aryana. História Local. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **Dicionário de Ensino de História.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019. p. 132-136.
- CHEVALLARD, Y. **La transposición didáctica: del saber sabio al saber enseñado.** 3 ed. Buenos Aires: Aique: Grupo Editor, 2005.
- DIEHL, Astor Antônio. **Cultura Historiográfica, Memória, Identidade e Representação.** Bauru: Edusc, 2002
- DEWEY, John. **Experiência e Educação;** trad. de Anísio Teixeira. 2ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.
- FÉLIX, Alaylton Wesley Moura. **Cotidiano e sociabilidades nos festejos juninos de Valença do Piauí na década de 1980 / Alaylton Wesley Moura Félix.** – 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) - Universidade Federal do Piauí., Picos, 2018.

FERREIRA, E. S. (2019). A história local e a pesquisa em história da educação (The use of local history and research practices in history of education). **Crítica Educativa**, 5(1), 293–307. <https://doi.org/10.22476/revcted.v5i1.369>.

FONSECA, Rodrigo Gerolineto. **A pedra e o pátio: relações sociais e cultura na capitania do Piauí no século XVIII**. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

FREITAS, Kennya Raissa de Negreiros. **Sítio arqueológico Buritizal: mecanismo de preservação do patrimônio arqueológico e construção de memórias** / Kennya Raissa de Negreiros Freitas. . Trabalho de Conclusão (Licenciatura Plena em História)- Universidade Federal do Piauí., Picos, 2018

GALVÃO RAMALHO, João Pedro. "**Valença - Capitania do Piauí**". In: BiblioAtlas - Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa. Disponível em: http://lhs.unb.br/atlas/Valen%C3%A7a_-_Capitania_do_Piau%C3%AD. Data de acesso: 19 de setembro de 2023.

GOUBERT, Pierre. **História Local**. In: Revista Arrabaldes. a. 1. n. 1. Maio-Ago 1988.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. ; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro-11. ed. -Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade?** IN: SILVA, Tomaz T. (org.) Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: vozes, 2005. p. 103-133.

JENKINS, Keith. **A História repensada** / Keith Jenkins; tradução de Mário Vilela. - 3.ed., 3º reimpressão.- São Paulo: Contexto, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo- SP: Centauro, 2001.

LIMA, Nilsângela Cardoso. **Em cada página, História do Piauí colonial e provincial**. IN: Páginas da História do Piauí colonial e provincial / organizadora, Nilsângela Cardoso Lima – Teresina: EDUFPI, 2020.

LOPES, João T. In: JORGE, V. O. et al. (Coord.) **Identidade, identidades**. Porto: Adecap, 2002.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **De como se constrói uma história local: Aspectos da produção e da utilização no Ensino de História**. In: ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira; FAGUNDES, José Evangelista; ROCHA, Raimundo Nonato Araújo- 3 de 4 -da. Reflexões sobre história local e produção de material didático. Natal: EDUFRN, 2017.p. 57-81.

MALTA, Shirley Cristina Lacerda. Uma abordagem sobre currículo e teoria afins visando à compreensão e mudança. **Espaço do Currículo**, v.6, n.2, p.340-354, maio a agosto de 2013.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Comunicação e Identidade: Quem você pensa que é?** São Paulo. Editora Paulus, 2010.

MOURA, Iara Conceição Guerra de Miranda. A Batalha do Jenipapo e seus heróis: Símbolos de uma piauiensidade. **Contraponto**. Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI. Teresina, v. 7, n. 2, jun./dez. 2018.

- MOTT, Luiz. R.B. **As fazendas de gado do Piauí (1697- 1762)**. In: Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História: a propriedade rural, São Paulo, n. 7, 1976.
- NEVES, Joana. História Local e Construção da Identidade Social. **Saeculum** –Revista de História. João Pessoa: Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba, n.3, jan./dez. 1997.
- PAULA, Maria Helena de; ALMEIDA, Mayara Aparecida Ribeiro de. **Entre arraiais, vilas, cidades, comarcas e província**: terminologia das representações do espaço no sudeste goiano no século XIX. Revista Contexto Linguísticos. V. 10, n. 17, 2016, p. 153-167
- PACHECO, Meyrilene de Sousa. **História e memória da Comunidade Quilombola Tranqueira na cidade de Valença do Piauí (2007-2013)**. Anais do VI Encontro Internacional de literaturas, histórias e culturas afro-brasileiras e africanas – África Brasil 2019. Disponível em: <https://nepa.uespi.br/africabrasil/upload/anais/Njcw.pdf?040822>.
- PEREIRA DA COSTA, F. A. **Cronologia histórica do estado do Piauí**: desde os seus tempos primitivos até a Proclamação da República. v.1. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, val.5, n 10, 1992, p. 200-212.
- QUEIROGA, Sônia Maria Dantas Bonfim. **Revivendo Valença**. [s. e.]:Valença do Piauí. 2019.
- RIBEIRO, Felipe. **Um currículo para resgatar “histórias silenciadas”**: apontamentos sobre a BNCC no Piauí e as perspectivas para o ensino de História. In: FERREIRA, Angela Ribeiro et al (Orgs.). BNCC de História nos estados: o futuro do presente. Porto Alegre: Editora Fi, 2021. p. 387-412. Disponível em: <https://www.editorafi.org/292bncc>
- SACRISTÁN, José Gimeno. **Compreender e transformar o ensino**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- SACRISTÁN, José Gimeno. **O que significa currículo?** In: SACRISTÁN, José Gimeno (org.) saberes e incertezas sobre currículo. Porto Alegre: Penso, 2013, p. 16-35.
- SACRISTÁN, José Gimeno. **O Currículo**: uma reflexão sobre a prática. **3. ed. Porto Alegre: Penso, 2020**.
- SAMUEL, Raphael. **História Local e História Oral**. Revista Brasileira de História. História em Quadro Negro: escola, ensino e aprendizagem. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 9, nº 19, set.89/fev.90. 1990. p 219-243.
- SANTOS, Gutiele Gonçalves dos. **Sertões indômitos**: comércio, doenças e práticas de cura na Capitania do Piauí - Século XVIII. 2022. 144f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2022
- SEVCENKO, Nicolau (2001). **A corrida para o século XXI**: no loop da montanha russa. São Paulo: Companhia das Letras.
- SILVA, Carlos Alberto Pereira da *et al.*. **Currículo Piauí**: um marco para a educação do nosso estado: Educação Infantil, Ensino Fundamental. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.
- SILVA, Suênia Marla de Gênêsis Soares. **Aconteceu e não vi, mas me contaram assim**. Picos, PI : Gráfica HD. 2010.

SILVA, Antônio José Pereira da Silva. **Histórias que caracterizam Valença do Piauí.** / Antônio José Pereira da Silva. - - Valença do Piauí, PI : ed. do autor, 2021.

SOUZA, Francisca Márcia Costa de. **A cova do Tertó:** sacrifício e devoção em Valença – PI nos anos 2000. Artigo Científico disponível em: <[http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20\(94\).pdf](http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20(94).pdf)> . Acesso em 16 de set 2023.

SHARPE, Jim. **A História vista de baixo.** IN: A Escrita da história: novas perspectivas / Peter Burke (org.); tradução de Magda Lopes. - São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. - (Biblioteca básica)

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **O ensino de História Local e os desafios da formação de consciência histórica.** In: MONTEIRO, Ana Maria. Et all (Org.) Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: MauadX: Faperj, 2007. p. 187-198.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **A formação do professor de história e o cotidiano da sala de aula: entre o embate, o dilaceramento, e o fazer histórico.** In: ENCONTRO PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA, 2., 1996, São Paulo. Anais[...] São Paulo: USP, 1996. p. 115-128

TARDIF, M. RAYMOND, D. Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério. **Educação & Sociedade**, Campinas, n.73, p. 209- 24, 2000.

VALERA, Antônio C. In: JORGE, V. O. et al. (Coord.) **Identidade, identidades.** Porto: Adecap, 2002.

VIANA, José Italo Bezerra. **História Local.** Inta, Sobral, 2016. Disponível em: <<https://md.uninta.edu.br/geral/historia-local/pdf/HIST%C3%93RIA%20LOCAL.pdf>>

ZAMBONI, Ernesta. **O Ensino de História e a Construção da Identidade.** História. Série Argumento. São Paulo: SEE/Cenp, 1993.

VICTÓRIA RÉGIA DOS SANTOS LIMA

**A CIDADE EM EVIDÊNCIA: ASPECTOS
HISTÓRICOS DE
VALENÇA DO PIAUÍ PARA O ENSINO DE
HISTÓRIA LOCAL**



CADERNO PEDAGÓGICO

2024



Capa: Edson da Silva Magalhães

Imagem da capa: *GoogleStreetView*

Texto: Victória Régia dos Santos Lima



PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA



UESPI
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ

APRESENTAÇÃO

Prezado (a) Professor (a):

O produto educacional aqui apresentado, foi desenvolvido como parte integrante da dissertação intitulada “**Na minha aldeia eu sou história: o ensino de história Local e a constituição identitária na cidade de Valença do Piauí**”, como requisito parcial para o grau de mestre em Ensino de História, pelo Programa de Mestrado Profissional em Rede de História (PROFhistória). Intuindo apresentar uma base teórica didática relativa a cidade de Valença do Piauí, que possa ser transportada com facilidade para a sala de aula, nas séries do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

Este caderno pedagógico, é resultado de um intenso processo de reflexão acerca da minha prática docente, de questionamentos de como eu poderia contribuir para a historiografia da cidade de Valença do Piauí, e principalmente de como, enquanto professora, poderia colaborar no processo de construção identitária de tantas crianças e jovens que chegam a escola anseando desbravar o mundo, e que ocasionalmente deparam-se com altos muros que os prendem e, por vezes, os atrapalham alçar voos pela História.

Utilizar a História Local como mecanismo de construção identitária, permite ao aluno perceber-se como parte integrante da história, além de contribuir significativamente para o desenvolvimento de um sentimento de pertencimento ao ambiente em que vive. Assim, este caderno pedagógico, pretende apresentar a comunidade escolar local uma alternativa didática para o uso da História Local em sala de aula, especificamente na disciplina de História, buscando integrar os conhecimentos históricos globais aos conhecimentos locais.

Através de textos, indicações de leituras e audiovisuais, que você, leitor, possa usufruir das contribuições aqui expostas e juntos possamos ascrescer o processo de ensino e aprendizagem acerca da cidade de Valença do Piauí e contribuirmos para a produção e/ou reconhecimento de nossas identidades locais.

A autora

Autora

Victória Régia dos Santos Lima

Mestre em Ensino de História- Programa de Pós-Graduação em Ensino de História-PROFHISTÓRIA/UESPI, Campus Parnaíba. Licenciada em História (2021), pós-graduada em Historiografia brasileira (2021), pós-graduanda em Educação de Jovens e Adultos. Professora da rede municipal de ensino de Valença do Piauí, desde 2021.



SUMÁRIO

SEÇÃO INTRODUTÓRIA.....	5
PENSANDO A NOSSA PRÁTICA: DICAS PARA OS DOCENTES DE HISTÓRIA.....	9
AS MARGENS DO RIO CAATINGUINHA.....	10
O QUE AS FONTES NOS REVELAM SOBRE VALENÇA DO PIAUÍ.....	16
AS PRÁTICAS DE SOCIABILIDADE QUE CONSTITUEM OS TRAÇOS IDENTITÁRIOS VALENCIANOS.....	22
OUTRAS SUGESTÕES DIDÁTICAS.....	27
SUGESTÕES DE LEITURA.....	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS.....	30

SEÇÃO INTRODUTÓRIA

Utilizar a História Local torna-se uma ferramenta útil para inspirar os estudantes a se tornarem cidadãos ativos e proporcionar uma compreensão mais profunda de seus papéis na sociedade. Ao explorar a História Local, os estudantes têm a oportunidade de descobrir as raízes de sua própria comunidade, contribuindo para o reconhecimento de suas identidades e um senso de pertencimento, elementos fundamentais para a construção de um cidadão participativo e consciente de seu papel.

Estudar a História Local, permite que os estudantes compreendam os desafios enfrentados por sua comunidade ao longo do tempo, os sensibilizando para questões específicas que os motivam a se envolver na resolução de problemas locais, tornando-se agentes de mudança. Ao aprender sobre os eventos e personagens que moldaram a História Local, os estudantes podem se conectar com as gerações anteriores. Essa conexão com os antepassados cria um apreço pela herança cultural e histórica, incentivando-os a preservar e contribuir para esse legado.

É importante que a História Local não seja uma ferramenta de manutenção das histórias já estabelecidas, ou seja, a história de determinada família, personalidade ou espaços, mas que seja uma ferramenta de construir vínculos com a memória coletiva, possibilitando que os estudantes identifiquem traços característicos das identidades locais, percebendo-se como parte integrante de seu meio social.

Como resultado da dissertação **“Na minha aldeia eu sou História: o ensino de História Local e a constituição identitária na cidade de Valença do Piauí”**, o presente caderno pedagógico busca apresentar aos docentes de História, especificamente do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, do município de Valença do Piauí, meios de abordar a História Local em sala de aula, já que a trato com

essa temática influencia o entendimento da noção de identidade, está que é formada a partir de diferentes acontecimentos históricos, das relações sociais, culturais, políticas e econômicas, ligadas a memória coletiva e individual que é construída ao decorrer do tempo, dentro de determinado território.

Tradicionalmente, o ensino de História desenvolve-se baseado nos conteúdos dispostos de modo cronológico no livro didático, estes que muitas vezes são produzidos a partir de uma visão tradicional da História, que a divide em idades previamente definidas. Essa forma de estruturar os conteúdos, não corresponde as especificidades históricas de todas as sociedades, gerando uma invisibilidade ou silenciamento das disputas locais, que estão mais próximas do contexto de vivência dos estudantes.

No rompimento dessa perspectiva, a História Local pode proporcionar uma abordagem que liga os processos históricos locais, regionais, nacionais e gerais, contribuindo para o reconhecimento e fortalecimento das identidades locais. No entanto, para que a História Local contribua efetivamente em um melhor desenvolvimento da História enquanto disciplina escolar, é preciso que o professor esteja ciente das contribuições desse campo, utilizando-o não apenas para ligar o local ao geral, mas para gerar o entendimento das particularidades.

Torna-se uma oportunidade para a compreensão que o processo histórico se constitui em nosso meio, e que fazemos parte dele ativamente, como indivíduos inseridos em uma sociedade. O ensino da História Local parte do interesse de possibilitar análises mais abrangentes, ultrapassando uma visão deturpada que enxerga a abordagem local por meio de uma limitação geográfica, mas sim, uma ferramenta de auxílio para a compreensão de contextos mais complexos.

As contribuições do ensino de História Local são notáveis, mas torna-se um grande desafio para o professor a sua aplicação em sala de aula, já que há uma insuficiência de materiais didáticos relacionados a temática no município de Valença do Piauí, mesmo havendo uma substancial produção histórica. Torna-se necessário um processo de transposição didática, a fim de fazer chegar em sala de

aula aquilo produzido na academia. Assim, denota-se a necessidade de uma ação conjunta entre os profissionais do ensino de História e o poder público local, na tentativa de produção de materiais didáticos que viabilizem a utilização da História Local em sala de aula, favorecendo uma aprendizagem histórica mais dinâmica e significativa.

Rüsen (2010, p. 57) toma a consciência histórica como “(...) a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo.” Nesse viés, a consciência histórica pode ser compreendida como uma categoria que envolve toda forma de pensamento histórico, e que deve ser tomada como um meio para entender o passado e de análise do presente.

É mister, que no desenvolvimento do processo histórico, o professor haja como um facilitador, incorporando conteúdos e métodos que coloquem os alunos como sujeitos ativos no processo de ensino e aprendizagem histórico. Nesse sentido, este produto educacional, está ligado ao desejo de construir estratégias didáticas, que propiciem aos alunos a reconhecerem a si enquanto indivíduos submersos em uma sociedade, da qual nela se relacionam e se formam, ao passo em que a constituem.

Assim, a partir dos materiais já produzidos sobre a cidade, apresentamos alternativas didáticas que liguem o conteúdo histórico a realidade vivenciada pelos estudantes, ao tomar o município como recorte espacial. Nosso principal objetivo é proporcionar opções didáticas aos professores de História que contribuam com o desenvolvimento de um ensino que conduza os estudantes a entenderem-se como sujeitos históricos capazes de modificarem a sua comunidade.

Como base para o despertar identitário, é necessário que algumas noções sejam utilizadas na abordagem da História Local, a fim de gerar nos estudantes o desejo por conhecer mais da história do seu lugar. A partir da noção de identidade

e pertencimento, as conexões com antepassados, a compreensão dos desafios locais, a construção de uma participação na vida comunitária, a importância da preservação do patrimônio da cidade, pode-se construir uma educação que preze pelo desenvolvimento integral dos estudantes à medida que conhecer a história local inspira um senso de responsabilidade em relação à comunidade. Os estudantes podem se sentir mais inclinados a participar ativamente em eventos, organizações ou projetos locais, contribuindo para o bem-estar e o desenvolvimento da comunidade.

Ao estudar a História Local, os estudantes desenvolvem habilidades críticas que os capacitam a analisar eventos, contextos e decisões. Essa consciência crítica é essencial para uma participação ativa na sociedade, permitindo que questionem, proponham soluções e contribuam para o debate público. Ao conectar a História Local com a formação de cidadãos ativos, os estudantes enxergam-se como parte da sociedade, percebendo que suas ações têm impacto direto na construção do presente e do futuro da comunidade à qual pertencem.

Visando despertar o sentimento de pertencimento e a consciência histórica, o passeio pela História Local se desenvolverá a partir dos lugares de memória existentes no Município, com o auxílio de documentos, leituras e questionamentos, que valorizam a cultura local na tentativa, de assim, despertar o interesse pela História.



DICAS DE MATERIAIS

Clique nos ícones para visualizar.



Reflexões sobre a História Local e produção de material didático- Carmem Margarida Oliveira Alveal, et al.



O lugar no/do mundo- Ana Fani Alessandri Carlos.



PENSANDO A NOSSA PRÁTICA DICAS PARA OS DOCENTES DE HISTÓRIA

- **CRIE UM AMBIENTE QUE DESPERTE O INTERESSE DO ALUNO;**
- **INCENTIVE A LEITURA;**
- **INCENTIVE A COMUNICAÇÃO ORAL;**
- **CONDUZA AS ATIVIDADES DE MODO A COLOCAR OS ALUNOS NO CENTRO DO PROCESSO;**
- **PROMOVA RODA DE CONVERSAS E ARTICULE AS OPINIÕES EXPOSTAS;**
- **ESTIMULE O DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA;**
- **SEJA RECEPTIVO (A) AS DIFERENTES OPINIÕES;**
- **FORTALEÇA A AUTOESTIMA DO ALUNO;**
- **ESTIMULE O SENSO CRÍTICO;**
- **ESTIMULE O DIÁLOGO E A ESCUTA;**

Parte 2

AS MARGENS DO RIO CAATINGUINHA³⁸



A imagem que vemos ao lado, é da Igreja Nossa Senhora do Ó e Conceição, matriz da cidade de Valença do Piauí. Uma das primeiras paisagens que nos deparamos ao adentrar a cidade, e um dos patrimônios materiais do

Fonte: Prefeitura Municipal, 2024

Município.

O nascimento de uma cidade é permeado de histórias que com o passar do tempo as caracteriza. Com o município de Valença do Piauí não é diferente. Este espaço é território fértil de lendas, crenças, religiosidades e relações sociais que se revelam como a égide das identidades locais. Histórias que utilizam personagens reais e fictícios, que se apoiam em fatos comprovados e/ou no imaginário popular, este que não tem viés científico tampouco compromisso com os fatos concretos, mas buscam acrescer a cultura local e a identidade de seu povo.

O município de Valença do Piauí possui uma extensa carga histórica, figura-se como a sétima cidade a ser instaurada na província do Piauí. De lá para cá muitas histórias foram traçadas, relações constituídas, personalidades lançadas para o cenário político e cultural do estado. Atualmente, Valença ainda é uma cidade provinciana, de gente acolhedora e resiliente, marcada por traços históricos que constituem as identidades locais e as relações sociais de seu povo.

³⁸ Esse título faz menção ao Rio Caatinguinha, ribeira que corta o centro histórico da cidade e que é tomada como o local de estabelecimento dos primeiros grupos de bandeirantes que chegaram a localidade. Com o passar do tempo, foi ganhando importância no dia-a-dia da então Vila. Atualmente, o rio passa por problemas com a poluição, que já o modificou profundamente, mesmo com as tentativas de revitalização, o rio aos poucos vai deixando de existir.

O SURGIMENTO DE VALENÇA DO PIAUÍ

O município de Valença do Piauí está localizado no centro norte piauiense, acerca de 216 km da capital do estado, Teresina. O território que hoje constitui o Município origina-se de um aldeamento indígena resultante da Missão dos Aroazes, pertencente a Freguesia Nossa Senhora da Conceição dos Aroazes, criada em 1740 pelo bispo do Maranhão, Frei Manuel da Cruz. Nesse território, encontrava-se um pequeno povoado nomeado Sítio Caatinguinha. Quando há a criação das primeiras vilas, através da Carta Régia de 19 de julho de 1761, por motivações desconhecidas, a Vila é sediada no Sítio Caatinguinha, assumindo o nome Vila de Valença. Apesar de sua elevação, efetivada em 20 de setembro de 1762, o território compreendido pela vila empreendeu poucas modificações.

CURIOSIDADE

Corriqueiramente atribui-se que a nomenclatura Valença foi uma homenagem a cidade natal do então governador da província, João Pereira Caldas (1724-1794), que seria Valença, em Portugal. No entanto, de acordo com a Glossário de História Luso-Brasileira, do Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira, o governador nasceu na Freguesia de Cambeses, em Monção (Vila).

Em 6 de agosto de 1866, Valença é elevada à categoria de comarca, desmembrando-se completamente de Oeiras, tendo como Primeiro juiz de direito, Gastão Ferreira de Gouveia Pimentel Beleza. Em 30 de dezembro 1889 é elevada à condição de cidade por meio do Decreto N°3, mas por meio da Lei Estadual há a substituição do nome da cidade por Berlengas, vigorando até 1948 quando promulga a Lei Estadual N° 128 passando-se a chamar-se Valença do Piauí.

A respeito da condição de Valença enquanto Vila temos alguns relatos, por exemplo, o relato do Ouvidor mor da capitania do Piauí, de 15 de julho de 1772, a apresentando como um sítio sem água, nem pastagens, sem condição de comodidade para seus habitantes. Neste relato, o ouvidor mantém uma postura crítica a toda a extensão da província, inclusive à sua capital, Oeiras.

EXERCITANDO



Uma das maneiras de a prática historiográfica acesse o Qrcode para visualizar o relato do Ouvidor Durão. m fontes ajuda a despertar o interesse do estudante ao tempo em que torna a aula de História mais dinâmica. A análise da descrição do ouvidor Durão (1772) pode auxiliar no entendimento do processo de desenvolvimento da cidade de Valença do Piauí. Através dessa narrativa você pode direcionar os alunos questionando-os:

- Qual a visão do Ouvidor sobre a Capitania do Piauí?
- E sobre o território onde se localiza Valença?
- Há uma diferenciação na visão do Ouvidor entre o território da Vila de Valença, do território da Freguesia de Nossa Senhora dos Aroazes?

Amanda Cavalcante Moreira (2021), defende que a elevação da Mocha a cidade e a implantação das vilas, inclusive a Vila de Valença, atende ao desejo da coroa de povoar o território. Com o desejo que a implantação das vilas aumentasse a comunicação e reduzisse as distâncias, aumentando as trocas comerciais e sociais. No entanto, o que observamos é uma dispersão, percebendo que a população na sede das vilas era restrita se comparadas com a população do interior, eram ínfimos os núcleos populacionais nas vilas do Piauí, como pode ser observado na tabela abaixo que retrata a quantidade de fogos (casas) nos núcleos urbanos das vilas:

VILAS	Fogos em 1762	Fogos em 1772
Oeiras	270	157
Valença	39	9
Paranaguá	34	29
Campo Maior	31	79
Marvão	19	3
Jerumenha	16	5
Parnaíba	4	78
TOTAL	413	360

ANALISANDO A FONTE

O quadro exposto acima deve ser utilizado como fonte de análise pelos estudantes a fim de compreender como a estrutura agrária influenciou o processo de ocupação do território piauiense, demonstrando que a população diminuta nos núcleos urbanos é decorrente da pecuária extensiva.

Os questionamentos abaixo podem orientar a discussão:

- O que a tabela mostra?
- Pode-se afirmar que entre 1762 e 1772 houve um crescimento progressivo dos núcleos urbanos na Capitania do Piauí?
- O que se pode concluir a partir da leitura dessa tabela?

Ao ser ocupada, a cidade começa a ganhar novos espaços que são permeados de significados, as casas, igrejas, rios, praças, estabelecimentos comerciais passam a ser ocupados e denotam aspectos identitários locais. Assim como a imagem apresentada na abertura desse capítulo, tomada como um importante templo religioso da cidade, a igreja de São Benedito apresenta-se como o templo religioso mais antigo do Município.

A religiosidade é um aspecto que permeia Valença do Piauí desde o seu surgimento e até os dias atuais detém uma forte influência na formação social e cultural. Mesmo sendo elevada à categoria de Vila, Valença permanece sob a tutela religiosa da Missão Aroazes, essa situação permanece até 1836 quando acontece a transferência da sede paroquial e da residência do padre de Aroazes para Valença, através da Lei provincial nº 52. No entanto, como aponta Gilberto Freitas (1997) mediante arquivos paroquiais da Mocha (Oeiras), atividades religiosas (batizados, casamentos e celebrações) eram desenvolvidas na região, em uma fazenda de nome Lagoa Seca, próximo ao rio caatinguinha bem antes da elevação a vila.

A igreja de São Benedito, assim chamada atualmente, é a igreja mais antiga do município, era conforme o Ouvidor Durão, uma ermida de barro que tinha por invocação Nossa Senhora do Ó. Gilberto Freitas (1997), afirma que a primeira menção a esta igreja data de 1727, como sendo uma capela de barro e particular.

A mudança de nomenclatura ocorre quando há a transferência da residência do pároco para a vila de Valença, e surge a necessidade da construção de uma nova matriz. Em 1898, é construída a atual igreja matriz, sob o título de Nossa Senhora do Ó e Conceição, a antiga igreja recebe então o título de São Benedito, em decorrência da devoção que os féis mantinham. As imagens abaixo retratam o antes e depois da igreja matriz.

Antes (2017) e depois (2024) da Igreja de Nossa Senhora Do Ó e Conceição.

Fonte: Portal Grande Rede, 2017



Fonte: Site oficial da Prefeitura Municipal, 2024.

SUGESTÃO DE ATIVIDADE

- A fim de melhor fixar o processo de surgimento de Valença enquanto cidade, pode ser sugestionado que os alunos elaborem uma linha do tempo que mostre os principais acontecimentos da história do município, utilizando de fotografia, quando cabível, para melhor esquematizar a cronologia. Ao fim, a turma pode socializar as suas produções.

Colocando em prática

O devir historiográfico

Após a exposição da história do município, é hora dos alunos ocuparem o espaço de produtores do conhecimento, imergindo na prática historiográfica a partir do uso da história oral e da memória.

Assim, o professor orientará os alunos a buscarem na comunidade pessoas que nasceram no município e estabeleceram moradia e família, e utilizando de entrevistas, os estudantes ouvirão essas pessoas a respeito das diferenças percebidas na cidade no decorrer do tempo, valorizando as experiências individuais na construção da consciência histórica. Com as informações colhidas através da entrevista, os alunos poderão produzir um painel demonstrativo (através das fotos) e socializar com a turma.

(EF07HI11) Analisar a formação histórico-geográfica do território da América portuguesa por meio de mapas históricos, percebendo a formação da capitânia do Piauí no século XVIII.



O QUE AS FONTES NOS REVELAM SOBRE VALENÇA DO PIAUÍ

Abordar a História Local, requer um olhar atento para as diferentes possibilidades que permitem o trato com a história. São inúmeras as fontes que nos direcionam para a abordagem local: a memória, os escritos paroquiais e administrativos são importantes instrumentos de análise, mas a própria cidade, enquanto espaço de constituição de relações sociais, ecoa rastros de sua história. Ao passear pela cidade percebemos espaços que constituem uma parte significativa da localidade e de sua gente, alguns são mais frequentados e valorizados, outros são subjugados ao esquecimento.

Enquanto docentes, que buscam levar para a sala de aula a História Local, é importante estarmos atentos ao fato que os estudantes vivenciam a cidade de diferentes maneiras, ocupam os espaços a ela pertencente, mas não possuem o entendimento da dimensão que estes espaços constituem em sua própria história. Cabendo ao professor guiar a imaginação e descobertas desses sujeitos em formação, histórica e cidadã.

Nessa perspectiva, como uma das primeiras vilas do Piauí, Valença carrega um forte apelo histórico: grandes casarões que serviram de moradia para personalidades de destaque na política estadual e nacional, igrejas que figuram entre as mais antigas do estado, mas além dos espaços da cidade que representam um pedaço de sua história, nas comunidades interioranas outras nuances constitutivas podem ser observadas. Com destaque para o Sítio Arqueológico Buritizal e a Comunidade de Remanescentes Quilombolas Tranqueiras.

O SÍTIO ARQUEOLÓGICO BURITIZAL

Localizado no povoado Buritizal, interior de Valença do Piauí, o Sítio Arqueológico Buritizal possui 14 sítios registrados e reconhecidos pelo Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA). Os registros datam de 1899, 1986 e 1997, e são catalogados como sítios pré-coloniais.

Você pode consultar mais detalhes sobre os Sítios em:
http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_resultado.php

Apesar de serem uma parte significativa da História Local, os sítios encontram-se em uma situação de quase abandono, ao não ser realizadas ações de preservação. Muitos moradores desconhecem esse patrimônio de nossa cidade, tampouco estão cientes de sua importância.

Jóina Borges (2014), congrega com a ideia de que os sítios arqueológicos são lugares do presente, mas um espaço do passado, ou seja, seus elementos guardam resquícios importantes sobre o passado se tomados em sua dimensão simbólica e física. São resultados da relação entre o homem, a natureza e as coisas, mas ele só ganha sentido a partir de uma operação realizada no presente, intuito dar significado aos resquícios do passado. Nesse sentido, é salutar que o professor que deseja

É importante apresentar o conceito de Sítio Arqueológico, bem como da importância desses espaços para a guarda da memória.

utilizar o Sítio Arqueológico como recurso didático nas aulas de História, compreenda e repasse aos alunos a importância da valorização desses espaços de guarda da memória, bem como de sua conservação por parte do poder público e da comunidade. Além de explicitar que a construção histórica em torno dos sítios se dá a partir da materialização dos fragmentos.

TEXTO DE APOIO

A IMPORTÂNCIA DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

Os sítios arqueológicos são estudados pelos arqueólogos para que eles consigam compreender um pouco mais a existência humana através dos vestígios deixados ao longo dos tempos. Atualmente, são mais de 20 mil sítios arqueológicos já registrados no Brasil.

Nesses locais, os vestígios considerados relevantes passam por pinturas rupestres, construções antigas e artefatos, por exemplo. Todos eles são vistos como materiais arqueológicos usados para pesquisas que visam identificar comportamentos do passado.

A confirmação de que um determinado local pode ser considerado um sítio arqueológico é realizada após a visita de um arqueólogo, que fará uma avaliação e, por fim, poderá ter a visão necessária para concluir o processo de forma positiva ou negativa quanto à definição.

Todos os vestígios encontrados, após terem passado por uma avaliação, serão em seguida catalogados e, posteriormente, serão enviados para locais que ficarão com a responsabilidade de avaliar e armazenar todo esse material. [...] No Brasil, os sítios arqueológicos são protegidos através da lei e é crime que qualquer um deles seja destruído ou influenciado negativamente por qualquer tipo de ação humana. Além dessa definição, os sítios arqueológicos também são declarados como patrimônio cultural da região onde se encontram. E, por consequência disso, também não podem ser afetados por qualquer tipo de ação humana.

Assim, é necessário que os donos de locais que encontrarem qualquer tipo de suspeita ou de vestígios arqueológicos informem imediatamente os órgãos responsáveis por tais avaliações para que estes iniciem o processo de análise.

Todos esses materiais são de extrema importância para que haja uma maior compreensão a respeito da história, visto que podem trazer informações importantes a respeito região onde são encontrados e, um modo geral, beneficiam o conhecimento da história do Brasil.

Texto da Sociedade Artística Brasileira, disponível em: <https://www.sabra.org.br/site/sitios-arqueologicos/>

Acesso em 22/01/2024

O sítio Arqueológico Buritizal ainda carece de mais estudos, principalmente de especialistas na área, que podem com concretude tecer análises sobre as pinturas encontradas. Para isso, são necessários investimentos financeiros do poder público municipal, tanto para a pesquisa, como para a preservação desses espaços.

Uma das opções de abordagem sobre os sítios arqueológicos de Valença do Piauí, é a realização de visitas guiadas, a fim de trazer ao conhecimento dos alunos a existência desses espaços tão próximos a seu ciclo de convivência. Essa prática já é corriqueira no Município, tendo como guia o Professor Antônio José. Uma alternativa, é a atividade descrita abaixo, que busca relacionar as pinturas encontradas no sítio Arqueológico Buritizal às encontradas no Parque Nacional da Serra da Capivara.

1ª Passo: Apresente as imagens de algumas pinturas encontradas no sítio Arqueológico Buritizal e no Parque Nacional da Serra da Capivara.

2º Passo: Conduza os alunos a interpretarem as imagens construindo hipóteses sobre o seu significado.

3º Passo: Distribua os *cards* entre os alunos. (Para visualizar os cards, acesse o Qrcode ao lado)

4º Passo: Eles devem preencher os *cards* com as informações solicitadas.

5º Passo: Realize uma roda de socialização com as respostas.



Além dos dois espaços citados, a critério do docente, outros sítios podem ser acrescentados.

APROFUNDANDO A LEITURA



Clique na imagem para ser direcionado ao texto

Sítio arqueológico Buritizal: mecanismo de preservação do patrimônio Arqueológico e construção de memórias.
Kenny Raissa de Negreiros Freitas.

(EF06HI04) Conhecer as teorias sobre a origem do homem americano, identificando a teoria do povoamento da América desenvolvida por Niede Guidon (Serra da Capivara - São Raimundo Nonato), comparando-a com as demais. Identificar os locais ocupados pelos povos indígenas no território piauiense, percebendo aspectos socioculturais desses povos.

A COMUNIDADE DE REMANESCENTES QUILOMBOLA TRANQUEIRA

A história da escravização negra é marcada por uma trajetória de luta e resistência, deixando resquícios até os dias atuais. A nossa sociedade vivenciou o sistema escravista por mais de 300 anos, o que de certo modo enraizou práticas racistas e discriminatórias em nossa formação social. Ainda que na história brasileira, medidas legislativas tenham sido criadas para reconhecer a diversidade de nossa sociedade e sanar as mazelas oriundas do longo período em que vigorou o sistema escravista, estas não foram suficientes para frear as implicações desse sistema na atualidade.

Diversas formas de resistência foram empreendidas pelos cativos contra o regime escravista, dentre elas destacam-se os quilombos, como uma das alternativas de fuga da exploração sofrida pelos escravizados. Os quilombos podem ser vistos como uma comunidade formada por escravizados fugitivos das fazendas onde eram explorados, mas o seu simbolismo ultrapassa esse conceito, sendo caracterizado pela conquista da autonomia e resistência. Esses espaços continuaram a existir e a ser formado mesmo após a abolição da escravidão, em 1888. Atualmente, as comunidades remanescentes quilombolas são comunidades que mantêm a identidade étnica de seus ancestrais.

De acordo com o Art 2º do decreto Nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, considera-se remanescente das comunidades quilombolas “os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (Brasil, 2003). Nesse sentido, no município de Valença do Piauí temos um exemplo dessas comunidades, a Comunidade de Remanescentes Quilombolas Tranqueira, localizada na zona rural do município, a cerca de 18 km do centro da cidade.

A comunidade começa a se constituir no início do século XX, a partir de Manoel Soares da Silva, o Manoel da Fé, trabalhador da fazenda saco, área próxima de onde hoje encontra-se a Comunidade Tranqueira. Manoel da Fé, na tentativa de se livrar do mando do proprietário da fazenda em que trabalhava, passa a residir nas terras onde hoje é a comunidade, ali constituiu família, trabalhando na agricultura. Assim, com o passar do tempo, a comunidade foi ganhando novos moradores.

As vivências das comunidades Quilombolas seguem atualmente com uma ligação com a sua ancestralidade, apesar de ser diferentes entre si, cada uma com suas particularidade, as práticas culturais, religiosas, a culinária e organização social rememoram aspectos das vivências dos cativos.

Na Comunidade Tranqueira, a agricultura é o principal meio de vida dos moradores, além do artesanato na palha da carnaúba, no bambu, cipó e argila, práticas repassadas de geração em geração. No âmbito cultural, a Comunidade mantém viva a dança de São Gonçalo, e o Reisado, além de tradicionalmente celebrarem São João, misturando cultura e religiosidade.

A inclusão das comunidades remanescentes quilombolas no contexto educacional, é de extrema importância por diversas razões, que vão desde a promoção da diversidade cultural até a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao inserir a história e cultura quilombola nas aulas de História, travamos uma luta para combater o racismo e a discriminação racial, podendo auxiliar a compreensão e o respeito às diferentes origens étnicas, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e tolerantes. Inserir a Comunidade Tranqueira nas aulas, além de aproximar o conteúdo a algo tangível, oportuniza o desenvolvimento de uma visão mais ampla, inclusiva e equitativa sobre a história do Brasil, e sobre a história do Município, revisita um aspecto da história de Valença que foi silenciado e/ou desvalorizado por muito tempo.

SUGESTÃO DE ATIVIDADE

Uma das primeiras atividades que podem ser realizadas com essa temática, é a apresentação da Comunidade Tranqueira para os alunos, uma forma de desenvolver essa apresentação, além da parte teórica, é a utilização da rede social *instagram*, na qual a Comunidade mantém uma página em que compartilha o seu dia-a-dia da, as oficinas e eventos que acontecem por lá.

Para acessar a página da Comunidade Tranqueira no Instagram, acesse: [@tranqueira59](https://www.instagram.com/tranqueira59)

Para saber mais detalhes sobre o processo de constituição da Comunidade Quilombola Tranqueiras, acesse o artigo “História e memória da comunidade Quilombola Tranqueiras na cidade de Valença do Piauí (2007-2013), de Meyrilene de Sousa Pacheco. Disponível em: <https://nepa.uespi.br/africabrasil/upload/anais/Njew.pdf?040822>

Além disso, é importante a visita à Comunidade, a fim de conhecer de perto o dia-a-dia de seus moradores. Em diálogo com os moradores da Comunidade, em especial com o presidente da associação de moradores, o professor pode organizar a visita atentando-se para alguns aspectos:

- Explorar o lado cultural da comunidade, por meio de oficinas práticas envolvendo o artesanato, a culinária e as danças tradicionais.
- Rodas de conversas com os moradores, ouvindo as experiências vividas na comunidade. A experiência de ouvir do professor ou ler a história da comunidade é diferente de escutar os próprios moradores contarem as suas experiências. (O professor pode direcionar esse momento para a abordagem da importância do autorreconhecimento, enquanto uma comunidade quilombola).
- Os alunos podem produzir relatórios coletivos, com fotos, gravações e ao fim, com o professor, organizar uma amostra na escola, apresentando a Comunidade e as experiências individuais às demais turmas.

Em sala de aula, é importante que o professor abra espaço para ouvir as impressões dos alunos sobre a visita, questionando-os:

- Qual foi seu sentimento ao conhecer a Comunidade Remanescente Quilombola Tranqueira?
- O que mais chamou sua atenção? Por quê?
- Você se sente representado pela Comunidade? Por quê?
- Você identifica algum traço da sua cultura familiar na Comunidade?
- Qual a importância da Comunidade Tranqueira para a história do município?

1 EXPLORANDO

O que são quilombos? Que bom que você perguntou!

Entrevista com a advogada Vercilene Dias, para o canal do Youtube Fundo Brasil.

Link de acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=ccA3Z771KDY>



AS PRÁTICAS DE SOCIABILIDADE QUE CONSTITUEM OS TRAÇOS IDENTITÁRIOS VALENCIANOS

O espaço da cidade é lócus de diversas práticas culturais, sociais e religiosas, que constituem os traços identitários de seus cidadãos, estas práticas sofrem intercorrências com o passar do tempo e com as modificações que ocorrem na sociedade. Na contemporaneidade, os indivíduos encontram-se submersos na tecnologia, modificando a sua forma de agir, interagir, se comunicarem, se divertirem e vários outros aspectos que influenciam a sua forma de estar no mundo. Nesse contexto, o modo como vivenciam os espaços da cidade também vão ganhando novas formas, no entanto, práticas tradicionais de sociabilidade vão sendo mantidas no seio social e acabam figurando com importantes pontos que caracterizam a história de um local e de seu povo.

O sentido aplicado à sociabilidade, é aquele desenvolvido por Simmel (2006, p.173), tomada como “o jogo no qual se faz de conta que são todos iguais, ao mesmo tempo que cada um é reverenciado em particular.” Nesta perspectiva, dentre as práticas de sociabilidade existentes em Valença do Piauí, algumas festividades ganham destaque como importantes meios de sociabilidade e como opção de divertimento para os cidadãos, **o carnaval e as festividades juninas**. Estas duas festividades acontecem anualmente, organizadas pelo poder público municipal e por iniciativas particulares, e funcionam como momentos de descontração e trocas sociais. No período em que acontecem modificam a atmosfera da cidade, e são duas das maiores festividades do Município.

O CARNAVAL

O carnaval é a maior festa popular do Brasil, movimenta todo o país, trazendo cores e musicalidade. Em Valença, essa comemoração se divide em uma ampla programação que envolve eventos religiosos, festas particulares, o corso e o tradicional carnaval de rua. Essa época do ano movimenta a economia da cidade, já que é a maior festa da região, recebendo muitos visitantes no espaço denominado corredor da alegria. Um aspecto notável, é a preservação dos costumes em meio às mudanças de geração. No carnaval valenciano, há

espaços dedicados às machinhas de carnaval, concursos de fantasias, ou seja, um carnaval mais tradicional, representado principalmente pelo espaço Zé da Chica, e há o incremento das práticas mais contemporâneas voltadas para o público juvenil, os paredões de som, os famosos mela-mela e os blocos carnavalescos. Há espaço também para o público infantil, através das matinês.

Aos que não optam pelo carnaval de rua, há uma programação religiosa organizada pelas igrejas católicas da cidade, o festival do Senhor, que também já é tradição no município, e acontece durante três dias no período da tarde. Diversas denominações religiosas protestantes também se organizam em forma de retiros e jejuns. O fato, é que as festividades carnavalescas, são vivenciadas por todos os grupos sociais da cidade, e misturam muitos aspectos, a musicalidade, a dança, as devoções religiosas, mas sobretudo, a comemoração e a alegria.

Para saber mais sobre as festividades de carnaval toque nas imagens abaixo



CARNIVAL: As cores da mudança
Antonio Risério



Carnaval 2019 é em Valença do Piauí
Blogger Dente-de-Baleia

SUGESTÕES DE ATIVIDADE SOBRE O CARNAVAL

- Uma das marcas principais do carnaval é a musicalidade, caracterizada pela pluralidade de ritmos, mesmo que algum desses não estejam presentes no carnaval de Valença, como maracatu, afoxé, frevo etc. O professor pode orientar os alunos a realizarem uma pesquisa sobre esses ritmos, e como resultado os alunos produzirão uma apresentação oral, com recursos audiovisuais, que permitam a compreensão sobre as diferentes musicalidades.
- A pluralidade musical decorre da vastidão de manifestações que acontecem nesse período nas diferentes regiões do Brasil. O Professor pode solicitar que os alunos pesquisem e escolha uma dessas manifestações e apresente para a turma em forma de uma apresentação artística. Assim, eles exercitam o ofício da pesquisa e a criatividade.

AS FESTIVIDADES JUNINAS

As festividades juninas acontecem tradicionalmente durante o mês de junho em todo o Brasil, mas de modo mais enraizado no Nordeste, com uma grande significação cultural, inclusive sendo perpetrado nas unidades escolares. O surgimento das festas juninas, é apontada por estudiosos, como uma celebração de passagem do inverno para o verão, entre os povos arianos e romanos, ainda na Idade Antiga, era tradicionalmente celebrada por povos rurais para afastar espíritos maus de suas terras e plantações, segundo Campos (2007, p. 590), na Idade Média a Igreja cristianizou essa comemoração atribuindo-lhes padroeiros cujas datas de comemoração localizavam-se com a mudança da estação, São Pedro, Santo Antônio e São João.

Em Valença do Piauí, as festividades juninas tornaram-se tradição, aquelas organizadas pelas escolas, por grupos culturais, e o famoso Arraial do Gorgulho, importante festival junino da região, que em 2024 irá para a sua 34ª edição. O início das comemorações juninas no Município demarca, como aponta Félix (2017), da década de 1980, quando pequenos grupos espalhados pela cidade se reuniam e organizavam singelas apresentações em praças públicas da cidade. O caráter de festival, onde há competições entre as quadrilhas da cidade e de outros municípios, e até mesmo de outros estados, foi sendo desenvolvido com o tempo. Felix (2017), aponta que a responsabilidade sobre a organização do evento só passa a ser do poder público local no ano de 1989, através da secretaria de cultura.

Com o transcorrer, o Arraial do Gorgulho transformou-se em uma das principais festividades do município, ganhando importância cultural e também econômica, já que movimentava o comércio local. O festival já é tradição no município, é marcado pela competição entre as quadrilhas juninas, as festas, as representações estéticas presentes no vestuário dos dançantes e, principalmente, nas cores e tons que tomam conta de toda a cidade.

Indicação de leitura:

SILVA, Antônio José Pereira. XXXI Festival de Quadrilhas Juninas de Valença do Piauí. IN: Histórias que caracterizam Valença do Piauí. 2021. P.62-68.

SUGESTÃO DE ATIVIDADE

As festas juninas, assim como diversas manifestações culturais, sofrem modificações com o passar do tempo, inclusive para que estas se adequem aos novos grupos sociais e reflitam as identidades da sociedade a qual pertencem. Nesse sentido, como atividade, o professor pode propor aos alunos a construção de um painel ilustrativo que retrate as mudanças e permanências que aconteceram nessas festividades, principalmente nas quadrilhas, o símbolo desse momento. O painel poderá ser organizado da seguinte forma:

- Artesanal: com a utilização de cartolina ou papel madeira, com colagens de fotos e a escrita de manchetes chamativas.
- Digital: utilizando a plataforma Padlet para esquematizar as informações. De modo digital, é possível inserir vídeos e músicas, além das fotografias e textos.

Para acessar a plataforma: <https://pt-br.padlet.com/auth/signup>

AS FESTAS RELIGIOSAS

Valença do Piauí é uma cidade que nasce arreigada na religiosidade católica e até os dias atuais mantém a fé com uma de suas várias faces identitárias. Nesse cenário, as celebrações católicas ganham destaque, com uma grande adesão popular e significados que vão passando de geração em geração. Dentre as festas católicas, a **feira do Divino Espírito Santo** e os **festejos da padroeira** despontam com as de maior visibilidade. No entanto, também podemos citar diversas práticas populares que engrandecem o aspecto religioso do município, como a devoção ao finado Terto, o nicho de Nossa Senhora do Deserto (construído em cumprimento a uma promessa por ocasião da passagem da coluna preste por Valença) e a tradicional procissão de Bom Jesus dos Passos.

O festejo da padroeira da cidade, Nossa Senhora do Ó e Conceição, é a maior festa religiosa do município, e da microrregião, acontecendo anualmente entre os dias 17 a 26 de dezembro. No entanto, em preparação ao novenário, os grupos paroquiais organizam a partir do dia 17 de novembro os chamados pré-festejos, que acontecem na residência de fies.

As celebrações do festejo da padroeira geram um intenso fluxo de pessoas na cidade, a atmosfera muda, enche-se de cores, sons e odores, o centro histórico da cidade é tomado por barracas de lanches, pelos devotos de Nossa Senhora, pelo parque de diversão que tradicionalmente se espalha por todo o centro histórico. Todos os dias caravanas de outras cidades chegam à Valença para participarem das festividades.

A festa do Divino Espírito Santo é realizada na data de comemoração de Pentecoste, 50 dias após o Domingo de Páscoa. Não é possível afirmar quando a festa do divino foi comemorada pela primeira vez na cidade, mas vários elementos simbólicos foram sendo incorporados nessa manifestação: fitas nomeadas com os dons do Divino Espírito Santo, coroação dos imperadores da festa (escolhidos anualmente), os pré-festejos, o café da manhã e almoço oferecidos pelos imperadores no dia da festa. Pode-se, no entanto, a partir das contribuições de Queiroga (2019) fixar uma temporalidade em relação à dimensão que a festa vem se desenvolvendo, assim, a partir de 2005, a festividade religiosa ganha uma nova configuração, envolvendo toda a comunidade católica da cidade.

SUGESTÃO DE ATIVIDADE

➤ **As memórias da religiosidade valenciana**

- Essa atividade busca desenvolver as habilidades de pesquisa e a criatividade, ao interligar a metodologia da história oral e a tecnologia. A atividade consiste na produção de um minidocumentário sobre a importância da fé para os valencianos (aqui é importante demonstrar que apesar das maiores festividades religiosas da cidade serem católicas, o município apresenta uma variedade de manifestações religiosas, a umbanda, o espiritismo, diversas denominações protestantes, além de credices populares que se ligam ao imaginário religioso).

- A atividade pode ser feita com o celular, seguindo os seguintes passos:

- | | |
|--|---|
| 1. Definição das fontes: quem serão os entrevistados? | 3. Realização das entrevistas (gravação e fotografias); |
| 2. Montagem do roteiro das perguntas (o auxílio do professor é indispensável nessa etapa); | 4. Seleção das melhores partes das gravações; |
| | 5. Edição e finalização; |
| | 6. Exibição para toda a escola. |

(EF06HI18) Analisar o papel da religião cristã na cultura e nos modos de organização social no período medieval, comparando com o hoje no Brasil e no estado do Piauí.

OUTRAS SUGESTÕES DIDÁTICAS

- ORGANIZAÇÃO DE UM EVENTO COM SALAS TEMÁTICAS RELACIONADAS À VALENÇA, PODENDO SER FEITA NO MÊS DE SETEMBRO EM ALUSÃO AO ANIVERSÁRIO DA CIDADE;
- VISITAS GUIDAS AO CENTRO HISTÓRICO;
- CONCURSO FOTOGRÁFICO DOS PATRIMÔNIOS MATERIAIS DO MUNICÍPIO;
- PROJETO DE LEITURA COM ALGUM LIVRO SOBRE O MUNICÍPIO;
- DRAMATIZAÇÃO DE UM EVENTO HISTÓRICO LOCAL;
- PRODUÇÃO DE PODCASTS COM TEMÁTICAS LOCAIS;
- VISITA AOS MUSEUS DA CIDADE;
- PRODUÇÃO DE TRABALHOS ARTÍSTICOS INSPIRADOS NAS LENDAS LOCAIS;
- CRIAÇÃO DE MAPAS AFETIVOS DOS ESPAÇOS DO MUNICÍPIO, A FIM DE PENSAR A RELAÇÃO DOS ALUNOS COM O TERRITÓRIO.

SUGESTÕES DE LEITURAS

- **COUTINHO, Reinaldo. Antiguidades Valencianas. Impressões de Viagens. 1 ed. Timon: Expansão, 2000.**
- **CRUZ, Etivaldo Alves da. Academia de letras da Confederação Valenciana, lócus de participação social e berço literário: fundação, sujeitos e práticas. / Etivaldo Alves da Cruz. – Monografia (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí. Centro de Educação à Distância, Inhumas-PI, 2018.**
- **FERREIRA, Hortênsia da Silva Eugênio. O canto e a dança de São Gonçalo: rituais pedagógicos dos saberes tradicionais. / Hortênsia Da Silva Eugênio Ferreira. Trabalho de Conclusão (Licenciatura Plena em Pedagogia) - Universidade Federal do Piauí., Picos, 2019.**
- **SILVA, Suênia Marla de Gênêsis Soares. Aconteceu e não vi, mas me contaram assim. Picos, PI : Gráfica HD. 2010.**
- **SILVA, Antônio José Pereira da Silva. Histórias que caracterizam Valença do Piauí. / Antônio José Pereira da Silva. - - Valença do Piauí, PI : ed. do autor, 2021.**

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há uma considerável produção sobre o município de Valença do Piauí, sejam elas produções históricas realizadas por historiadores, sejam produções realizadas por pessoas que mantêm alguma ligação com o espaço territorial de Valença e desejam contribuir com a história e a cultura do município. Mesmo com essas produções, a abordagem da História Local permanece engessada em poucas ações individuais. Essa limitação reflete um currículo vazio que não chega ao chão da escola, aliado a falta de um material didático que possibilite a discussão da temática e a carente capacitação continuada dos professores.

Assim, objetivamos com esse caderno pedagógico apresentar aspectos históricos de Valença do Piauí, de uma maneira didática, ideal para ser desenvolvido em sala de aula. De modo a entender que o município se constitui de importantes histórias e que são partes constituintes das nossas identidades enquanto moradores do município. Além de disso, o material produzido pode agregar na formação continuada dos professores, apresentando um conteúdo a ser levado a sala de aula, provocando uma reflexão acerca do ensino de História Local no Município.

Os aspectos aqui selecionados, são apenas fragmentos das diversas possibilidades que a História Local pode oferecer ao ensino de História. Estes elementos constituem partes importantes para o processo de desenvolvimento de um sentimento de pertencimento ao seu espaço de vivência, podendo evidenciar as múltiplas identidades existentes na localidade. Este caderno pedagógico é constituído por um conjunto ordenado de reflexões, textos e imagens, intuito propiciar ao Professor uma base para suscitar em sala de aula inquietações e problematizações próximas às realidades de seus educandos. Assim, o processo de aprendizagem histórica se dará de maneira mais significativa, uma vez que as vivências pessoais dos alunos farão parte do processo de aprendizagem.

Como principal base teórica para a construção desse produto educacional, utilizamos pesquisas desenvolvidas sobre Valença do Piauí, por autores valencianos ou não. Os trabalhos utilizados abordam diferentes temáticas que dialogam com as habilidades propostas pelo Currículo do Piauí para a disciplina de História: religiosidade, arqueologia, sociabilidade e a formação territorial. Por fim, intuímos contribuir para a crescente produção histórica de Valença do Piauí.

REFERÊNCIAS

BORGES, Jóina Freitas. **Sobre os Areais dos Tremembés da Tapera (CE):** arqueologia, memória e luta. 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN.

BRASIL. 2003. **Decreto Federal Nº 4.887 de 20/11/2003.** Disponível em Acesso em: 10 de Abril de 2018.

FÉLIX, Alaylton Wesley Moura. **Cotidiano e sociabilidades nos festejos juninos de Valença do Piauí na década de 1980** / Alaylton Wesley Moura Félix. – 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) - Universidade Federal do Piauí., Picos, 2018.

FREITAS, Pe. Gilberto – **História de um povo e sua fé.** Gráfica Mendes – Teresina – PI – 1997.

MOREIRA, Amanda Cavalcante. **A moradia urbana do Piauí do século XIX** / Amanda Cavalcante Moreira. – Tese (Doutorado) – Programa de Pós- graduação em Arquitetura e Urbanismo, Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo – Instituto De Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Carlos, 2021.

QUEIROGA, Sônia Maria Dantas Bonfim. **Revivendo Valença.** [s. e.]:Valença do Piauí. 2019.

RÜSEN, Jörn. **O desenvolvimento da competência narrativa na aprendizagem histórica: uma hipótese ontogenética relativa à consciência moral.** In: SCHMIDT, Maria; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão (Org.). Jörn Rüsen e o Ensino de História. Curitiba: Editora UFPR, 2010, p. 51-77.